



PROFHISTÓRIA

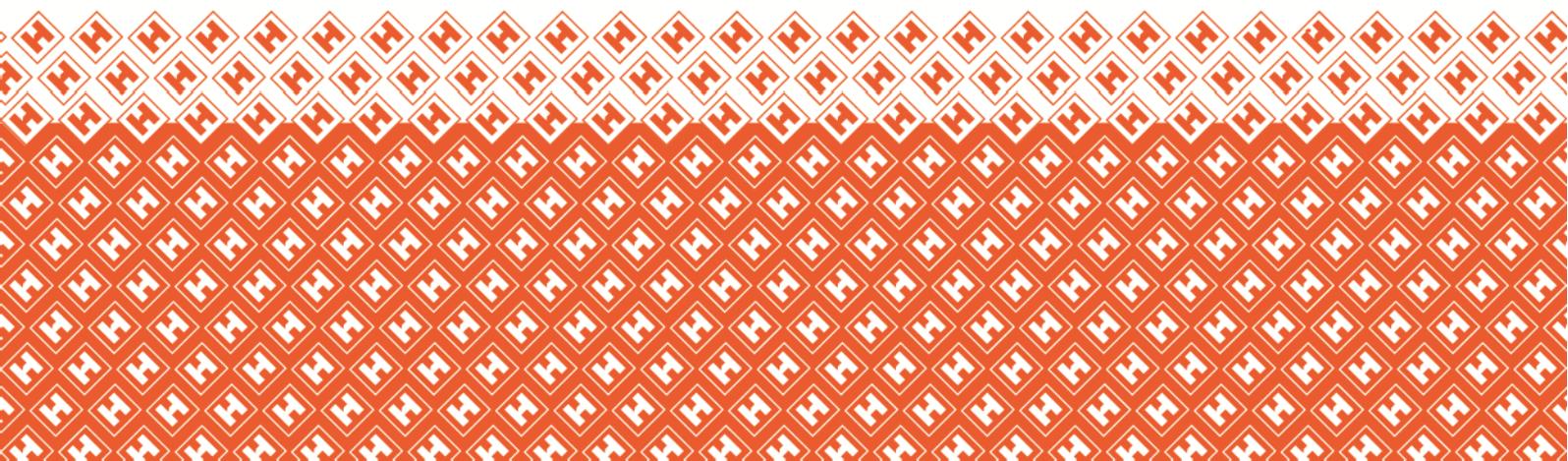
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

SILVIA VITORASSI

HISTÓRIA PARA QUÊ(M)?: ENSINAR HISTÓRIA E POLÍTICA NA ERA DAS REDES SOCIAIS

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Dezembro / 2018



SILVIA VITORASSI

***HISTÓRIA PARA QUÊ(M)?*: ENSINAR HISTÓRIA E POLÍTICA NA ERA DAS
REDES SOCIAIS**

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Mestrado Profissional
em Ensino de História – ProfHistória,
da Universidade do Estado de Santa
Catarina – UDESC, sob orientação do
Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn.

FLORIANÓPOLIS
2018

Vitorassi, Silvia

História para Quê(m)? : Ensinar História e Política na era das Redes Sociais / Silvia Vitorassi. -- 2018.
144 p.

Orientador: Reinaldo Lindolfo Lohn
Dissertação (Mestrado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, Florianópolis, 2018.

1. Ensino de História. 2. Política. 3. Internet. 4. Redes Sociais. I. Lohn, Reinaldo Lindolfo . II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História. III. Título.

SILVIA VITORASSI

“HISTÓRIA PARA QUÊ(M)?: ENSINAR HISTÓRIA E POLÍTICA NA ERA DAS REDES SOCIAIS”

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestra, no curso de Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca julgadora:

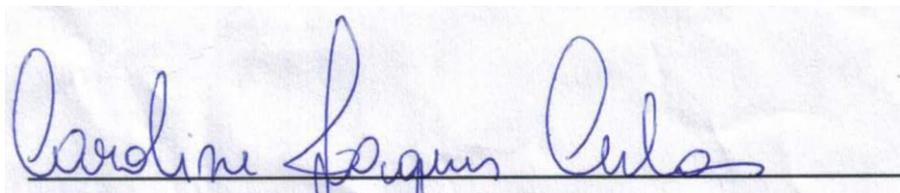
Orientador:



Doutor Reinaldo Lindolfo Lohn

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Membro:



Doutora Caroline Jaques Cubas

Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Membro:



Doutor Elison Antonio Paim

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

FLORIANÓPOLIS, 10 de Dezembro de 2018.

DEDICATÓRIA

*Em tempos de ódio, perseguição e enfrentamento, **dedico este trabalho aos profissionais da educação**, que são diariamente obrigados a trabalhar dentro do imprevisto, da desvalorização e do sucateamento.*

Aos profissionais que transformam milhares de vidas diariamente e são vistos como inimigos, doutrinadores, incompetentes, entre outros adjetivos depreciativos.

Dedico aos profissionais que não se deixam calar, não aceitam o destino do professor como uma “missão” e que veem a docência como uma profissão.

Dedico aos profissionais que lutam pelos direitos da educação brasileira incansável e diariamente.

*E, principalmente, **às professoras e professores de História**, que precisam constantemente **provar que seu conhecimento não é mera opinião**.*

AGRADECIMENTOS

Não era minha intenção realizar o processo seletivo para entrar no ProfHistória. Certo dia uma amiga me disse “*por que você não tenta? Tem tudo a ver com a sua trajetória...*”.

Incentivada pela **Ana Carolina Plentz de Oliveira** e pela **Natália Costa**, as maiores entusiastas do meu ingresso no Mestrado, agradeço imensamente, pelo apoio e pela confiança, além de todo esse tempo de amizade dedicada. Não poderia deixar de citar aqui a **Ana Clara Mitsuko Wada**, amiga que mesmo de longe não deixou de estar presente em todo esse processo, agradeço da mesma forma.

Ao **Pedro Henrique Conti**, companheiro dedicado. Esteve presente desde a prova, o resultado, as disciplinas, a idealização, processo de construção do projeto e a escrita deste texto. Ouvi diariamente minhas reclamações, meus sofrimentos, minhas angústias. Segurou a minha mão e se manteve firme como um parceiro incrível. Me incentivou, abraçou e apoiou cada passo até aqui. O obrigada vai além dessa dissertação, é por tudo que você representa em minha vida.

Agradeço profundamente também às minhas queridas mães, amigas e orientadoras de trabalho, **Ana Raquel Olli** e **Sinai Souza**. Mães, pois me acolheram quase como filha quando cheguei ao Centro Educacional Universo. Me deram dicas, conselhos, puxões de orelha. Choraram comigo, sorriram, fizemos confissões e construímos um carinho que levo onde for. Obrigada por serem mulheres inspiradoras e terem sido referência na construção da minha trajetória profissional.

Aos **colegas de turma**, que foram parceiros nessa fase da vida. Fase essa que nos uniu em torno de um objetivo comum: melhorar e contribuir para o processo educacional. Muito obrigada.

À minha família. Em especial minha mãe **Verônica Erotides de Souza** e meu irmão **Douglas Vitorassi**, pois estão comigo independente do que acontecer. Aos amigos e amigas, por toda a parceria, incentivo, diálogos, festas, risadas e cumplicidade.

Ao meu orientador, **Reinaldo Lindolfo Lohn**, pelas contribuições e participação no meu amadurecimento acadêmico. Aos professores **Caroline Jaques Cubas** pela avaliação deste trabalho desde a qualificação, e também ao **Elison Antonio Paim** pelas dicas e apontamentos.

A todas as pessoas que se envolveram nesse projeto junto comigo. Que leram, contribuíram, avaliaram, responderam os questionários e ajudaram de alguma

forma.

Nada disso seria possível se não existissem pessoas maravilhosas e competentes ao meu lado. Obrigada.

*Minha presença de professor, que não pode passar despercebida dos alunos na
classe e na escola, é uma presença em si política.
Enquanto presença não posso ser uma omissão, mas um sujeito de opções.
Devo revelar aos alunos a minha capacidade de analisar, de comparar, de avaliar,
de decidir, de optar, de romper.
Minha capacidade de fazer justiça, de não falhar à verdade.
Ético, por isso mesmo, tem que ser o meu testemunho.*

Paulo Freire, Pedagogia da autonomia, 1996.

RESUMO

Este trabalho, desenvolvido no Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória/UDESC, tem como objetivo apresentar um instrumento de ensino por meio de redes sociais, que tem como eixo a discussão de conceitos políticos com base em suas origens históricas, visando principalmente jovens em idade escolar. Tendo como suporte teórico a Nova História Política, a intenção é propor a construção do conhecimento a partir de uma perspectiva renovadora de ensino-aprendizagem para além das salas de aula. Desta forma, intento contribuir para um ensino de História que se distancie do formato tradicional e inaugure uma concepção diferenciada e atual. Através da análise de questionários realizados com professores e estudantes, conjuntamente a uma ampla discussão bibliográfica sobre o tema, o resultado final do trabalho deu origem, além desta dissertação, a uma página no *Facebook* (<https://www.facebook.com/historiaparaquem/>) e um perfil no *Instagram* (<https://www.instagram.com/historiaparaquem/>) onde apresento textos mais simples que pretendem discutir o surgimento de conceitos políticos e estruturas de poder, além de suas atribuições. O propósito da utilização das redes sociais possibilitou a reflexão a respeito da forma, da visibilidade e da necessidade de historiadores e professores ocuparem seu espaço na internet.

Palavras-chave: Ensino de História; Política; Internet; Redes sociais.

ABSTRACT

This work, developed on the History Teaching Professional Master – ProfHistória/UDESC, aims at presenting a teaching aid tool through social network that is centred on the discussion of political concepts based on its historical origins, addressing mostly teenagers at school age. Having the New Political History as theoretical support, the intention here is to propose the construction of knowledge through a refreshing teaching-learning perspective for beyond the classroom. Thus, my intent is to contribute for a History teaching that withdraws from the traditional format and pioneers a distinguished and contemporary conception. Through the analysis of questionnaires applied on teachers and students alongside a vast bibliographical discussion about the topic, the results brought to life, more than this thesis, a *Facebook* page (<https://www.facebook.com/historiaparaquem/>) and an *Instagram* profile (<https://www.instagram.com/historiaparaquem/>), where I present simpler texts seeking to discuss the development of political concepts and structures of power, as well as its duties. The purpose of social network usage allowed a reflexion concerning the form, the visibility and the need of historians and teachers to occupy their space on the internet.

Keywords: History Teaching; Politics; Internet; Social Networks.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 GRÁFICO DE RESPOSTAS EM RELAÇÃO AO GÊNERO - QUESTIONÁRIO PROFESSORES	64
FIGURA 2 GRÁFICO DE RESPOSTAS EM RELAÇÃO À IDADE - QUESTIONÁRIO PROFESSORES	64
FIGURA 3 LISTAGEM DE RESPOSTAS EM RELAÇÃO ÀS ATIVIDADES PROFISSIONAIS - QUESTIONÁRIO PROFESSORES	65
FIGURA 4 GRÁFICO DE RESPOSTAS EM RELAÇÃO À ATUAÇÃO EM TIPO DE REDE DE ENSINO - QUESTIONÁRIO PROFESSORES	65
FIGURA 5 GRÁFICO DE RESPOSTAS EM RELAÇÃO AOS NÍVEIS DE ATUAÇÃO NO ENSINO - QUESTIONÁRIO PROFESSORES	66
FIGURA 6 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTES À PERGUNTA 1 - QUESTIONÁRIO PROFESSORES	67
FIGURA 7 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTE À PERGUNTA 2 - QUESTIONÁRIO PROFESSORES	68
FIGURA 8 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTE À PERGUNTA 3 - QUESTIONÁRIO PROFESSORES	69
FIGURA 9 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTE À PERGUNTA 4 - QUESTIONÁRIO PROFESSORES	70
FIGURA 10 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTE À PERGUNTA 5 - QUESTIONÁRIO PROFESSORES	71
FIGURA 11 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTE À PERGUNTA 6 - QUESTIONÁRIO PROFESSORES	73
FIGURA 12 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTE À PERGUNTA 7 - QUESTIONÁRIO PROFESSORES	74
FIGURA 13 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTE À PERGUNTA 8 - QUESTIONÁRIO PROFESSORES	75
FIGURA 14 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTE À PERGUNTA 9 - QUESTIONÁRIO PROFESSORES	76
FIGURA 15 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTE À PERGUNTA 10 - QUESTIONÁRIO PROFESSORES	78
FIGURA 16 GRÁFICO DE RESPOSTAS EM RELAÇÃO AO GÊNERO - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES	79
FIGURA 17 GRÁFICO DE RESPOSTAS EM RELAÇÃO À IDADE - QUESTIONÁRIO	

ESTUDANTES	80
FIGURA 18 GRÁFICO DE RESPOSTAS EM RELAÇÃO À ESCOLARIDADE - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES	80
FIGURA 19 GRÁFICO DE RESPOSTAS REFERENTE AO USO DE COMPUTADOR EM CASA - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES	81
FIGURA 20 GRÁFICO DE RESPOSTAS REFERENTE À DISPONIBILIDADE DE INTERNET - QUESTIONÁRIO DE ESTUDANTES	81
FIGURA 21 GRÁFICO DE RESPOSTAS EM RELAÇÃO AO USO DE REDES SOCIAIS - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES	82
FIGURA 22 GRÁFICO DE RESPOSTAS EM RELAÇÃO A QUANTIDADE DE REDES QUE MAIS UTILIZA - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES	82
FIGURA 23 GRÁFICOS DE RESPOSTAS EM RELAÇÃO AO COSTUME E AO USO PARA CONTEÚDOS ESCOLARES - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES	84
FIGURA 24 GRÁFICOS DE RESPOSTAS EM RELAÇÃO À PESQUISA COM VÍDEO-AULAS DE HISTÓRIA E CERTIFICAÇÃO DE REFERÊNCIAS – QUESTIONÁRIO ESTUDANTES	86
FIGURA 25 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTE À PERGUNTA 12 - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES	88
FIGURA 26 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTE À PERGUNTA 13 - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES	90
FIGURA 27 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTE À PERGUNTA 14 - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES	91
FIGURA 28 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTE À PERGUNTA 15 - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES	93
FIGURA 29 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTE À PERGUNTA 16 - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES	94
FIGURA 30 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTE À PERGUNTA 17 - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES	96
FIGURA 31 GRÁFICO DE RESPOSTAS EM RELAÇÃO AO CONHECIMENTO DO SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO ATUAL - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES	97
FIGURA 32 GRÁFICO DE RESPOSTAS EM RELAÇÃO AO ENTENDIMENTO DO SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES	97
FIGURA 33 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTE À PERGUNTA 20 - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES	99
FIGURA 34 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTE À PERGUNTA 21 -	

QUESTIONÁRIO ESTUDANTES	100
FIGURA 35 IDENTIDADE VISUAL DA HPQ?	106
FIGURA 36 CAPA PARA FACEBOOK DA HPQ?	106
FIGURA 37 LAYOUT DA HPQ? NO FACEBOOK – PARTE 1	107
FIGURA 38 LAYOUT DA HPQ? NO FACEBOOK - PARTE 2	107
FIGURA 39 LAYOUT DA HPQ? NO FACEBOOK - PARTE 3	108
FIGURA 40 TEXTO DE APRESENTAÇÃO DA HPQ? NO FACEBOOK	109
FIGURA 41 EXEMPLO DE REAÇÕES A DETERMINADA PUBLICAÇÃO NO FACEBOOK	110
FIGURA 42 PUBLICAÇÃO DA HPQ? EM 27 DE SETEMBRO DE 2018	111
FIGURA 43 LAYOUT DO PERFIL DA HPQ? NO INSTAGRAM - VERSÃO PARA COMPUTADOR	112
FIGURA 44 LAYOUT DO PERFIL DA HPQ? NO INSTAGRAM - PARTE 2	113
FIGURA 45 EXEMPLO DE PUBLICAÇÃO NO INSTAGRAM	113
FIGURA 46 LISTA DE COMENTÁRIOS NA PUBLICAÇÃO SOBRE A DITADURA MILITAR NA HPQ? - PARTE 1	118
FIGURA 47 LISTA DE COMENTÁRIOS NA PUBLICAÇÃO SOBRE A DITADURA MILITAR NA HPQ? - PARTE 2	118

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A (RE)POLITIZAÇÃO BRASILEIRA: EDUCAÇÃO ESCOLAR E TRAJETÓRIA POLÍTICA	28
1.1 ENSINO DE HISTÓRIA: FORMAÇÃO CIDADÃ CRÍTICA COMO POSSIBILIDADE?	38
1.1.1 O RETORNO DA POLÍTICA	44
1.2 REAÇÕES AOS “DISCURSOS DO POLÍTICO” NAS ESCOLAS: PROBLEMAS ATUAIS	48
2 ENSINO DE HISTÓRIA, POLÍTICA E REDES SOCIAIS	56
2.1 O PAPEL DA MÍDIA	57
2.2 A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA E DA POLÍTICA	63
2.2.1 O QUE PENSAM OS PROFESSORES?	63
2.2.2 O QUE PENSAM OS ESTUDANTES?	79
3 HISTÓRIA PARA QUÊ(M)?	104
3.1 DEFININDO O CONCEITO DA <i>HPQ?</i>	105
3.1.1 <i>HPQ?</i> NO FACEBOOK	106
3.1.2 <i>HPQ?</i> NO INSTAGRAM	112
3.2 RELATO DE EXPERIÊNCIA: UMA AULA SOBRE <i>DITADURA NO BRASIL A PARTIR DA HPQ?</i>	114
CONCLUSÃO	120
REFERÊNCIAS	123
ANEXOS	130

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como proposta investigar e analisar, por meio de questionários, o(s) conceito(s) de história política ensinados em sala de aula e como estes vêm sendo apreendidos pelos/pelas estudantes; mas não aquela relacionada apenas aos governos e a períodos eleitorais e sim aquela que passa a dar espaço às transformações sociais, ou seja, evidenciar a importância da história política para a compreensão social.

Mais especificamente, procuro discutir o ensino das estruturas de poder e suas atribuições na educação escolar, visto que é um aspecto muito importante e com pouco espaço em sala de aula, geralmente perpassando conteúdos e pouco desenvolvido, o que depende muito também do planejamento docente; como etapa final dessa investigação, proponho um novo olhar para o uso do conhecimento acadêmico e profissional da história: as redes sociais.

Como jovem professora que ainda sou, recentemente formada¹, mulher, branca, pertencente a uma classe média que não costuma se aprofundar² em temáticas como a apresentada aqui, comecei a perceber o quanto vem se tornando importante uma discussão mais ampla sobre conceitos políticos em salas de aula, principalmente no contexto de produção desta pesquisa, que perpassa todos os acontecimentos recentes e conturbados na história política brasileira³.

Logo após a conclusão do curso de História, tive a oportunidade de iniciar minha carreira docente, como professora provisória⁴ na rede privada de Florianópolis/SC, cidade onde nasci, cresci e me formei. Desenvolvi atividades docentes com turmas de Ensino Médio e pude compreender melhor a dinâmica escolar, as problemáticas enfrentadas por professoras e professores diariamente, a cobrança vinda de todos os lados possíveis para que haja um ensino inovador, interessante, comprometido e com qualidade, mas que na maioria das vezes não alcança toda essa expectativa.

¹ Graduada em História – Bacharelado e Licenciatura, pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC no segundo semestre de 2014.

² Cresci em uma família que não era preocupada em manter discussões políticas dentro de casa, pois meus pais não nutriam interesse pela temática. O exercício de cidadãos nunca passou do limite de ir até as urnas em períodos eleitorais e, sempre influenciados pelas propagandas eleitorais veiculadas na TV aberta, votar em “qualquer candidato/a”.

³ Desde as manifestações iniciadas em Junho de 2013, passando pelo processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, a Operação Lava Jato, a crise política e econômica, o governo de Michel Temer e sua alta impopularidade, entre outros acontecimentos interligados aos citados e as eleições presidenciais de 2018.

⁴ Substituí a professora de História do Colégio Geração – Florianópolis, que entrou em licença maternidade.

Ao trabalhar determinados conceitos políticos, comecei a perceber as dúvidas compartilhadas por estudantes por serem bombardeados de informações diariamente e não conseguirem filtrá-las de uma maneira eficaz e comprometida com a precisão necessária para tratar dos diversos fatos apresentados pela mídia, o que me deixou bastante preocupada e incomodada como profissional.

Sabemos, como profissionais da área, que precisamos manter uma responsabilidade social e política com o que estamos vivenciando e trazer essa percepção aos nossos alunos e alunas. Precisamos romper com a maneira tradicional de conceber o conhecimento e do ensino, pois, de acordo com Fenelon (2008) somos produtores dentro da sociedade democrática e não meros repetidores e reprodutores deste conhecimento.

A História como “ciência que estuda o passado” acaba separando cientificamente o todo social que estamos inseridos. Para Fenelon (2008), a própria maneira como se dá a produção historiográfica ainda contribui para esse modelo: não há mais um questionamento sobre a origem das fontes trabalhadas, sua organização própria e que já traz consigo uma visão definida do processo estudado; tornando-se objetiva e neutra ela se mantém fiel ao que chamamos de tradicional. Como historiadores, somos nós que constituímos através da análise dos dados os fatos históricos, “definindo sua importância e organizando-o de acordo com seu sistema de referências” (FENELON, 2008, p. 25). Tradicional aqui refere-se à aceitação do conhecimento científico produzido nas universidades como centro do saber, pois no momento em que aceitamos essa separação entre ciência e social, concordamos com esse esquema tradicional que já está cristalizado no meio acadêmico. A própria história que acabamos por ensinar em sala de aula é o que Fenelon chama de “livresca”, ou seja, a que está nos manuais, produzida dentro dos saberes próprios da academia.

Certamente, parte dessa situação se dá em função de todo um sistema que também ainda se mantém inerte:

[...] é fácil constatar que o profissional do ensino de História, o recém-formado, tendo de enfrentar a realidade de uma sala de aula com 40/50 alunos, 30/40 horas semanais e péssimas condições de infraestrutura, para não falar do desincentivo da remuneração aviltante, na maioria das vezes se sente perdido, não sabe o que vai fazer. Passou 4 anos estudando a sua disciplina e de repente se vê perplexo diante da realidade. Quase sempre não tem mesmo segurança nem sobre sua própria concepção de História, de ensino e na confusão tenta reproduzir o que aprendeu com a intenção de fazê-lo o melhor possível. Sente-se perdido até mesmo quanto aos

critérios de escolha do livro didático a ser adotado, dentre a profusão de novos lançamentos com visuais modernos e conteúdos antiquados. (FENELON, 2008,p. 27)

É complexo manter “o diferente”, “o novo” e a “responsabilidade social” diante de situações como a descrita acima. Posso citar minha experiência pessoal como exemplo: foi muito difícil entrar em uma sala de aula sozinha, após ter passado 1 ano e meio cursando a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado – aquela em que vamos para a sala de aula, no final do curso de História – precisando decidir e dividir com mais dois colegas de grupo toda a construção das aulas, dos conceitos trabalhados, quem faria a chamada, quem cuidaria da turma e quem seria responsável pela aula, como avaliá-íamos, quais avaliações faríamos, e tudo mais a que um professor precisa se preocupar em seu cotidiano docente.

A grande questão é que saímos da universidade despreparados para encarar o sistema educacional e tudo que ele ainda mantém de mais tradicional, bem como para encarar os desafios da realidade do mercado de trabalho como professores de História. Existe um distanciamento enorme entre as propostas que entramos em contato no meio acadêmico e o que a realidade das escolas nos propõe, uma desarticulação de ideias que acaba refletindo na grande dificuldade em percebermos nosso papel e o papel da disciplina de História.

Mas, voltando à minha trajetória, a qual me dedicava a escrever parágrafos antes, após essa experiência inicial consegui a efetivação em outra escola – Centro Educacional Universo⁵, localizada no bairro Ingleses em Florianópolis –, também da rede privada, com turmas do Ensino Fundamental II, a qual sou docente atualmente. O CEU é uma escola pequena, mas que vem crescendo nos últimos anos, inaugurada em 1999 e que atende principalmente a comunidade do bairro onde está localizado e bairros adjacentes, atendendo crianças do Ensino Infantil, Fundamental I (1º ao 5º ano) e Fundamental II (6º ao 9º ano), sendo este último o segmento o qual sou professora.

Posso dizer que foi no CEU que aprendi efetivamente o que é ser professora e a participar de fato do processo de crescimento de seres humanos em formação. Ao mesmo tempo em que fui crescendo dentro da escola como professora de História, ingressei no Mestrado Profissional em Ensino de História e comecei a pensar no projeto que mais tarde daria bases para esta pesquisa.

Neste pouco tempo de experiência, tenho percebido a falta de conhecimento

⁵ Para maiores informações: <http://escolauniverso.com.br/>.

por parte dos estudantes sobre conceitos políticos básicos e também certa dificuldade em compreendê-los. Muito provavelmente em função da falta de interesse, mas também por inúmeros outros motivos, dentre eles a falta de preocupação dos responsáveis por este tipo de discussão dentro de casa ou pela orientação sobre informações políticas que costumam ser equivocadas, superficiais, esquemáticas ou infundadas, muitas vezes retiradas da internet e sem referências precisas.

Partindo dessa experiência e preocupação pessoal com a formação de jovens que tenham bases seguras, é que trago a ideia de construir uma página educacional em uma rede social, que estabeleça um diálogo mais dinâmico com jovens e que trabalhe essa temática da história política com uma linguagem acessível, embora sem perder a perspectiva histórica. De início, minha ideia era construir um livro paradidático e usá-lo em sala de aula, no entanto, ao conversar com colegas e pensar mais a respeito do material, me dei conta que é necessária e urgente a introdução dos meios de comunicação, da internet e das redes sociais no ensino, não só de História, mas no ensino como um todo, afinal essa é a maior referência dos jovens em idade escolar no século 21.

A investigação visa justamente pensar a linguagem e a narrativa historiográfica em seu emprego na arena de debates compreendida recentemente pela internet. A elaboração do conteúdo estará embasada no percurso histórico de conteúdos que perpassam a formação política, fundamentada em aspectos constitucionais e que possibilite a compreensão mais aprofundada desta temática.

Isto possibilitará – ou pelo menos é uma tentativa de – que os jovens tenham acesso a um tipo de linguagem e busquem elementos para refletir e debater historicamente sobre a realidade política do país, bem como também construir uma forma de transposição de conteúdos que permita sugerir alternativas críticas e densas em um ambiente informativo dominado pelas mídias corporativas.

É fundamental que o funcionamento do sistema político seja alvo da escola e da construção do conhecimento histórico em sala de aula, de modo inclusive a favorecer a inserção de crianças e jovens nas disputas que delimitam a chamada sociedade civil e a construção de uma sociedade de direitos. Portanto, não será apenas um “produto” didático-pedagógico, mas compreenderá também uma “intervenção” no ambiente escolar, sujeita a constantes aproximações e questionamentos.

Muitos jovens — até mesmo adultos — apesar de serem afetados pelas

atividades que se dão no campo político brasileiro enfrentam grandes dificuldades na elaboração de ideias e posicionamentos próprios sobre o tema, passando a depender quase exclusivamente da produção jornalística produzida pela mídia corporativa e empresarial. Particularmente, por exemplo, não têm noção de como se estruturam os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), o nosso sistema eleitoral e demais setores/cargos da nossa política, em sua grande maioria pela complexidade com que são apresentados ou pela falta de informações, muitas vezes uma defasagem que poderia ser resolvida no âmbito escolar.

Estes adolescentes reproduzem valorações que circulam no âmbito do chamado senso comum, ao mesmo tempo em que são pressionados a tomar decisões políticas apenas nos períodos eleitorais, exatamente quando há menos tempo e menor disposição para a reflexão abrangente e profunda sobre o exercício político. O calendário eleitoral, quase exclusivamente, tende a dominar a lógica da ação política, tornando o debate público fragmentado, superficial e instrumentalizado.

É com o intuito de refletir e ao mesmo tempo intervir nesse âmbito problemático que é o da linguagem política e o exercício do debate que este trabalho se justifica, afinal, o ensino de história aliado ao ensino da estrutura política pode oferecer recursos para discursos mais sólidos e debates socialmente pertinentes. Pensando nisso, a ideia de desenvolver uma página em uma rede social e que contenha uma explicação mais facilitada – podendo ser articulada com gráficos, imagens, charges, etc. –, ajudaria na compreensão de temas políticos que muitas vezes acabam sendo complexos e até maçantes para esses jovens, inclusive dentro de sala de aula.

Além disso, é importante também para que possam discutir mais o que é cidadania e direitos e como tais formas fundamentais de vivência aparecem em várias dimensões no dia-a-dia, afinal o surgimento dos direitos humanos é um fato marcadamente histórico e datado no processo de construção de diversas nações, inclusive o Brasil. Segundo José Murilo de Carvalho (2002, p. 11), a própria ausência de uma população educada é um obstáculo à construção da cidadania civil e política.

Como a intenção deste projeto é trabalhar com conceitos políticos com jovens, é imprescindível investigar o que estes sabem e entendem por conceitos básicos que circulam na mídia e discussões do dia-a-dia. Desta forma, o principal instrumento de investigação deste trabalho é um questionário⁶ que foi aplicado para

⁶ Ver anexos.

fazer um mapeamento do que estes jovens estão compreendendo sobre a temática.

Quando optei pela página em uma rede social, percebi que para chegar à escolha dos conceitos apresentados nos vídeos eu precisaria entender os dois lados envolvidos no processo de ensino: os profissionais de História, mas também estudantes que lidam com diversos temas históricos diariamente. Dessa forma, enviei o questionário aos meus colegas de turma do ProfHistória, principalmente por saber que são professoras e professores da educação básica, que lidam diariamente com crianças e jovens, que tem anseios por uma educação crítica e cidadã, mas que muitas vezes não conseguem ensinar conceitos políticos e nem demonstrar uma aplicação prática dos mesmos no cotidiano dos seus alunos e alunas.

A intenção do questionário aplicado aos professores e professoras, então, é usar de modo comparativo às respostas dos jovens, tentando buscar um caminho que possa reunir as principais preocupações de ambos os lados. Esta parte é fundamental para entender o que estes profissionais pensam sobre a temática e de que forma ela vem sendo abordada em sala de aula, se tem sido priorizado algum conceito e como tem sido explorado, ou seja, se apenas a “título de conteúdo”⁷ ou como parte integrante da formação cidadã. Foi importante também na escolha dos conceitos trabalhados, porém, é mais direcionada a um objetivo específico: que história política estamos enquanto profissionais propondo na educação básica? A ideia é discutir o modelo ensinado e pensar propostas para uma dinamização desta temática.

Sobre o questionário para estudantes, a maior intenção era perceber nas minhas alunas e alunos do Ensino Fundamental II no CEU suas dificuldades, problemas em relação à história, como percebem a política – ou como acreditam perceber – e extrair dessas possíveis dificuldades os conceitos que poderiam ser potenciais temas dos conteúdos a serem produzidos. A primeira parte do questionário é apenas a título de traçar o perfil dos envolvidos na pesquisa, mesma intenção no questionário direcionado aos professores e professoras que se dispuseram a respondê-lo. Já a parte direcionada, sobre pesquisa, uso de audiovisual e internet, ajudou a pensar na importância em desenvolver o conteúdo digital e usar esse campo vasto que ainda é terreno pouco explorado na História.

A intenção de perguntar sobre o que entende por história, política, pedir

⁷ Sabemos que muitas vezes, em função da carga horária, da preparação de aulas e da cobrança por parte de coordenação pedagógica para cumprir prazos, os profissionais acabam se distanciando do objetivo de ensinar para a formação crítica e cidadã e acabam por cair na forma tradicional de aulas, com priorização conteudista e sem debates mais pertinentes.

conceitos e palavras, serviu para extrair a impressão geral sobre o tema central desta pesquisa e tentar visualizar dificuldades em determinados pontos, que poderiam ser mais explorados nos conteúdos desenvolvidos, também como tentar desconstruir possíveis impressões equivocadas. Perguntas sobre livro didático e maiores dificuldades dentro dos conteúdos ajudaram a entender também se é no ponto político, econômico ou social de determinados temas que estão as dúvidas, pois é possível pensar um ponto de partida para uma discussão virtual e até mesmo o formato desta abordagem. No Brasil, os estudos iniciais de Circe Bittencourt representaram o impulso necessário para a ampla produção que viria a ser desenvolvida posteriormente sobre o livro didático (Munakata, 2012), essa produção se fez necessária para mostrar aqueles estudos sobre os livros que iam além de temas e questionamentos sobre denúncias ideológicas:

[...] tratava da questão do livro didático como política pública educacional, mas também enveredava em questões como a produção editorial desse objeto para o mercado, a sua inserção na escola como dispositivo constitutivo do saber e da cultura escolar, a sua importância como suporte de disciplinas escolares (em particular, de história ensinada) e os usos e as práticas que incidem sobre esse material. (MUNAKATA, 2012, p. 183)

O livro didático é importante instrumento dentro da educação, afinal muitos professores em nosso país tem apenas esse recurso para utilizar em sala de aula. Esses estudos, então, possibilitaram uma visão a respeito dos livros produzidos no Brasil para além do senso comum, pois ele tem várias funções e pode ser usado de muitas maneiras, além de ser um produto que é comercializado dentro de um mercado específico, mas bastante complexo e diverso: a escola.

Após a aplicação dos questionários, que foram aplicados em uma plataforma online⁸ e permite a junção das respostas em gráficos, foi possível obter as informações necessárias para definir os conceitos iniciais desenvolvidos nas publicações da página.

No entanto, não é objetivo deste trabalho retomar ou reeditar o modelo de disciplinas que constituíram os currículos escolares no século passado, mais precisamente no contexto de maior repressão marcado pela ditadura militar no Brasil, tais como OSPB – Organização Social e Política do Brasil – e EMC – Educação Moral e Cívica -, que visavam um controle imediato por parte do Estado

⁸ Através de formulário no Google Docs., ferramenta disponível para usuários das contas do Google, mas que podem ser disponibilizados para outros usuários através de link direto.

sobre os estudantes desde muito cedo. Trata-se de disponibilizar material suficiente aos estudantes que sirva de base legítima para que, dentro de suas convicções, estes possam formar suas opiniões e compreender um sistema que é complexo por si só, com criticidade e respeito à pluralidade.

Também é fundamental rechaçar qualquer discurso associado à ideia de “doutrinação”, recentemente brandida por grupos de tendência conservadora. Utilizo aqui o termo “tendência conservadora”, pois ser conservador tem um significado histórico que é diferente em cada cultura ou experiência específica. Não há um único conjunto de políticas que sejam universalmente consideradas como conservadoras, porque o significado de conservadorismo depende do que é considerado tradicional em um determinado lugar e tempo. Assim, conservadores de diferentes partes do mundo —cada um mantendo suas respectivas tradições — podem discordar em uma ampla gama de questões. O conservadorismo é um pensamento político que defende a manutenção das instituições sociais tradicionais – como a família, a comunidade local e a religião – além dos usos, costumes, tradições e convenções. Chama a atenção o número de pessoas que se dizem conservadoras, sob este rótulo encontram-se os defensores do militarismo, dos bons costumes, da família tradicional, da religião, etc. É importante não confundir o pensamento político conservador com a atitude em relação às mudanças políticas chamada de conservadora (juntamente a outras como reacionários, progressistas e radicais)⁹.

Desta forma, entendo estes grupos de “tendência conservadora” como organizados em torno de um projeto de poder que pretende evitar que a escola seja um desafio aberto e crítico às capacidades e possibilidades de seus integrantes, bem como reduzir e tolher sua capacidade propriamente educativa, restringindo-a ao adestramento. Sendo assim, este trabalho baseia-se na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, como também ir ao encontro de discussões e temas pertinentes ao pluralismo de ideias, algo que vem sendo ameaçado pelo Programa “Escola Sem Partido”¹⁰, que pretende eliminar a discussão ideológica no ambiente escolar, restringindo conteúdos sob a perspectiva da neutralidade do conhecimento e propagar a ideia de que os estudantes são alvo de doutrinação política¹¹.

⁹ Neste artigo: <http://www.politize.com.br/conservadorismo-pensamento-conservador/> é possível encontrar, de maneira aprofundada e objetiva o que é ser conservador ou ter atitudes conservadoras na atualidade.

¹⁰ Sobre isso, ver mais em: <http://www.programaescolasempartido.org/>.

¹¹ O movimento conservador Escola Sem Partido além de ameaçar o livre pensamento, ameaça também os/as professores/as, visto que vira uma arma na mão de pais e alunos - que seriam

São objetivos centrais deste trabalho: refletir sobre a construção do conhecimento histórico em sala de aula, investigar as linguagens apropriadas ao uso da história política na constituição de arenas de debates livres e democráticas e promotoras de direitos, visando caminhos alternativos para o ensino de história.

A multiplicidade de linguagens está, como traz Zamboni (1998, s/ p.), conectada a diversas questões: às mudanças paradigmáticas do final do século XX e à crise de valores contemporâneos, ao fim da visão homogênea e absoluta dos fenômenos históricos, à visão unitária do mundo, ao questionamento dos discursos científicos e à ideia de progresso e nação. Estamos em uma era da expansão de relações virtuais, que acabam por redirecionar a noção de espaço – que está menor –, tempo – que está mais veloz – e relação social – mais volátil.

A educação não está fora destas transformações e é no espaço da sala de aula que muitas vezes se dá o processo de elaboração e construção de sentidos de acordo com conceitos e materiais utilizados. É preciso que enfatizemos a existência dessas inúmeras linguagens

[...] que produzem também outras representações utilizadas em sala de aula e que são diretamente voltadas para a produção e compreensão do conhecimento histórico, principalmente em uma sociedade imagética como a nossa, caracterizada pela comunicação de massa, pela força das imagens produzidas para e pela televisão. (ZAMBONI, 1998, s/ p.)

É certo que no contexto de produção do texto de Zamboni a televisão ainda exercia um papel mais importante na construção dessas relações e novas linguagens do que a internet. Mas podemos tomar como um bom exemplo midiático que revolucionou as linguagens e a compreensão dos processos históricos e que não foi abandonada no momento em que a internet atingiu seu auge. Todas essas novas linguagens se transformaram e hoje coexistem se complementando. Em outros tempos da nossa história, o ensino de História nas escolas era uma forma de educação cívica e de validar a nação no estado em que se encontrava, além de fundamentar a ordem social e política estabelecida:

O aparelho didático desse ensino era simples: uma narração de fatos seletos, momentos fortes, etapas decisivas, grandes personagens,

responsáveis por fiscalizar a atuação docente. Além disso, considera que os/as estudantes seriam folhas em branco e os/as docentes despejariam suas ideologias modificando pensamentos, o que é um grande equívoco, pois sabemos que os indivíduos possuem experiência de vida e não são depósito de conteúdo.

acontecimentos simbólicos e, de vez em quando, alguns mitos gratificantes. Cada peça dessa narrativa tinha sua importância e era cuidadosamente selecionada. (LAVILLE, 1999, p. 126)

Para Laville (1999), nos países ocidentais o fim da Segunda Guerra Mundial significou uma etapa importante, a qual estava implícita a vitória da democracia, que precisava a partir daquele momento funcionar bem e com a participação dos cidadãos, sem que houvesse um debate mais aprofundado de seus moldes. Para o ensino de História foi um momento decisivo em que a disciplina alcançou o status de educação para a democracia. Ainda assim, a tentativa em se manter uma tradição não deixou de ser percebida: aquela História dos grandes feitos e dos grandes homens ainda persiste, e isso não tem a ver apenas com o conteúdo em si, mas em partes em função de todo um projeto político que se pretende vitorioso. Na experiência brasileira, isso acontecerá apenas após o fim da ditadura militar, junto ao período de redemocratização e ascensão dos estudos sobre o ensino de História.

Não é à toa nos depararmos, de tempos em tempos, com o ensino de História sendo confrontado e ameaçado:

É interessante notar quanto interesse, quanta vigilância e quantas intervenções o ensino de história suscita nos mais altos níveis. A história é certamente a única disciplina escolar que recebe intervenções diretas dos altos dirigentes e a consideração ativa dos parlamentos. Isso mostra quão importante é ela para o poder. (LAVILLE, 1999, p. 130)

A História nos traz um panorama sobre a vida em sociedade e tudo que ela circunda, não sendo novidade que quem tenha o poder queira controlá-la. O nacionalismo também foi exaltado em outras experiências, como bem se sabe. O ensino de história no Brasil acompanhou, basicamente, a história política desenvolvida no país desde o período imperial. Ensinar/aprender história e política, então, dependia muito do momento o qual o país se encontrava e como as disputas pelo poder estavam postas na cena nacional.

[...] é possível que todos esses esforços para controlar os conteúdos do ensino da história, bem como os debates que isso provoca, estejam alicerçados numa ilusão. Neste fim de século, é possível que a narrativa histórica não tenha mais tanto poder, que a família, o meio ao qual se pertence, circunstâncias marcantes no ambiente em que se vive, mas sobretudo os meios de comunicação, tenham muito mais influência. O que deveria nos levar a não perder de vista a função social geralmente declarada hoje a respeito do ensino da história: formar indivíduos autônomos e críticos e levá-los a

desenvolver as capacidades intelectuais e afetivas adequadas, fazendo com que trabalhem com conteúdos históricos abertos e variados, e não com conteúdos fechados e determinados como ainda são com frequência as narrativas que provocam disputas. (LAVILLE, 1999, p. 137)

Não é de meu interesse retomar discussões a respeito disto, pois já existem trabalhos que deram conta de aprofundar esta temática¹². É de interesse, no entanto, citar alguns autores e conceitos que serviram de base para este trabalho. Frequentemente, o ensino da História política do país é confundido com a narrativa oficial das fases de construção do Estado nacional, como se a política estivesse apartada do conjunto da sociedade. A própria periodização histórica incentiva que a política seja associada quase exclusivamente ao Estado, o que reduz o papel dos movimentos da sociedade no âmbito político.

Utilizei a *nova História política*, que surge para tratar da política numa perspectiva pós década de 1970, o momento em que ela toma novos contornos e designações, que será tratada mais especificamente no primeiro capítulo. De acordo com alguns autores, Ferreira (1992) e Rémond (2003), a história política passou por um momento de amplo valor no século XIX e entrou em declínio no século XX, um momento de questionamento sobre a sua hegemonia e a defesa de uma nova concepção de história, na qual o econômico e o social ganhariam lugar de destaque.

Acreditava-se que o privilégio dado ao nacional, particular e episódico, privava a possibilidade de comparação no espaço e no tempo. A história política era uma história que permanecia narrativa, com atenção aos grandes personagens e “desprezando as multidões trabalhadoras”. Segundo Marieta Ferreira (1992), o que estava em questão era um conjunto de pressupostos sobre a natureza do político e o sentido de suas relações com os outros níveis da realidade social. A partir da década de 1970 essa nova história política será ressignificada e manterá contato com outras disciplinas – como a ciência política, a sociologia, a linguística –, o que possibilitará a abertura de novos campos e contribuições ao estudo do político.

Uma abordagem importante para este trabalho parte da necessidade de enlaçar a história como ciência e o ensino da história que ocorre no interior das salas de aula. Há, desde o período de redemocratização brasileiro, mais especificamente a partir da década de 1980, diversas discussões e pesquisas que

¹² Para citar alguns: *Didáticas e práticas de ensino de História*, Selva G. Fonseca; *História e Ensino de História*, Thais Nivia de Lima E Fonseca; *A formação do professor de História no Brasil: percurso histórico e periodização*, Thiago Rodrigues Nascimento. Todos eles trabalham em algum momento com a trajetória do ensino de história no Brasil atrelada ao campo político.

irão trazer o debate acerca da importância da história como disciplina e novas concepções sobre sua estrutura e metodologia no cotidiano da sala de aula.

A discussão sobre a especificidade do conhecimento escolar em relação ao acadêmico é algo que permeou correntes teóricas na França, Alemanha e também no Brasil. Nomes como Elza Nadai (USP), Circe Bittencourt (USP/PUC/SP), Ernesta Zamboni (UNICAMP), Selva Guimarães (UFU), Maria Auxiliadora Schmidt (UFPR) e Lana Mara de Castro Siman (UFMG/UEMG), concluíram doutorado — algumas dessas na década de 1990 — e passaram tanto a divulgar seus estudos relativos a práticas variadas da história ensinada, quanto a formar pesquisadores que conformariam o ensino de História como objeto e campo de pesquisa.

Também a partir da década de 1980, mas, sobretudo 1990, que conceitos como didática da história, transposição didática¹³, mediação didática e interpelação didática, divulgados por meio de estudos de pesquisadores alemães, ingleses, franceses, portugueses e brasileiros, somaram-se ao desafio de se enfrentar a complexidade do conhecimento escolar. Tais discussões envolvem o conceito de “consciência histórica” proposto por Jorn Rusen, fundamental para este trabalho, buscando a discussão de conceitos políticos relacionados à cidadania em sala de aula, partindo do conhecimento prévio adquirido pelos alunos e alunas na vida prática, ou seja, nas experiências adquiridas fora do espaço escolar, temas que possam ser correlacionados com questões sociais postas ao cotidiano dos mesmos.

Sendo o espaço escolar um lugar de discussões e visto como campo de saber — e a história como disciplina constitutiva deste campo —, o contato com a experiência do passado além de ampliar a orientação histórica por recurso a fatos passados, num processo de ampliação temporal em que o presente e o passado são relativizados e constantemente contrastados, também garante aos sujeitos em formação novos espaços internos, um situar do “eu” em meio à diversidade.

Uma característica marcante da nossa sociedade sem dúvida aparece na sua diversidade cultural, que é resultado de um processo histórico e social, além das dimensões continentais de nosso território. Em função dessa pluralidade cultural, Fernandes (2005, p. 379) afirma que não devemos falar em “cultura brasileira”, mas sim “culturas brasileiras”. Durante muito tempo os materiais didáticos de História

¹³ Conceito atribuído a Chevallard, desenvolvido na década de 1980, de acordo com o princípio da existência de uma “didática das matemáticas”. De acordo com o autor, o sistema didático dispõe de 3 elementos principais: professor – saber – aluno, que interagem a partir de mecanismos próprios, o qual ele chama de funcionamento didático. O conceito surgiu para explicar o processo obrigatório de transformação dos saberes e para trazer um distanciamento obrigatório entre diferentes saberes. A ideia de transposição serve como reconhecimento da diferença entre o saber acadêmico e o escolar, que são específicos e de natureza e funções sociais distintas.

traziam uma visão acabada da nossa formação social, a qual a cultura das minorias seria mais uma herança pitoresca do que parte de um processo histórico de formação de uma nação. Sabemos que o colonizador incorporou atitudes de indígenas e africanos, bem como estes últimos não foram completamente apagados – apesar do seu esquecimento durante um grande período –, como se tivessem ficado em nosso passado:

A partir do final dos anos 70 do século XX, novos atores sociais na cena política, protagonizados pelos movimentos populares, sobretudo os ligados ao gênero e à etnia, passaram a reivindicar uma maior participação e reconhecimento de seus direitos de cidadania. Entre esses movimentos sociais, podemos indicar o movimento indigenista, que reivindica, do governo, a demarcação das terras indígenas e o direito à sua própria cultura, e os movimentos de consciência negra, que lutam, em todo o país, contra quaisquer formas de preconceito e discriminação racial, bem como pelo direito à diferença, pautada no estudo e valorização de aspectos da cultura afro-brasileira. (FERNANDES, 2005, p. 381)

Ao contrário do que se pensava, o mundo globalizado e a mudança de século fortaleceram e permitiram a valorização das culturas regionais e de grupos que durante muito tempo ficaram esquecidos, abrindo espaço através do ensino para o reconhecimento da nossa diversidade cultural e étnica. Conhecendo e ensinando essa diversidade estamos contribuindo para uma formação cidadã e a construção de uma escola plural, que forma sujeitos conscientes do seu papel no lugar que estão inseridos e no mundo, e que, para além disso, podem transformar o meio social em que vivem.

Seria correto dizer que a mídia veio para democratizar as relações e as opiniões? Esta é uma pergunta difícil, mas a intenção em tentar aproximar as redes sociais ao cotidiano dos professores e historiadores poderia resolver muitas questões relacionadas aos erros históricos que vemos sendo difundidos nestes espaços.

É preciso que os ocupemos, não os estranhemos e utilizemos de forma renovadora o conhecimento científico que nos é habilitado dentro das universidades, pois ele vem sendo tratado como se estivesse limitado àquele espaço. Nos limitamos a falar aos nossos pares, enquanto pessoas não habilitadas sentem-se suficientemente capazes de “contar a história” nos canais de YouTube, nos blogs pessoais, em páginas de Facebook, canais alternativos de televisão, perfis no Instagram, etc.

As redes sociais tornaram-se uma alternativa para levarmos conhecimento aliado à mobilização, combatendo cada vez mais equívocos conceituais e políticos tão problemáticos e ameaçadores à cultura plural e democrática. Não é um trabalho fácil, envolve questões técnicas complexas, exige discussão a respeito do papel da mídia na educação, mas que devem ser consideradas diante de todas as inovações que estamos vivenciando e que ainda estão por vir.

Há algum tempo a sociedade global vem experienciando os títulos de sociedade “da informação”, “do conhecimento” ou “em rede”. Desde fins do século XX e início do XXI pudemos acompanhar o avanço significativo da tecnologia e a revolução causada por ela. As novas formas trouxeram consigo possibilidades demasiadas de comunicação e acesso à informação. Com elas entramos em contato com termos como cibercultura¹⁴, realidade virtual¹⁵ e democratização da cultura e do conhecimento.

De acordo com Belloni (2009) as novas tecnologias de comunicação criam desejos e possibilidades, tornando-se assim influentes meios de disseminação de ideias. Toda essa revolução tecnológica trouxe demandas a diversos segmentos: na educação, política, economia ou sociedade, e entender essas demandas é parte fundamental para compreensão das relações que se desenvolveram a partir delas e, mais ainda, perceber se são relações criadoras, críticas e democráticas.

Crianças e adolescentes assumiram novos papéis dentro da sociedade e estão ocupando mais o espaço público e o virtual. Interagir com a mídia-educação¹⁶ é complicado, mas extremamente necessário e determinante para repensarmos as formas de ensino-aprendizagem já cristalizadas em nossa sociedade. A finalidade da educação ainda é formar um cidadão crítico e habilidoso que esteja minimamente preparado para a vida em sociedade, essa finalidade não deve ser esquecida, “o que inclui a apropriação crítica e criativa de todos os recursos técnicos à disposição

¹⁴ É a cultura que surgiu a partir do uso da rede de computadores e de outros suportes tecnológicos (como, por exemplo, o smartphone e o tablet) através da comunicação virtual, a indústria do entretenimento e o comércio eletrônico, no qual se configura o presente. É também o estudo de vários fenômenos sociais associados à internet e outras novas formas de comunicação em rede. As novidades que a tecnologia trouxe para a modernidade a partir das décadas de 60 e 70, tal qual a possibilidade de remixagem de textos, utilização de técnicas literárias como o *cut-up* (cópia-colagem), o advento da internet entre outros, geraram diversos debates sobre questões sociais. Nesse contexto, durante a década de 80 novos termos como cibercultura, proposto por Pierre Lévy e ciberespaço, de William Gibson, surgiram.

¹⁵ Realidade virtual é uma tecnologia de interface entre um usuário e um sistema operacional através de recursos gráficos 3D ou imagens 360º cujo objetivo é criar a sensação de presença em um ambiente virtual diferente do real.

¹⁶ Conceito definido por Belloni da seguinte maneira: “[...] é aquela que acredita na educação e na comunicação como instrumentos de luta para a emancipação dos indivíduos e das classes, e não apenas como meras estruturas de dominação e reprodução das desigualdades sociais” (2009, p. 2).

desta sociedade” (BELLONI, 2009, p. 5-6). O contato com as mídias, ainda de acordo com Belloni, é capaz de desenvolver competências importantes para o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Não se pode apenas olhar para as consequências ruins do avanço massivo das tecnologias e da internet na vida destes e até mesmo de adultos:

São imensos os desafios que estas constatações colocam para o campo da educação, tanto do ponto de vista da intervenção, isto é, da definição e implementação das políticas públicas, quanto do ponto de vista da reflexão, ou seja, da construção de conhecimento apropriado à utilização adequada daquelas máquinas com fins educativos. (BELLONI, 2009, p. 8)

A influência das tecnologias na vida e cotidiano das pessoas é algo que já está enraizado, por esse motivo é que a integração delas com a educação deve acontecer, elas fazem parte do universo jovem e propõem formas mais integradoras deste universo com o mundo educacional. Além disso, o papel dos professores está em constante modificação, bem como a mediatização das suas práticas, tornando-os produtores de informações e mediadores entre alunos e os meios. Assim como tornaram-se objetos de estudo, as tecnologias podem servir como importantes ferramentas pedagógicas, auxiliando no desenvolvimento de competências educacionais igualitárias.

Com estas discussões e mais algumas tão importantes quanto, estruturei e pensei este trabalho em três capítulos, os quais serão apresentados da seguinte forma: a primeira parte servirá para apontar as principais transformações no âmbito da história política brasileira, além de pensar como a política foi tomada décadas atrás como domínio das elites, dos grandes homens e como a história se afastou disso e, assim, também se afastou da história política, além de pensar sobre a repolitização do ensino escolar e as reações de tendência conservadora.

A segunda parte servirá para apresentar qual será o perfil do grupo que se dispôs a responder a pesquisa – perfil escolar, os professores e professoras, qual proporção — e os resultados através dos questionários. Trará algumas discussões e diálogos com o resultado dessa pesquisa, além de trazer um olhar para as novas tecnologias midiáticas e o uso delas no ensino de história, como possibilidade e como um recurso da atualidade.

A experiência na construção do produto final, aceitação, pontos positivos e negativos trarei como um capítulo final, constituindo a terceira parte da dissertação.

É um capítulo dedicado à preparação deste material didático, como recurso que ficará disponível aos profissionais da educação, aos estudantes e, posteriormente, ao público geral caso haja respaldo para isso.

1 A (RE)POLITIZAÇÃO BRASILEIRA: EDUCAÇÃO ESCOLAR E TRAJETÓRIA POLÍTICA

Quando se trabalha com História do Brasil e ensino de História, devemos levar em consideração a formação da disciplina em nosso país e sua trajetória no âmbito dos conflitos políticos e sociais, bem como suas implicações e desdobramentos nos discursos oficiais que preconizaram a construção da nação, os diversos problemas enfrentados e a consolidação do ensino.

Antes de iniciar uma análise mais pontual do que professores e estudantes estão compreendendo a respeito da história política, faz-se necessária uma discussão sobre como a política brasileira se estruturou, quais foram os alicerces e discursos utilizados para manter uma minoria elitista sempre no poder e de que forma isso se relacionou com a educação, especificamente a História. Isso nos remete ao Brasil anterior à República, mas também nos remete a um movimento de transformação da história política ao longo do século XX, e é a isso que este capítulo se destina: traçar uma discussão a respeito dessas transformações em relação ao que é política e o modo de fazer/ensinar brasileiro.

A constituição do ensino de História no Brasil foi marcada por várias fases nas quais o principal mecanismo regulador de estruturação e composição de currículos perpassou os interesses do Estado ou pelos grupos que, em determinados momentos, buscavam consolidar sua hegemonia assegurando por meio do ensino alguns conceitos “fundamentais”. Desta forma, em uma análise mais sistemática, como realizada por historiadores e historiadoras voltados a refletir sobre o ensino, podemos perceber que a constituição do currículo e da disciplina de História acompanhou o movimento político brasileiro, desde a monarquia até o período de redemocratização, e vem, desde então, sendo reestruturado. Aliado a este movimento, conseguimos perceber também o papel e a formação do profissional de História nos projetos educacionais brasileiros desde a primeira Constituição.

A História também foi utilizada como mecanismo de afirmação de uma identidade em construção, na qual “a partir do processo de constituição da disciplina escolar no século XIX, sua finalidade fundamental é a da construção de uma identidade nacional, justificando-se sua permanência e obrigatoriedade nos diversos currículos no Brasil” (BITTENCOURT, 2007, p. 34). Outro ponto de grande importância e que faz parte do delineamento desta constituição, é a influência exercida pelos países europeus: o sistema educacional brasileiro foi constituído sob

uma lógica cultural hegemônica europeia (Bittencourt, 2007).

Fazendo uma breve reflexão sobre a construção da identidade nacional, Circe Bittencourt nos possibilitou compreender melhor como a história política brasileira acompanhou a constituição da disciplina e do ensino de história no Brasil. Para a autora “a História deixou de ser, paulatinamente, uma “matéria” ilustrativa da moral religiosa universal permanente para se transformar em uma disciplina autônoma, encarregada da formação política do cidadão nacional” (1992/93, p. 199).

Durante o período monárquico, ficou evidenciado um conservadorismo que se baseava no poder das elites locais, com um nacionalismo cristão, branco e europeu — vetando discussões que conflitassem com determinada imagem sobre o “ser brasileiro” —, com um modelo francês de escolarização, o qual se utilizava programas curriculares transcritos e obras escolares francesas traduzidas, seguindo o currículo humanístico clássico que se dividia entre a história universal profana e a história sagrada, ou, história da civilização e história católica respectivamente (Bittencourt, 2007). Nesse momento podemos perceber, também, quem são as pessoas encarregadas do ensino: não serão professores especialistas e sim intelectuais do período, formando um corpo docente “composto por bacharéis, médicos, poetas, engenheiros e romancistas” que “tornaram-se professores do ensino secundário, assim como se dedicaram a escrever a história da nova nação” (BITTENCOURT, 2007, p. 35). Não serão professores especialistas, pois os primeiros cursos que passaram a formar para a atuação no ensino secundário datam da segunda metade da década de 1930 e, mesmo assim, não conseguiram suprir a demanda até a década de 1950.

Durante o período republicano, houve uma intenção de ampliar o crescimento de escolas e pensar a nova formatação para uma sociedade que se modernizava; de acordo com Circe Bittencourt entre o final do XIX até 1940 o problema da constituição de uma identidade nacional gerou “um movimento em direção ao fortalecimento de um nacionalismo patriótico e da sedimentação de uma história nacional com passado homogêneo, sem conflitos e único para todos os brasileiros” (2007, p. 38). Essa ideia de passado homogêneo e sem conflitos certamente é problemática, apresentando o povo brasileiro como pacífico, que aceitava o seu “destino” sem se revoltar contra as injustiças sociais, baseando-se na ideia de afirmação dos grandes heróis. Era essa a história ensinada nas escolas.

Fortalecia-se neste período, também, a ideia de uma sociedade que crescia longe daqueles que atrasavam o desenvolvimento. Assim, a “concepção de

nacionalismo patriótico foi bastante difundida, tendo como pressuposto que tal sentimento seria o único capaz de regenerar um povo malformado pela escravidão africana, pelos indígenas selvagens e avessos ao trabalho, pelos mulatos e seus vícios” (BITTENCOURT, 2007, p. 39) e a própria noção de civilização começou a ser difundida como conceito de progresso, separando ainda mais a população.

Foi no período republicano que entrou em extinção uma espécie de história sacralizada da nação, sendo que esse papel de enfatizar o culto da pátria passou para a chamada educação moral e cívica. Neste âmbito, o ensino de história nas escolas manteve-se como parte de um programa cívico e patriótico que foi se acentuando “até atingir contornos de nacionalismo de caráter fascista no final da década de 1930” (BITTENCOURT, 2007, p. 39). Como bem se sabe, este foi um período dominado por uma lógica baseada no governo nacionalista de Getúlio Vargas.

No início do século XX a constituição da nacionalidade e da identidade estava a cargo da produção intelectual e política do Brasil, bem como o discurso a respeito da educação, sua forma, sentido, finalidade e conteúdo. As concepções de realidade e sociedade tinham origem no nacionalismo, colocando como responsabilidade do Estado a formação da nacionalidade e do povo, sendo este último mais visto como uma “massa” que precisaria ser orientada pelas elites. Tendo em vista esta situação, os órgãos de instrução é que desempenhariam o papel fundamental na formação da consciência nacional, criando objetivos que competiam à disciplina de História, sendo que esta seria composta de elementos fundamentais para a formação que se pretendia, a qual seria a base do patriotismo, buscando um cidadão “ideal” para o Estado centralizado.

A década de 1930 veio a ser um divisor na questão dos direitos, houve uma rápida transformação nas mudanças sociais e políticas, principalmente um avanço nos direitos sociais em função de toda a legislação trabalhista implantada culminando nas CLT em 1943. Já os direitos políticos e civis passaram por um processo lento e instável devido à alternância de regimes – ditatorial/democrático.

Mas o período de 30 superou os anteriores pela amplitude e pelo grau de organização dos movimentos políticos. Quanto à amplitude, a mobilização atingiu vários estados da federação, além da capital da República; envolveu vários grupos sociais: operários, classe média, militares, oligarquias, indústrias. Quanto à organização, multiplicaram-se os sindicatos e outras associações de classe; surgiram vários partidos políticos; e pela primeira vez foram criados movimentos políticos de massa de âmbito nacional. (CARVALHO,

2002, p. 97-98)

Os anos da década de 1930 foram marcados por uma série de rupturas em relação ao modelo da Primeira República, não só em relação aos direitos, mas também na ideia de representação. Evitando tomar ao pé da letra uma noção frequentemente atribuída a José Murilo de Carvalho, o povo não esteve “bestializado”, como se estivesse inteiramente ausente. Mais apropriadamente, é preciso considerar que as camadas populares¹⁷ sabiam-se dominadas por estruturas estatais e de poder econômico muito vastas, preferindo as práticas que Teresa Caldeira (1984) chama a “política dos outros”.

Aquela década viu instaurar no Brasil um regime através de golpe político e carente de legalidade. Isso, segundo Ferreira (1990), disseminou na sociedade brasileira uma produção político-cultural que afirmava a necessidade do novo governo. Getúlio Vargas mostrou-se inteligente e conhecia a alma dos pobres, o que trouxe, conseqüentemente, um reconhecimento por parte deste segmento da população. O povo, de maneira geral, entendia o que estava acontecendo – mesmo que superficialmente –, porém, a ideia de “conformismo” era uma estratégia de vida para alcançar objetivos básicos, dentre eles o emprego, pois este constituía o sustento familiar (Ferreira, 1990).

De 1930 a 1937 o governo passou de provisório à presidência constitucional e Vargas mostrou sua capacidade de manipulação em relação às falhas deixadas pelo antigo sistema oligárquico (Fortes, 2007). As eleições de 1933 apresentaram um novo formato: voto secreto, justiça eleitoral e voto feminino – um avanço na questão da cidadania política. Ainda assim, é preciso tomar cuidado ao analisar o período 1930-1945, pois mesmo sendo marcado como o momento da legislação social, houve pouca ou nenhuma participação política e uma deficiente manutenção dos direitos civis, o que torna este período problemático visto do ponto de uma conquista democrática. Ao passo que o governo incorporava os trabalhadores através de medidas protetivas, tornava-se fácil organizar o jogo político.

¹⁷ É importante que saibamos que os modelos e concepções do que conhecemos pelo social estão em crise. Segundo Fenelon (2009), são vários os fatores que indicam: fome, miséria, desnutrição, desemprego, desastres ecológicos, armas nucleares e a possibilidade de um extermínio coletivo, questões que estão presentes em nosso cotidiano. A autora traz uma crítica que devemos, enquanto profissionais da História, estarmos atentos: a que se deve o pouco conhecimento sobre as intenções e objetivos dos profissionais quanto à prática social e ao fato da História acadêmica estar se distanciando da população. O espaço para o ensino e para as questões colocadas no cotidiano social não aparece nas discussões acadêmicas, questão essa que a autora sintetiza com a frase “estamos cada vez falando mais para nós”. É importante estarmos conectados, principalmente pela importância atribuída à função formativa da História. Sobre isso, ver mais em: FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: História de classe ou História do povo?

O período 1937-1945 trouxe a ditadura com uma Constituição que institucionalizava o autoritarismo. De acordo com Fortes (2007) o legado institucional deixado pelo Estado Novo foi um sistema corporativista de relações de trabalho. Os anos 1940 construíram a base institucional corporativista em que se desenvolveu o populismo. Indo ao encontro do que Ferreira (1990) propõe, essa tradição autoritária no pensamento político desconhecia a participação dos trabalhadores e impedia a influência da população na vida política:

Em termos gerais, as pessoas comuns não apenas não participam, como em nada influem no processo político. Incapazes de intervirem no quadro político, desqualificadas para participarem do jogo liberal-democrático, alheias e desinteressadas dos grandes acontecimentos, as pessoas comuns só reagiriam, esporadicamente, na forma de revolta, manifestações de rua e protestos localizados. Sua participação se resumiria a uma ação espontânea, regida exclusivamente pela fome. (FERREIRA, 1990, p. 188)

Após 1945, com o fim do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial, evidenciava-se uma nova fase de debates sobre o problema do nacionalismo, porém, é possível visualizar uma manutenção dos direitos sociais conquistados no período anterior e também a garantia dos direitos políticos e civis e à liberdade de imprensa, ou seja, o país caminhou “despreocupado” durante algum tempo, parecendo favorável à democracia representativa:

Após 1945, o ambiente internacional era novamente favorável à democracia representativa, e isto se refletiu na Constituição de 1946, que, nesse ponto, expandiu a de 1934. O voto foi estendido a todos os cidadãos, homens e mulheres, com mais de 18 anos de idade. Era obrigatório, secreto e direto. Permanecia, no entanto, a proibição do voto do analfabeto. A limitação era importante porque, em 1950, 57% da população ainda era analfabeta. Como o analfabetismo se concentrava na zona rural, os principais prejudicados eram os trabalhadores rurais. Outra limitação atingia os soldados das forças armadas, também excluídos do direito do voto. (CARVALHO, 2002, p. 145)

Já do ponto de vista educacional, houve uma expansão da escolarização, com uma intensa demanda de diversos setores sociais que transformavam o perfil dos alunos:

[...] o contexto historiográfico possibilitava novas análises sobre o Brasil. Uma história social e cultural, como Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda, iniciava-se e trazia, para o cenário nacional, personagens pouco estudados, como os escravos, os

colonos pobres, os operários. Uma historiografia marxista trazia análises econômicas que procuravam situar o país no mundo capitalista, identificar os confrontos entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. (BITTENCOURT, 2007, p. 43).

O professor, no entanto, era visto como um transmissor de conhecimentos produzidos por outros, que pouco ajudaria na reflexão, e os livros didáticos eram mais uma ferramenta, sem grande centralidade.

Além disso, o contexto entre as décadas de 1960 e 1980, período que compreende a ditadura militar brasileira, traria diferentes projetos de História. Com o golpe de Estado em 1964, o ensino de História tornou-se alvo do poder político autoritário que dominava o cenário (Fonseca, 1993). As medidas adotadas nesse período visavam encaixar a disciplina no projeto pretendido pelos militares. Os efeitos da reforma educacional de 1971¹⁸ gerou uma política oficial de desvalorização das Ciências Humanas e a institucionalização das disciplinas Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil como conteúdos fundamentais e instrumentos das forças políticas possuidoras do poder.

Ao tentarem destruir o Ensino de História como possibilidade de reflexão, substituindo-o por conceitos de moral e civismo, tiveram como preocupação transmitir valores morais e políticos úteis à consolidação do projeto autoritário desenvolvimentista. (FONSECA, 1993, p. 43)

Fonseca ainda destaca que a influência dos modelos europeu e norte-americano sobre o ensino de História foram muito fortes no país, marcado pelo modelo quadripartite francês e a História do Brasil dividida a partir dos marcos político-institucionais. A influência norte-americana surgiu com a disciplina de Estudos Sociais, que agrupava História e Geografia, anulando uma discussão crítica e impedindo uma separação entre áreas distintas, tornando-se anexos e ganhando destaque apenas em períodos próximos às comemorações cívicas, impondo valores e concepções.

De acordo com Nascimento (2013), haverá uma cronologia voltada para se pensar essa formação: em 1959 podemos citar os debates sobre uma educação pública, laica, obrigatória e gratuita; já na década de 1960, com a ditadura civil-militar, priorizava-se o “provimento” e não a formação. O problema encontrava-se no fato de que era necessário reformar o ensino universitário para formar professores

¹⁸

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>

para a educação básica, não havia articulação entre disciplinas de conteúdo e disciplinas pedagógicas, não havia contato entre as universidades e as escolas e, muitas vezes, o modelo didático era importado de outros países, não se encaixando na experiência brasileira.

Com o golpe de Estado em 1964 e as medidas adotadas pelo regime militar, houve uma supressão dos direitos civis e políticos, que foram direta e duramente atingidos pela repressão. “A liberdade de pensamento era cerceada pela censura prévia à mídia e às manifestações artísticas, e, nas universidades, pela aposentadoria e cassação de professores e pela proibição de atividades políticas estudantis” (CARVALHO, 2002, p. 193). O que ficava exposto para uma parcela considerável da sociedade, no entanto, é que quanto maior a repressão, maior o crescimento econômico – que durou pouco tempo –, promovendo uma sensação de estabilidade e causando um sentimento nacionalista de caráter xenófobo e reacionário.

Carvalho expõe em números essa ideia passageira de “estabilidade”:

Em 1960, os 20% mais pobres da população economicamente ativa ganhavam 3,9% da renda nacional. Em 1980, sua participação caíra para 2,8%. Em contraste, em 1960 os 10% mais ricos ganhavam 39,6% da renda, ao passo que em 1980 sua participação subira para 50,9%. Se subirmos na escala de renda, cresce a desigualdade. O 1% mais rico ganhava 11,9% da renda total em 1960; em 1980 sua participação era de 16,9%. Se os pobres não ficaram muito mais pobres, os ricos ficaram muito mais ricos. O aumento da desigualdade não era evidente na época. A rápida expansão da economia veio acompanhada de grandes transformações na demografia e na composição da oferta de empregos. Houve grande deslocamento de população do campo para as cidades. Em 1960 a população urbana era 44,7% do total, o país ainda era majoritariamente rural. Em 1980, em apenas 20 anos, ela havia saltado para 67,6%. Em números absolutos, a população urbana aumentara em cerca de 50 milhões de pessoas. Os efeitos catastróficos desse crescimento para a vida das grandes cidades só apareceriam mais tarde. Na época, a urbanização significava para muita gente um progresso, na medida em que as condições de vida nas cidades permitiam maior acesso aos confortos da tecnologia, sobretudo a televisão e outros eletrodomésticos. (CARVALHO, 2002, p. 169)

Não é à toa, também, que assim como alcançou um apoio rápido, o regime militar entrou em queda na mesma velocidade: quando a economia voltou a ficar instável a população sentiu os efeitos da repressão e a falta dos direitos políticos; “entende-se, assim, mais facilmente, por que o apoio aos governos militares foi passageiro. O “milagre” econômico deixara a classe média satisfeita, disposta a

fechar os olhos à perda dos direitos políticos” (CARVALHO, 2002, p. 191). Já na década de 1980 houve uma retomada de consciência desses direitos, sendo o movimento *Diretas Já* uma importante e incomum iniciativa cidadã, marcando um momento de avanço social, retomada política e estagnação dos direitos civis, que seria sentida alguns anos depois.

A Constituição de 1988 foi nomeada “Constituição Cidadã” por seu caráter de defensora dos valores democráticos, os quais eram anseio¹⁹ da população no período entre o fim da ditadura e a redemocratização. Hoje, sabemos que ela foi pensada em meio a diversos embates políticos e às pressas, motivo pelo qual apresenta tantas brechas e emendas, além do fato de que a democracia política não traria a resolução dos problemas econômicos mais sérios. A questão partidária também sentiu uma mudança rápida, com o crescimento acelerado do número de partidos: de dois em 1979 para 29 em 1986, muitos deles com pouca representação.

A representatividade apareceu muito mais como um problema do que como solução. Nisso talvez seja necessário lembrar que as ideias de democracia e representação associam-se com dificuldade, visto que suas trajetórias históricas são profundamente distintas e reportam-se a dimensões contraditórias, a primeira remetida à participação social, enquanto a segunda envolve a afirmação de representantes que, do alto da sociedade, são tomados como parte de um círculo de interesses e proximidades com o poder que se desdobra em privilégios²⁰.

Portanto, considerando desta maneira, não é de estranhar que houve um retorno às velhas práticas políticas também nos anos 1980 e que a imagem dos políticos como incapazes e corruptos estava de volta, ao passo em que as difíceis condições sociais brasileiras permaneceram sem resolução. O país se urbanizou

¹⁹ Independentemente das controvérsias de cunho político, a Constituição Federal de 1988 assegurou diversas garantias constitucionais, com o objetivo de dar maior efetividade aos direitos fundamentais, permitindo a participação do Poder Judiciário sempre que houver lesão ou ameaça de lesão a direitos. Para demonstrar a mudança que estava havendo no sistema governamental brasileiro, que saíra de um regime autoritário recentemente, a constituição de 1988 qualificou como crimes inafiançáveis a tortura e as ações armadas contra o estado democrático e a ordem constitucional, criando assim dispositivos constitucionais para bloquear golpes de qualquer natureza. Com a nova constituição, o direito maior de um cidadão que vive em uma democracia representativa foi conquistado: foi determinada a eleição direta para os cargos de Presidente da República, Governador do Estado e do Distrito Federal, Prefeito, Deputado Federal, Estadual e Distrital, Senador e Vereador.

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o_brasileira_de_1988. Acesso em: 04/11/2017.

²⁰ Hanna Pitkin discutiu em *Representação: palavras, instituições e ideias*, o conceito de representação e seu significado altamente complexo e abstrato, como um fenômeno cultural, político e humano. Segundo a autora, “para compreender como o conceito de representação entrou no campo da agência e da atividade política, deve-se ter em mente o desenvolvimento histórico de instituições, o desenvolvimento correspondente no pensamento interpretativo sobre aquelas instituições e o desenvolvimento etimológico dessa família de palavras” (2006, p. 21).

rapidamente, mas a população manteve-se alheia à ideia abstrata e universalista dos direitos, supervalorizando a figura do chefe do Executivo e tirando do restante dos parlamentares o protagonismo na representação democrática e resolução das dificuldades. Isso prevalece até os dias atuais e a população permanece à mercê de uma elite que detém o poder político desde a independência.

Na área da educação houve um retorno aos currículos, e a década de 1980 viu o fim da disciplina de Estudos Sociais e a volta da História como disciplina individual; os currículos escolares se reestruturaram e as políticas educacionais buscaram uma nova roupagem, com foco na formação cidadã. Todos estes acontecimentos estão inteiramente ligados ao período de redemocratização, momento marcado por movimentos políticos partindo da sociedade civil, de repensar a legislação e construir uma nova Constituição. As mudanças no ensino de História entre os anos 1970 e 1980 apareceram como resultado do conflito entre forças políticas e a reformulação dos currículos.

O ano e os acontecimentos de 1988²¹ foi no Brasil resultado de lutas populares articuladas desde a década de 1970, quando a sociedade começou a perceber os problemas do governo militar. Segundo Fonseca as palavras que vão definir a Constituição serão “descentralização, participação popular, incorporação na vida política, revalorização da ação política e cidadania” (2007, p. 247). O avanço democrático e os direitos incorporados, no entanto, podem ser vistos como uma tentativa de ocultar o passado escravista, elitista e autoritário. Para o autor, não podemos adotar uma ideia pretensiosa de que o que foi expresso na Constituição de 1988 seja válido e aplicável na prática cotidiana. É preciso ter um olhar cauteloso em relação aos acontecimentos deste período, afinal houve sucesso de um lado, mas também insucesso em determinadas proposições.

O que causa preocupação é o fato de que apesar das mudanças em relação à política, a sociedade brasileira continua a descreer nas instituições que sustentam a democracia representativa (Baquero, 2001). Os setores mais vulneráveis da sociedade brasileira tendem a encarar a política como algo externo às suas vivências, entendida como uma atividade dos “outros” (Caldeira, 1984), ou seja, daqueles que convivem com o poder institucional, acentuando uma sensação de impotência e uma percepção dos privilégios usufruídos pelos que assumem posições sociais de mando. Esses problemas e a experiência política baseada na

²¹ Um relato sobre a historiografia produzida naquele período, ver: FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. Proj. História, São Paulo, (10), dez. 1993, p. 73-90.

dominância de formas autoritárias de governo tem como consequência a restrição às possibilidades de uma participação política mais efetiva.

Para Baquero, os nossos sistemas partidários são frágeis, tem pouca credibilidade e não movimentam mobilizações e participação:

A consequência da grave crise de representação política que o país vive tem redundado numa situação paradoxal em que, por um lado, busca-se o fortalecimento das instituições via reformas políticas, enquanto, por outro, buscam-se ou resgatam-se lideranças políticas cujo carisma é sempre proporcional à sua capacidade de se impor às instituições, o que acaba deslegitimando-as ainda mais. O resultado é a vigência de um ciclo vicioso, pois quanto maior a deslegitimação institucional, maior também a exigência de líderes carismáticos, os quais contribuem para neutralizar e desacreditar essas mesmas instituições. (BAQUERO, 2001, p. 101)

Essa instabilidade democrática fica expressa na cultura política da sociedade brasileira. Se entendermos por cultura política a reprodução de comportamentos, normas e valores políticos de uma determinada comunidade, é possível perceber a fragilidade da nossa representatividade, que se tornou possível em um contexto democrático, ainda de acordo com o autor, em função das instituições democráticas servirem de apoio a setores que reproduzem sua dominação e enriquecimento. Ou seja, enquanto acontece um enriquecimento e domínio de uma pequena parcela, a grande maioria enfrenta incertezas e “como decorrência dessa cultura, constata-se o surgimento de um eleitor individualista e pragmático, cujo comportamento político se guia por princípios de eficácia administrativa e capacidade gerencial e não por princípios ideológicos” (2001, p. 103).

É importante, também, perceber o valor dado ao conceito de cidadania. As apropriações do termo podem abrigar projetos diferentes no interior da sociedade, o que pode acabar banalizando seu uso (Dagnino, 1994). É claro que os caminhos para a democracia no Brasil tiveram uma mudança de curso nos anos 1980, porém, o autoritarismo social que produziu formas de sociabilidade excludentes e uma organização hierárquica em nossa sociedade ainda encontram raízes em discursos diversos. A constituição de um espaço público democrático em 1980 encontrou terreno fértil nos acontecimentos das décadas de 1960 e 1970 e trouxe à tona novos personagens e movimentos sociais, buscando um caminho possível para as diversas reivindicações que surgiam naquele contexto.

Posterior às discussões em torno da Constituição, aconteceu no setor educacional um movimento dos governos estaduais em discutir os currículos,

principalmente por meio de uma reação de professores em relação ao que estava sendo ensinado e como estes currículos vinham sendo estruturados, uma mudança significativa “já que o professor, em alguns casos, deixou de ser entendido apenas como transmissor de conhecimento e passou a desempenhar o papel de coautor, apesar da impossibilidade de mobilizar todos os docentes” (MAGALHÃES, 2006, p. 51). Desta forma, “o problema central ao final dos anos de 1980 era democratizar o ensino e melhorar sua qualidade, considerando que havia avanços significativos no campo educacional, com maior embasamento sobre questões de ensino e aprendizagem” (BITTENCOURT, 2007, p. 46).

1.1 ENSINO DE HISTÓRIA: FORMAÇÃO CIDADÃ CRÍTICA COMO POSSIBILIDADE?

A história como disciplina surge no século XVIII na França revolucionária, bem como a revolução positivista legitimou o campo de atuação e o método adotado por historiadores a partir daquele contexto. No Brasil, a história teve uma trajetória mais complexa, mantendo como referência até o período republicano a história da Europa. Como vimos anteriormente, foi uma trajetória baseada no processo de formação de um Estado Nacional, que acompanhou as mudanças políticas e os interesses de determinados grupos sociais. Segundo Schmidt e Cainelli (2004), a partir de 1860, já em reta final do período monárquico brasileiro, é que a história nacional será incluída nos currículos escolares. Ainda assim, era uma educação elitista, baseada nas linguagens e direcionada a disciplinar a mente (Bittencourt, 2008). A partir da afirmação do regime republicano, os interesses no papel da história serão reformulados: com a intenção de formar cidadãos e tendo como foco a pátria, sendo que o processo de industrialização do país colocou as ciências exatas como peça importante na formação escolar.

A história escolar integra conjuntos de disciplinas que se constituíram como saberes estruturais no processo da escolarização brasileira, sendo seu modelo atual naturalizado pelas pessoas. Para Bittencourt (2008), nós passamos a achar “normal” essa organização curricular, que, até onde podemos analisar, sofreu importantes mudanças e reorganizações. Essas mudanças são parte de um sistema que está em constante transformação e que ao mesmo tempo mantém aspectos tradicionais. Uma questão central nesse processo é evitar a distância entre a produção científica e o ensino, criando instrumentos metodológicos que aproximem esses campos.

Para que isso se efetive, é necessário aprofundar os estudos sobre as disciplinas escolares e o papel da escola na divisão de classes e a preservação de privilégios. Vários estudiosos, que começaram na década de 1980 a se dedicar aos estudos das disciplinas escolares, perceberam que a escola é um lugar de produção de saber próprio e que isso se dá no interior de uma cultura escolar que forma disciplinas escolares com “objetivos próprios e muitas vezes irredutíveis aos das ciências de referência” (BITTENCOURT, 2008, p. 38).

Na década de 1980, o ensino de História se tornou campo de pesquisa, principalmente em função de alguns objetivos que se faziam necessários dentro do contexto histórico daquela década, que Schmidt e Cainelli (2004) elencaram da seguinte maneira: I. Combater a disciplina de Estudos Sociais, que estava de acordo com as ideologias e interesses do governo militar; II. Pensar a reestruturação dos currículos; III. Recolocar professores e alunos como sujeitos da história e produtores de conhecimento histórico. A partir desses objetivos, a disciplina história começou a ser pensada para ser crítica e manter uma relação com o cotidiano daqueles que entrassem em contato com ela.

Foi na década de 1990 que novas possibilidades e paradigmas teóricos começaram a surgir, como, por exemplo, no contexto de formação dos PCN, que se colocou como uma “referência em conteúdos e metodologias de ensino, numa tentativa de diminuir as diferenças encontradas no ensino brasileiro” (SCHIMIDT; CAINELLI, 2004, p. 14). Hoje, ainda segundo as autoras, existe a predominância da repetição de conteúdos, mas há uma mudança geral na forma de pensar o ensino de História, pois está se distanciando cada vez mais a ideia do professor-enciclopédia e aproximando a noção do professor-mediador, os conteúdos estão “saindo da forma linear para a de eixos temáticos, tendo como principal justificativa a tentativa de superar o ensino de história baseado na cronologia” e também existe uma ampliação e “incorporação de novas metodologias de ensino (documentos, filmes, imagens, etc.)” (SCHIMIDT; CAINELLI, 2004, p. 14), fazendo com que haja uma percepção diferente sobre a história, o oposto a outros contextos históricos.

O processo de ensinar história é uma dinâmica que visa colocar professores e alunos como sujeitos históricos, na qual alunos não exercem papel somente de aprendizes, mas são também produtores de conhecimentos. Atualmente um dos maiores desafios do ensino de história é o de criar novas maneiras de formar e preparar as novas gerações da nossa sociedade, trabalhando com mentalidades de grupos sociais diferentes, múltiplos e complexos, que são bombardeados de

informações diariamente, fazendo com que compreendam a história a partir da noção de processo.

A educação histórica no início do século XXI faz-se uma tarefa complexa e polêmica, na qual não basta apenas transmitir conteúdos como pensamento único determinado por grupos influentes. No entanto, viver na sociedade atual é estar em permanente confronto com informações diversas e visões de mundo ainda mais plurais. O impacto das novas tecnologias trouxe uma mudança de comportamento e de ver as coisas sob uma nova ótica, dinamizando relações, oportunizando acesso múltiplo e variável a fontes diversas, ajudando a compor a consciência histórica desses grupos e indivíduos componentes de uma sociedade civil, que compartilham de uma cultura política — ou de várias culturas políticas — dentro do seu contexto de vivência. No entanto, o conhecimento do mundo não é instantâneo, sem a História o passado serve apenas a interesses práticos, pois a experiência vicária obtida no ensino de História desenvolve a concepção dos educandos e educandas do que é ser humano (Lee, 2011).

Para Isabel Barca (2007) alguns modelos e versões da história são mais atualizados que outros, assim como alguns temas e escalas de abordagem permitem maior relevância para responder problemas da sociedade de hoje do que outros:

Tal pressuposto não autoriza a que, em História, se legitime toda e qualquer interpretação do passado: o compromisso com as fontes disponíveis e a coerência com o contexto constituem princípios em que se baseia a validação de uma ‘conclusão’ histórica, bem como a distinção entre História e Ficção. A mobilização destes princípios ajudará também a distinguir entre níveis de discurso sobre o passado —especulativo, histórico ou de senso comum. Os jovens, tal como os adultos, precisam de exercitar estas competências de selecção e avaliação da informação com base em critérios racionais, sem esquecer o sentido humano da vida. (BARCA, 2007, P. 6)

É importante que a história apresente as condições para o pensar historicamente: saber “ler” a informação, debater e selecionar informações com fundamentação, saber interpretar as fontes e aprender a analisar pontos de vista. A educação, e o ensino de história em particular, têm muitas questões que podem ser mais bem desenvolvidas, pensadas e trabalhadas. A própria noção do que deve ser o ensino de história pode ser reavaliada: por trabalhar com humanidade e aspectos culturais, políticos, econômicos, sociais e religiosos diversos, a função da história não deveria ser a de levar à transformação de pensamentos? De inculcar um senso

crítico em relação ao lugar no mundo e no local em que vive? A resposta para essas perguntas parece até óbvia, mas muitas vezes a realidade da educação não permite aos docentes orientar uma prática racional, que possibilite a apreensão de conceitos e categorias para pensar historicamente e temporalmente, produzindo visão crítica e lançando um olhar diferente para a realidade do mundo. É preciso ter atenção não só aos conteúdos e às escolhas temáticas, mas também em relação às perspectivas de quem está aprendendo, que podem trazer ideias prévias importantíssimas para a construção do conhecimento em sala de aula. Os objetivos de uma aula de História são a produção de saberes de natureza histórica que façam sentido para aqueles que entram em contato, compreendendo de forma mais densa o mundo em que vivem. Não é a toa que a palavra “crítica”, de acordo com Seffner (2011), expresse muito bem esse objetivo central: olhar para a sua realidade e refletir a respeito dela.

Os professores de história encontram no cotidiano uma tarefa complexa, com desigualdades de uma sociedade heterogênea e características, segundo Bittencourt (2004), modernas e arcaicas. Para superar o ensino tradicional é preciso qualificar e atualizar tanto professores como currículos, porém, é de conhecimento geral que essa não é uma tarefa simples e que possa ser realizada em curto prazo. Se fossemos levantar uma pesquisa hoje comparando formação de professores de história e produção de material didático, poderíamos ver muitas mudanças importantes em relação ao que estava sendo produzido há vinte anos, mas que ainda merecem atenção e melhorias. Também não é fácil readaptar profissionais que estão formados há muito tempo e que se afastaram da produção acadêmica e das discussões científicas: não sobra tempo, existe exaustão, sobrecarga de funções e cobranças. Os professores acabam criando identidades duais, que oscilam entre transmissores e mediadores; o que se espera desses profissionais é que articulem a competência acadêmica – os saberes – com a competência pedagógica – os fazeres.

Já os estudantes, na grande maioria das vezes, tem dificuldade de estabelecer relações temporais e pensar os acontecimentos históricos como parte de um processo que está todo conectado, e acabam também se desinteressando pelo formato conteudista que a história assume muitas vezes. A sala de aula é um espaço de construção de sentidos, bem como “a escola integra um conjunto de objetivos determinados pela sociedade e articula-se com eles” (BITTENCOURT, 2008, p. 42) e a história é uma disciplina que levanta questões que muitas vezes tem diversas interpretações ou que não podem ser respondidas, desta forma, é

necessário que haja o trabalho com a problematização, que se torna um procedimento fundamental para a educação histórica e o entendimento da vida em sociedade. Sendo assim “cabe ao professor: ensinar o aluno a levantar problemas, procurando transformar, em cada aula de História, temas em problemáticas” (SCHIMIDT in BITTENCOURT, 2004, p. 57).

As novas tecnologias estão impulsionando novas direções para o ensino, e entender esse papel da história é entender também que a busca por um saber crítico não é tão fácil em uma sociedade necessitada de educação de qualidade e abundante em informação. Os profissionais de história, assim como a própria história, exercem uma função formativa imprescindível para o desenvolvimento da consciência histórica, por isso a adaptação a esse mundo digital faz-se tão necessária para ampliar o campo de trabalho de historiadores e professores, bem como aproxima ao cotidiano dos jovens e diminui a limitação digital que as gerações anteriores têm em relação às novas gerações.

Percebemos que a trajetória da História como disciplina no caso brasileiro remete diretamente à formação e articulação da nossa política, no entanto, está evidente nos dias atuais uma inclinação ao senso comum de que a formação cidadã está *apenas* e *diretamente* ligada ao ato de ir até as urnas votar e que democracia é sair bradando a sua opinião independente dos direitos do outro.

Primeiramente, devemos ter elucidada a noção de que a influência da colonização e dos modelos seguidos posteriormente à declaração da independência brasileira tem total ligação com a estruturação da nossa política e a construção da noção de cidadania em nossa população. Como vimos na primeira parte deste capítulo o ensino de História acompanhou essa trajetória. De acordo com José Murilo de Carvalho o fenômeno da cidadania é complexo e historicamente definido, “liberdade e a participação não levam automaticamente, ou rapidamente, à resolução de problemas sociais. Isto quer dizer que a cidadania inclui várias dimensões e que algumas podem estar presentes sem as outras” (2002 p. 9). E o que isso tem a ver com o ensino de História? Muita coisa, afinal muitos destes conceitos são discutidos em sala de aula ao longo do ensino escolar, mas não se sabe muito bem *como* e se tem feito sentido aos jovens que estão entrando em contato com essas temáticas.

É por este motivo a defesa de um ensino mais efetivo e direcionado sobre a nossa trajetória política. Muitas pessoas não sabem a diferença entre direitos civis, políticos e sociais, por exemplo, mesmo defendendo estes e sua aplicabilidade, pois

se fala muito em cidadania e pouco se discute sobre ela. Se conteúdos como esse pudessem se aliar ao ensino de história e começassem a fazer parte das discussões com estudantes, seria uma forma de construir bases para, de fato, alcançarmos uma consciência política, afinal

Cidadania virou gente. No auge do entusiasmo cívico, chamamos a Constituição de 1988 de Constituição Cidadã. Havia ingenuidade no entusiasmo. Havia a crença de que a democratização das instituições traria rapidamente a felicidade nacional. Pensava-se que o fato de termos reconquistado o direito de eleger nossos prefeitos, governadores e presidente da República seria garantia de liberdade, de participação, de segurança, de desenvolvimento, de emprego, de justiça social. De liberdade, ele foi. A manifestação do pensamento é livre, a ação política e sindical é livre. De participação também. O direito do voto nunca foi tão difundido. Mas as coisas não caminharam tão bem em outras áreas. (CARVALHO, 2002. p. 7)

Nota-se, não só nos movimentos atuais, mas também nos do século passado, que a sociedade civil e até os movimentos sociais no Brasil tendem a ficar em um tipo de “modo de espera” em relação às ações a serem tomadas politicamente. É como se houvessem momentos de agitação e momentos de pausa, sendo este último normalmente o mais longo. São nestes momentos de pausa que as coisas começam a “sair do controle”, quando os direitos são retirados, a instabilidade começa a surgir, a segurança pública não dá conta de atender às demandas, há o abuso de governo, o desemprego, a falta de acesso ao ensino público. É aí que surgem em meio ao dia a dia da população expressões de ordem, tais como “o problema são esses políticos”, “corja de ladrões”, “é tudo uma roubalheira”, “o povo é que paga”²². Não quero dizer com isso que a nossa sociedade sempre esteve alheia aos problemas mais urgentes, mas também não existe uma consciência mais apurada em relação ao problema da nossa estrutura política. Essa ideia vai de encontro ao que José Murilo de Carvalho defende ao afirmar que “a ausência de ampla organização autônoma da sociedade faz com que os interesses corporativos consigam prevalecer. A representação política não funciona para resolver os grandes problemas da maior parte da população” (2002, p. 223). É a essa ausência de organização que posiciono minha crítica e entendo a educação como um caminho possível para uma formação mais preparada para o exercício da cidadania, ou pelo menos uma parte muito importante dela: o entendimento das estruturas de poder.

²² Trago aqui estas expressões que circulam nas conversas informais do nosso dia a dia, em transporte coletivo, na padaria da esquina, em uma conversa de família, etc.

Nas propostas de historiadores no contexto da década de 1980, citado mais acima, estava a visão de que o ensino estava relacionado a um projeto ético-político que impedia os cidadãos à conquista da democracia. A Nova História francesa influenciou a formação da nova geração de professores de história e revitalizou a análise do conteúdo político, que segundo Janotti no livro organizado por Circe Bittencourt (2004, p. 49), trouxe-o para o estudo global da sociedade.

1.1.1 O RETORNO DA POLÍTICA

De acordo com Ferreira, o século XX vivenciou uma crise da História Política, entendida como incapaz de responder às demandas dos que pretendiam compreender o funcionamento estrutural da sociedade e percebia-se o abandono de uma história elitista, individualista, factual e subjetiva (1992, p. 266).

No livro que organizou, *Por uma história política*, René Rémond reuniu uma coletânea de artigos de diversos autores que contribuíram para a discussão e entendimento desta nova forma de pensar a história política, baseado no caso francês, mas que traz boas contribuições para pensar a política na atualidade. Sua preocupação está direcionada a enfatizar como a história política se organizou ao longo das transformações conceituais e metodológicas da disciplina História ao longo do tempo, chegando à conclusão que como a sociedade está em constante transformação, também a disciplina faz parte de tal processo histórico.

Os aspectos políticos da História, segundo Capelato (1996), indicam importante tendência para a atual historiografia brasileira, que traz desde a transição democrática a disputa de conciliar democracia e crise econômica. Para a autora, desde os anos 1970 a América Latina convive com desigualdades, violência e miséria e o ressurgimento de movimentos nacionalistas, regionalistas, localistas e de caráter religioso causaram surpresa, a ênfase nas resistências aponta novos caminhos e a democracia participativa foi vista como algo inesperado.

A ideia de cidadania participativa, novidade na história brasileira, convive com a velha noção de cidadania outorgada, imposta do alto desde os anos 1930, e com a concepção de cidadania excludente que caracteriza nossa história republicana desde os seus primórdios. (CAPELATO, 1996, p. 165)

Para Rémond, o político não tem fronteiras naturais e é difícil defini-lo ou limitá-lo dentro de traços estipulados, definindo-o de uma forma mais abstrata,

relacionada ao poder; ou seja, o político não tem margens e dialoga com a maioria dos outros domínios. Assim, subentende-se que a política é o estudo das relações de poder na sociedade²³. O autor se encarregou de trazer à tona, agora ressignificada, o que chama de nova história política, aquela que passa a conceder espaço às transformações sociais mais amplas, ou seja, ressaltar a importância da história política para a compreensão do todo social, selecionando as massas como objeto central.

A história política tem muito a contribuir para os outros setores da história, porém, antes de passar por esse processo de ressignificação, houve um momento de crise, o qual apontava uma história que deveria ser “abandonada”, pois estava voltada para o Estado e a Nação, a formação dos estados nacionais, aos confrontos de ideologia, às lutas partidárias e não às questões sociais postas e anteriores às escolhas políticas:

Seus pressupostos eram que os comportamentos coletivos tinham mais importância para o curso da história que as iniciativas individuais, que os fenômenos registrados numa longa duração eram mais significativos e mais decisivos que os movimentos de fraca amplitude, e que as realidades do trabalho, da produção, das trocas, o estado das técnicas, as mudanças da tecnologia e as relações sociais daí resultantes tinham mais consequências, e portanto deviam reter maior atenção dos observadores, que os regimes políticos ou as mudanças na identidade dos detentores de um poder cujas decisões, segundo se entendia, só faziam traduzir o estado da relação das forças sociais, ou refletir realidades anteriores às escolhas políticas. (RÉMOND, 2003, p. 16)

Esse abandono se deu em função de uma noção “factual, subjetivista, psicologizante e idealista” a qual “reunia todos os defeitos do gênero de história do qual uma geração almejava encerrar o reinado e precipitar a decadência” (2003, p. 18). Tentava-se passar da história dos tronos e dominações para os povos e sociedades, e o historiador do político seria o “atrasado”. É aí que a história política perde protagonismo e dá espaço às massas.

Aos poucos, a política se apresentou como que a satisfazer as demandas de uma opinião pública interessada em responsabilizar o poder público por seus problemas, levando a uma ressignificação baseada em interesses sociais, pois se acredita que o retorno do foco político se dá pelo fato da ampliação do papel do

²³ Toda coletividade exerce papéis de dominação/sujeição, por isso poder e resistência mantêm uma relação de coexistência, afinal só há resistência pois há uma relação de poder estabelecida, e vice-versa.

Estado na sociedade:

[...] existe uma política para a habitação assim como para a energia; a televisão é um investimento político, o sindicalismo intervém no campo das forças políticas. Em torno de um núcleo estável e restrito que corresponde grosseiramente às funções régias do Estado tradicional, o campo da história política irradia em todas as direções e libera como uma multiplicidade de digitações. (RÉMOND, 2003, p. 444)

A interdisciplinaridade é outro ponto destacado no retorno da história política nas questões historiográficas da atualidade. A abordagem mais ampla da política beneficia-se de técnicas e métodos de ciências afins, como é o caso da matemática, da qual emprestou os dados estáticos, assim como a história quantitativa e também a ciência política como grande aliada nas relações de novos objetos a abordar.

Referenciando a historiografia francesa, Rémond destaca nomes como Charles Seignobos e André Siegfried. O primeiro acentuou a diversidade dos temperamentos políticos e o segundo mostrou a importância da geografia eleitoral. Também enalteceu o trabalho de Jean Jaques Chevalier com sua abordagem sobre o renascimento das ideias políticas, das instituições, correntes de pensamento e personalidades.

A título de estudo geral, o autor faz um balanço da trajetória percorrida pela História Política, sendo hegemônica num primeiro momento para, em seguida, passar a sofrer críticas que a identificavam como uma narrativa tradicional e incapaz de renovar-se. Por fim, em um terceiro momento, percebe-se o retorno da história política nos anos 1960 e 1970, favorecida por abordagens que tendiam a superar dicotomias e buscavam interligar o econômico, o social, as manifestações gerais da cultura e a política, como dimensões indissociáveis em que todos são determinantes e determinados no processo histórico.

1.2 REAÇÕES AOS “DISCURSOS DO POLÍTICO” NAS ESCOLAS: PROBLEMAS ATUAIS

De acordo com o que trouxe na introdução deste trabalho, existem atualmente programas que se destinam a acabar com o pluralismo de ideias, caso do Programa “Escola Sem Partido”²⁴, que defende a “desideologização” no ambiente

²⁴

Ver: <http://www.programaescolasempartido.org/>
<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf>

e

escolar, restringindo conteúdos sob a perspectiva da neutralidade do conhecimento e propagar a ideia de que os estudantes são alvo de doutrinação política.

O “Escola Sem Partido” além de ameaçar o livre pensamento, ameaça também profissionais da educação, pois seu forte fundo ideológico vira uma arma na mão de pais e alunos – que seriam os responsáveis por “fiscalizar” a atuação dos/as professores/as -, desconsiderando as experiências de vida dos estudantes, sua consciência e lugar na sociedade.

A noção apresentada de que os profissionais da educação estariam modificando pensamentos, é um grande equívoco, pois sabemos que os indivíduos possuem suas particularidades e não são depósitos de conteúdo. Seja uma criança, jovem, adulto ou idoso, cada ser humano possui uma consciência que vai despertar, aliada aos valores aprendidos nas relações familiares, sua personalidade e formação. O ESP traz a ideia de que a educação é um processo técnico e melhor realizado na ausência de discussões políticas.

O que sabemos é que o debate deveria estar voltado à qualidade da nossa educação escolar e não em enganos ideológicos que pretendem naturalizar preconceitos e criar uma noção de que a educação crítica está ligada a partidos e ideologias pessoais. No entanto, o que é ideologia? Cleomar Manhas traz essa questão no texto que publicou na coletânea da Ação Educativa (2016), e discute com muito cuidado, mostrando que nada mais é do que uma ideia compartilhada por um grupo, fazendo com que a realidade seja vista a partir do seu prisma. Além disso, a própria noção de neutralidade é carregada de ideologia, pois tem como base as concepções de mundo do grupo que a defende. O que precisamos imediatamente é de uma reforma na instituição “escola” e não de leis que a amarrem e a ponha num lugar que não é o seu.

Para os grupos que estão na linha de frente de defesa do ESP, discussões sobre sexualidade e gênero estão acima na pauta de urgência sobre a educação no Brasil do que problemas estruturais, de administração, organização, material e etc. São frequentes as referências à chamada “Ideologia de Gênero”²⁵, outro programa que ameaça o livre pensamento e tenta, mais uma vez, denunciar professoras e professores como doutrinadores e influenciadores diretos na formação da identidade de gênero de seus alunos e alunas, além de acusar as escolas de estarem tentando

²⁵ A justificativa utilizada pelo grupo de deputados e deputadas que tentam acabar com a discussão de gênero nas escolas pode ser acessada neste documento: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1359704.pdf>

destruir a instituição “família”²⁶.

E aqui faço uma breve pausa para entendermos melhor o uso da categoria gênero. De acordo com Joana Maria Pedro e Rachel Soihet (2007) em artigo dedicado a essa questão, gênero é uma categoria de análise que tem uma trajetória difícil no campo historiográfico. A História apropriou-se tarde desta categoria, bem como da categoria “mulher” como método de análise na pesquisa histórica. Para elas, parte dessa demora se deve ao “caráter universal atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria ‘homem’” (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 284). A partir da década de 1960 é que cresceu na historiografia um movimento que relativizou a importância de métodos ou conceitos teóricos rígidos. Desde a constituição de uma História das Mulheres foi possível descreditar as correntes historiográficas que estavam polarizadas para um sujeito humano universal, inaugurando aí importantes estudos que vão dividir o que é ser homem e o que é ser mulher, a partir de experiências, atribuições sociais, participações políticas, etc. A partir disto, gênero constitui-se em uma categoria que dá ênfase ao caráter fundamentalmente social, cultural, das distinções baseadas no sexo:

Mas, afinal, por que ‘gênero’? Essa categoria foi tomada de empréstimo à gramática. Em seu sentido original, gênero é o fenômeno da presença em algumas línguas (por exemplo, as indo-européias) de desinências diferenciadas para designar indivíduos de sexos diferentes ou ainda coisas sexuadas. Gênero, nas ciências sociais, tomou outra conotação, e significa a distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e a dimensão biológica dos seres humanos. O grande impacto que vem produzindo nas análises sociais funda-se em ter chamado a atenção para o fato de que uma parte da humanidade estava na invisibilidade – as mulheres –, e seu uso assinala que, tanto elas quanto os homens são produto do meio social, e, portanto, sua condição é variável. [...] Além disso, ‘gênero’ dá precisão à idéia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações de poder; dá relevo ao aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, de que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois poderia existir através de um estudo que os considerasse totalmente em separado [...] (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 288)

Considerando o que está exposto acima e o ensino, a ideia de doutrinação levantada por esses grupos é algo que não encontra respaldo na educação brasileira e é inadequada. O pensamento plural é o modo mais eficaz para levar os alunos a pensarem, pois possibilita a problematização e o confronto de diversos

²⁶ Família aqui entendida como o modelo tradicional heteronormativo: composto por pai, mãe e filhos, nas quais o pai é o provedor da casa e a mãe a figura cuidadora dos filhos e dos serviços domésticos, muitas vezes não trabalhando fora de casa.

pontos de vista. A justificativa, que diz haver uma tentativa de doutrinação à esquerda também não condiz com a realidade brasileira:

[...] uma pesquisa do Instituto Datafolha, realizada em 2014, mostra que há mais brasileiros afinados com ideias defendidas pela direita (45%) do que à esquerda (35%) em temas relativos a comportamento, valores e economia. Em relação a anos anteriores, há um avanço da direita e um recuo da esquerda. (RATIER IN EDUCATIVA, 2016, p. 32)

Ratier também defende em seu texto que a imagem de “jovens passivos” não representa a realidade das escolas brasileiras e esse “poder” que os docentes teriam sobre os alunos está completamente fora de contexto, afinal, a tendência que se enxerga nas escolas é a de que esses jovens escutam a ideia, refletem sobre ela, interligam informações com o que conversam em casa ou com amigos, veem na mídia, etc., para depois pensar se faz sentido e se deve aceitar ou não aquilo dentro da sua experiência e visão de mundo.

Ou seja, as ideias que grupos defensores do ESP trazem são infundadas e sem base de pesquisa. O pluralismo e a conscientização são formas de mediação que formam conhecimento baseado na aproximação crítica da realidade, algo que está longe de “converter pessoas” como afirmam esses grupos.

Essa situação não só é complexa, errônea e tira o foco dos reais problemas da educação como limita a metodologia e a liberdade de ensinar de tantos profissionais, pois muitos familiares apoiam o programa sem conhecer a fundo a proposta, cobrando posicionamentos das escolas e dificultando ainda mais o ensino, pois pretende controlar a escola e os passos dos educadores, transformando-a num ambiente autoritário. O direito à educação passa por se apropriar de diferentes culturas, ter autonomia e desenvolver capacidade de compreender e participar do mundo, ideias que não se alinham às propostas do ESP.

O ESP foi idealizado em 2004 e permaneceu esquecido até o início da década de 2010, dado o momento dos debates sobre a educação no Brasil. Abraçado pelos grupos de direita e tendo apoio do Ministro da Educação, esse programa trouxe a noção de que educar é tarefa restrita à família:

O slogan “Meus filhos, minhas regras”, que sintetiza a démarche familista do ESP, passou a ser repetido nas intervenções públicas do grupo e de seus aliados e também usado como hashtag nas redes sociais. Paródia da histórica bandeira feminista “meu corpo, minhas regras”, o lema subverte seu sentido original, que é a afirmação da

autonomia e dos direitos individuais das mulheres, colocando em seu lugar a submissão absoluta das crianças a seus pais, tratadas como se fossem suas propriedades. (MIGUEL, 2016, p. 603)

É importante desconstruir o argumento utilizado por estes grupos: a família. Sabe-se que o âmbito familiar muitas vezes é carregado de opressões, violência e abuso e, portanto, não pode ser caracterizado como “sagrado” e intocável. É preciso uma defesa da concepção plural de família e proporcionar aos sujeitos individuais uma pluralidade de visões de mundo.

Sabe-se também que a família é essencial para garantir a rede de apoio que todos os cidadãos em formação precisam: educação, moradia, segurança, alimentação, etc. No entanto, é de conhecimento público que para ter uma rede de apoio não precisamos necessariamente nos ater ao modelo tradicional de família, inclusive pelo fato de que a configuração tradicional não corresponde a real configuração das famílias brasileiras na atualidade — casais sem filhos, mulheres solteiras, mães com filhos, homens solteiros e pais com filhos são exemplos pontuais de configurações familiares que vêm dominando o cenário social brasileiro.

Segundo Scott (2009), são vários os estudos que trouxeram ao debate a questão familiar no Brasil: Oliveira Viana e Gilberto Freyre nas primeiras décadas do século XX, mostrando um perfil patriarcal e diretamente ligado à formação da nação; Caio Prado Jr. com uma análise sobre a promiscuidade da sociedade colonial; Sérgio Buarque de Holanda destacando a importância do *pater* famílias, não pretendendo formar cidadãos e sim parentes, transferindo a invasão do público pelo privado, do Estado pela família. Na década de 1970 o avanço da História Social proporcionou um fôlego para a temática e entre as décadas de 1980 e 1990 recebeu um intenso debate sobre o patriarcalismo, promovendo um olhar sobre o poder pátrio, aquele conferido aos pais e maridos, que em nada se assemelham a real configuração das famílias brasileiras na atualidade e que ignoram a mulher dentro da sociedade civil. A América Latina possui uma extensa variação de organizações familiares, com inúmeros domicílios chefiados por mulheres e uniões que não envolvem o casamento.

Estes setores, reunidos principalmente entre religiosos e organizações conservadoras, defendem o que chamam de família e costumes tradicionais, divulgando e disseminando informações distorcidas sobre a questão da diversidade e trazendo o termo “ideologia de gênero” associado àquilo que destruiria essa família e seus costumes (EGGERT; REIS, 2017).

A possibilidade de desconstrução dessa noção tradicional provocou um pânico moral e um retrocesso consideráveis:

Utilizou-se de desonestidade intelectual, formulando argumentos sem fundamentos científicos e replicando-os nas mídias sociais para serem engolidos e regurgitados pelos fiéis acríticos que os aceitam como verdades inquestionáveis. Utilizou-se também de uma espécie de terrorismo moral, atribuindo o status de demônio às pessoas favoráveis ao respeito à igualdade de gênero e diversidade sexual na educação, além de intimidar profissionais de educação com notificações extrajudiciais com ameaça de processo contra quem ousasse abordar esses assuntos na sala de aula. Criou-se um movimento para “apagar” o assunto gênero do currículo escolar. (EGGERT; REIS, p. 20, 2017)

Com o fim da ditadura, houve um consenso em combater a desigualdade e a defesa dos direitos humanos. Atualmente, de acordo com Miguel (2016), há uma significativa presença de discursos de exaltação da desigualdade como consequência da meritocracia, um fundamentalismo que anula a possibilidade de debate e se alia aos latifundiários e aos defensores de armas trazendo uma confusão ideológica e um discurso conservador.

Há uma naturalização das relações e da família baseadas estritamente entre homens e mulheres, pautada em evidências biológicas e traçando um destino da sexualidade e do gênero. Pois bem, se a família é tomada nos discursos dominantes como o suporte da sociedade, o próximo passo seria a reprodução, que é o que sustenta a noção de família tradicional e, as famílias que não seguem o “padrão tradicional” não poderiam sustentar a sociedade.

É preciso ter a noção, primeiramente, que há décadas tanto no plano nacional quanto no internacional existe um processo para a promoção da equidade entre gêneros, e a educação tem exercido papel fundamental neste processo. No Brasil, dado o momento de discussão e dos debates sobre o PNE²⁷, e também deste nos estados e municípios, o uso do termo “ideologia de gênero” foi massivo entre setores tradicionais, reacionários e fundamentalistas da nossa política. O que realmente vem aparecendo nos documentos oficiais, diferentemente do que estes setores apontam,

²⁷ O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos. O primeiro grupo são metas estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais. Um segundo grupo de metas diz respeito especificamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade. O terceiro bloco de metas trata da valorização dos profissionais da educação, considerada estratégica para que as metas anteriores sejam atingidas, e o quarto grupo de metas refere-se ao ensino superior. Ver mais em: <http://pne.mec.gov.br/>.

no entanto, é o objetivo de garantir o alcance da equidade e o respeito à diversidade.

Os “atacados” utilizam a argumentação de que “ideologia de gênero” é uma categoria vazia e que não compreende o real significado da noção do que é o gênero, pois tenta impor uma noção distorcida; já os que “acusam” afirmam que existe uma tentativa de impor tudo que é LGBT – ou relacionado à diversidade — à cultura, educação, legislação, etc., pois acreditam que a homossexualidade é uma opção e que gênero é algo que possa ser “ensinado” e não que seja algo inerente à identidade e personalidade da pessoa.

Olhando por outra perspectiva, sabe-se que a comunidade LGBT, na verdade, não quer ser discriminada e luta pela mesma obtenção de direitos que o restante da população heteronormativa. Afinal, espera-se que a lei proteja igualmente todos os cidadãos e cidadãs de uma determinada nação. No Brasil atual, sabemos que a lei beneficia um tipo de crença e defende a “família tradicional” como o suporte da sociedade.

É necessária a defesa da igualdade para evitarmos a perpetuação de ideologias deturpadas. O que tem sido propagado gera entre aqueles setores que não tem acesso aos debates científicos uma noção distorcida sobre sexualidade e sobre diversidade – também ideológica. Estes grupos passaram a enxergar nas abordagens de gênero a tal “ideologia” sem se dar conta que seus discursos também são ideológicos, pois defendem uma concepção fundamentada em crenças e ideias pessoais, ou seja, em suas próprias ideologias. Além disso, não há uma proposta do que incluir nos planos educacionais, apenas do que retirar, o que deixa ainda mais específico o ataque ao ensino democrático e diverso e ao pluralismo de ideias.

A “neutralidade” forma uma educação escolar sem objetivos relevantes, contrária à Constituição e ao direito à educação, e acabam por reduzir a tolerância e a diversidade, valores raros no Brasil atual, que vive um momento de intolerância, ódio e desrespeito, que são reforçados por pessoas desinformadas baseadas em equívocos conceituais:

Essa desconfiança quanto aos propósitos desse movimento se reforça quando se constata um segundo equívoco conceitual no Escola Sem Partido. É bom que se diga em voz alta: a escola não é extensão da casa dos pais dos alunos. Todos os sistemas educacionais mais estruturados no mundo seguem esse pressuposto, uma vez que partem da visão de que a escola tem um

papel importantíssimo na socialização das pessoas, dando elementos que são fundamentais para os indivíduos se desenvolverem intelectualmente e no plano dos valores. (ABRUCIO in EDUCATIVA, 2016, p. 62)

Projetos como ESP e Ideologia de Gênero criminalizam a docência, impedem o exercício da profissão e da capacidade de reflexão autônoma: uma sociedade justa se faz combatendo todos os tipos de preconceito e permitindo a todos os cidadãos e cidadãs direitos iguais.

Programas como esses são realmente problemáticos em vários sentidos e fazem com que nos questionemos sobre sua amplitude e como são “saídas possíveis” para acabar com a tal “doutrinação” que estaria sendo planejada pelos profissionais da educação. Acredito que a resposta está relacionada diretamente ao comportamento político da nossa sociedade e à falta de conhecimento acerca da nossa formação sócio-política. Isso pode vir de todos os lados, mas acredito na força que a mídia tem sobre, e mais recentemente as redes sociais assumiram essa liderança naquilo que podemos chamar de “conhecimento de Facebook”, ou seja, um conhecimento limitado, em grande parte pouco referenciado e amplamente divulgado sem questionamento.

Segundo Paraíso (2016), o contexto político nacional e internacional tem sido favorável a esses projetos, que acabam pondo em risco as bases da educação. Os defensores vêm utilizando slogans, chamadas, textos e cartilhas com informações distorcidas que são constantemente propagadas na internet e pela mídia em geral, com conteúdos que dão conta de naturalizar a concepção de família, da maternidade, da mulher como complementar ao homem e a imposição da heterossexualidade. Para a autora, a noção de resistência para combater o avanço destes programas deve trazer novidades e ampliar o foco, pois acaba criando possibilidades de mobilização ainda maiores, e este tem sido o desafio maior dos profissionais da educação que compreendem o problema, afinal, a maior parte não defende uma escola partidária.

Desde a década de 1980 os brasileiros presenciaram muitas conquistas, porém, não houve na educação a construção de uma cultura democrática e cidadã, houve uma séria negligência quanto à formação política, abrindo brechas para o que estamos passando atualmente, pois o ESP é também fruto de uma sociedade manipulada pela mídia, pela religião, pelos costumes tradicionais, pela ideia burguesa e empresarial/elitista.

Ao longo de nossa trajetória histórica houve um domínio das elites e uma

tentativa incessante em calar as minorias, algo que também sempre veio acompanhado pela mídia sensacionalista. Porém, é conhecido também o fato de que existiram e ainda existem movimentos contrários ao domínio elitista em nosso país, assim como cada vez mais surgem movimentos favoráveis às ideias conservadoras e tradicionais, como o MBL²⁸, uma organização não governamental, que utiliza muito as mídias e principalmente redes sociais para divulgar suas ideias e vídeos.

Atualmente, temos uma estrutura de representantes políticos que não corresponde à formação da nossa sociedade²⁹. Consultando dados básicos e estatísticos é possível visualizar essa disparidade: podemos perceber que a grande maioria é composta³⁰ por homens, brancos, de posição social média ou alta e que, em grande maioria, utilizam de seus cargos para defender seus interesses pessoais e não os da população que os elegeu.

Vimos acontecer no Brasil nos últimos anos, principalmente após as manifestações de Junho de 2013, a ascensão de uma onda conservadora que tomou conta de grande parte da população, incluindo aí uma parcela de jovens em idade escolar. É certo que a grande maioria dos estudiosos que tentam ou tentaram avaliar os acontecimentos de 2013 foram desafiados a compreender a constituição de um movimento difuso e cheio de intenções díspares. Para Singer (2013) as relações de classe e propriedade não estiveram no centro das manifestações, o que se pôde perceber foram dois pontos de vista: os de uma classe média e o de uma massa de trabalhadores des/semiqualeificados — os quais ele chama de novo proletariado -, socialmente heterogêneos, com propostas multifacetadas e na faixa dos 25 anos.

Além disso, o surgimento de uma vertente à direita dentro de um movimento que partiu da esquerda transformou o cenário e reinventou as regras do jogo:

O fato é que, a partir do momento em que importantes setores de classe média foram para a rua, o que havia sido um movimento da nova esquerda passou a ser um arco-íris, em que ficaram juntos desde a extrema-esquerda até a extrema-direita. As manifestações

²⁸ De acordo com a descrição da página oficial do Facebook: “O MBL - Movimento Brasil Livre - é uma entidade sem fins lucrativos que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera. Defendemos a Democracia, a República, a Liberdade de Expressão e de Imprensa, o Livre Mercado, a Redução do Estado, Redução da Burocracia”. Para mais informações: <https://www.facebook.com/mblivre/> ou <http://mbl.org.br/>. Acesso em 04/11/2017.

²⁹ Ver mais em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/mulheres-sao-maioria-da-populacao-e-ocupam-mais-espaco-no-mercado-de-trabalho>.

³⁰ Ver mais em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/07/mulheres-ainda-tem-baixa-representatividade-na-politica-diz-especialista>.

adquirem, a partir daí, um viés oposicionista que não tinha antes, tanto ao governo federal quanto aos governos estaduais e municipais. (SINGER, 2013, p. 34)

Essa onda começou a preocupar por tratar de discursos esvaziados de sentido, sem reflexão crítica, baseados na intolerância, na individualidade, no desrespeito, na meritocracia e demonstrando como boa parte da população não tem hábito em checar as informações veiculadas pela mídia — impressa ou digital — assim como não reflete sobre a formação histórica brasileira, suas disparidades sociais, o controle corporativo e elitista.

Esses discursos convencem a população, penetram em todas as camadas sociais e fluem pelo senso comum. Aliados a isso, vieram somar à questão da heterogeneidade de discursos o papel das redes sociais: utilizadas em tempo real, elas permitiram uma resposta rápida em relação aos acontecimentos, visibilidade midiática, amostragem da diversidade de demandas e atingiram diversos setores³¹.

Mas sabendo de tudo isso, cabe-nos o questionamento: a ideia de representação política, como construto cultural, encontra ressonância nas práticas sociais e na vivência dos que se apropriam da informação histórica elaborada em sala de aula? O ensino de História pode favorecer a discussão mais elaborada sobre a representação política, ou voltamos à ideia de que a nossa população se mantém em um grande “momento de pausa”? Seria correto dizer que a mídia veio para democratizar as relações e as opiniões ou o contrário? São perguntas difíceis, mas a intenção em tentar aproximar as mídias digitais ao cotidiano dos professores e historiadores poderia resolver muitas questões relacionadas aos erros históricos que vemos sendo difundidos nas redes sociais.

³¹ Para Ilse Scherer-Warren: “Os jovens vêm se manifestando cada vez mais pelas redes sociais, na internet, usando o suporte das novas tecnologias para se organizar. Mas isso tem sido, acima de tudo, um meio, e não explica o sentido político da ação, ou melhor, o sentido pode ser conflitivo ou antagônico numa mesma rede ou entre sub-redes, como resultante transversalidade desse tipo de comunicação. Além disso, as redes virtuais divulgam, convocam e expressam posicionamentos, mas quase nunca possibilitam o aprofundamento do debate político, ainda que, em algumas situações, é no interior de sub-redes que interagem com outras sub-redes que mensagens conflitivas aquecem o debate”. (2014, p. 420)

2 ENSINO DE HISTÓRIA, POLÍTICA E REDES SOCIAIS

“Acho ótimo, pois as gerações estão cada vez mais ligadas na internet e não querem saber mais dos estudos então se as gerações avançam tecnologicamente o estudo também tem que avançar para poder ficar no mesmo patamar da tecnologia.”

Resposta 17 da pergunta “Qual sua opinião a respeito do uso de canais digitais para explicar conceitos políticos?” do Questionário investigativo - Estudantes.

A frase que utilizo para abrir este capítulo serve não só como amostragem do que pensam muitos jovens em idade escolar, que nasceram na era da revolução tecnológica do século XXI e se veem confrontados entre o atrativo mundo da internet e as obrigações de um ensino tradicional que demora a se reinventar, mas também para refletirmos sobre o espaço que estamos ocupando como professores e historiadores, a maneira como o ensino pode lidar com as novas tecnologias e as relações que vem sendo estabelecidas pelas redes sociais.

Nesta segunda parte, trago algumas discussões percebendo a política, além de trazer um olhar para as novas tecnologias midiáticas e o uso delas no ensino de história, como possibilidade e como um recurso da atualidade, procurando buscar um caminho que saiba aliar a tradicional “aula expositiva” aos novos recursos didáticos que as redes sociais podem nos apresentar. Além disso, é preciso pensar em como professores estão levando esse conhecimento aos seus alunos e alunas, se estão acompanhando o processo de ensino-aprendizagem de uma maneira que proponha um novo olhar para o ensino, bem como jovens em fase escolar se veem diante da informação histórica e política. Faz-se necessária também uma breve reflexão sobre a forma como a nossa produção histórica e historiográfica se desenhou, pois é importante levar em conta algumas questões metodológicas abordadas nos textos produzidos no Brasil sobre a história nacional.

Na década de 1960, segundo Borges (1996), houve um primeiro passo ao hábito de se realizar esse tipo de reflexão. A autora apresenta alguns pontos a serem pensados sobre essa produção: problemas, desafios à prática historiográfica e também aos delineamentos da produção sobre história política no Brasil. Em sua concepção, a metodologia desenvolvida naquele contexto da década de 1960 encontra-se ainda incorporada por muitos historiadores.

É importante destacar a distância temporal de produção do texto de Borges (1996) e a presente investigação, levando em consideração as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que marcam este início do século XXI,

além do próprio rumo pelos quais passaram as produções historiográficas nestes 22 anos. Pode-se concordar que existem algumas questões que precisam ser vistas com o devido cuidado, como a aceitação da história como conhecimento construído e criador do passado (BORGES, 1996, p. 153); no contexto de fins da década de 1990 e virada de século havia uma crise de paradigmas e um momento de rupturas historiográficas.

A produção brasileira é marcada por movimentos da sociedade e uma ascensão da História como forma de conhecimento, o que na visão de Borges levou a uma análise da política em sua forma mais tradicional e a uma análise minuciosa dos micro poderes. Para alguns historiadores franceses que se dedicaram a este domínio, o maior papel da história política deve-se ao fato de que traz uma interpretação que se pretendia de alcance abrangente sobre as transformações. Contudo, a história política mais atual busca a racionalidade de um período determinado na problemática própria do objeto em questão:

[...] vai procurar retomar os "comos" e os "porquês" das tentativas de respostas dos homens a seus próprios problemas, em diversos espaços e tempos; vai retomar sua cultura política própria, os conceitos que centraram seus debates; vai retomar, enfim, todas as suas ideias e atitudes políticas, isto é, aquelas que surgem ao tentarem os homens influenciar decisões sobre seu destino, em qualquer tipo de situação. (BORGES, 1996, p. 154)

Para a autora, a formação dos Estados Nacionais incluiu a formação de uma escrita da História sob a perspectiva da Nação, fortificando-se no século XIX e mantendo ligações com o poder da dita "história oficial". A realidade de construção destes Estados evidenciou o comprometimento deles com diferentes formas de poder, em diferentes regiões, classes e grupos. Assim, uma grande dificuldade na prática historiográfica é a de se tratar algo tão amplo como a história de uma nação. Precisamos ter o entendimento de que não se pode homogeneizar a história na ação de uma classe dominante e levar em conta as relações de uma história nacional com a cultura política brasileira.

2.1 O PAPEL DA MÍDIA

Seria correto dizer que a mídia veio para democratizar as relações e as opiniões, ou o contrário? Essa pergunta foi uma das que utilizei para concluir a primeira parte deste trabalho e é com ela que inicio a discussão a respeito do

desenvolvimento dos meios de comunicação no período que corresponde o final do século XX e início do XXI como importante ferramenta de modificação do ambiente político.

A mídia, categoria ampla para tantos meios de comunicação, constrói um imediatismo que disponibiliza uma visão acabada e rasa de acontecimentos, e as consequências desse imediatismo são a influência que podem ter no ensino escolar, na indução de interpretações superficiais e no conhecimento limitado sobre temas profundos e complexos para a nossa formação sócio histórica. Porém, tornou-se também membro integrante da vida de homens, mulheres e crianças contemporâneos. Atualmente o consumo da mídia é uma das maiores categorias de atividade exercida pelas pessoas, estando atrás apenas do trabalho. Este indicativo sugere que seu impacto é incontornável e que devemos perceber as inúmeras consequências sociais da presença dos meios de comunicação no cotidiano social, político, econômico e cultural.

Pierre Nora, em estudo pioneiro, percebeu o quanto as mídias indicavam um retorno do que se pensava superado na historiografia: o fato, o acontecimento; abrindo a partir daí toda uma série de ações e discussões no âmbito de uma História submetida a pressões que são aquelas que derivam da narrativa da mídia.

Escrevendo no século passado, mas já abordando um tema atual, Nora (1995) afirmou que a História contemporânea não havia encontrado sua identidade nem autonomia. O historiador indica que o trabalho dos positivistas se concentrou em: I. Fundamentar a História no estudo do passado, separado do presente; e II. Movimentar esse passado por uma sequência contínua de “acontecimentos”. Tornando uma condição de que o presente estaria banido de encontrar-se na História, esta “seria construída sobre o acontecimento” (NORA, 1995, p. 180), porém, para que haja acontecimento é necessário que este seja conhecido.

A imprensa, para Nora (1995), desfruta de uma série de possibilidades que não encontram adversários, possibilidades estas que manipulam a realidade, pois as conexões entre acontecimentos e os meios de comunicação são fortes e até parecem inseparáveis. Os meios de comunicação se apresentam como transformadores e eficazes a discursos soltos.

Foi notável e inquestionável a transformação nas relações políticas a partir, principalmente, da chegada da internet a todas as camadas da sociedade brasileira: o contato entre os líderes políticos, a relação dos cidadãos com as questões públicas e a ação dos governos diante do impacto dessa tecnologia. Neste âmbito

de discussões, cabe acentuar as proposições de Sônia Maria de Meneses Silva (2012), para quem “a mídia atua na elaboração, tanto de acontecimentos emblemáticos, como de um tipo específico de conhecimento histórico a partir de narrativas que operam com categorias temporais na fundação de sentidos históricos”. Portanto, as configurações do ensino de História não deixam sofrer as marcas de uma escrita que concorre na elaboração do conhecimento sobre o passado e atua na memória social. Há aí uma operação social e histórica que envolve profissionais de diferentes tipos e investimentos empresariais que não deixam de invadir o universo da sala de aula. Dito de outro modo, se a aula é um espaço de construção de conhecimento historiográfico, não deixa também de ser um lugar de embates e contradições inerentes a uma época em que as mídias mais do que mediadoras tornaram-se as produtoras de certa agenda de discussões e tomaram à frente na configuração do passado, principalmente referido ao tempo recente ou ao tempo presente.

De acordo com Miguel (2002), um importante meio de comunicação que já modificava essas relações, antes mesmo da internet – e que ainda possui um importante papel dentre as camadas mais baixas da população brasileira –, foi a TV: além de reorganizar o cotidiano das pessoas, ela trouxe informação e entretenimento juntos, possibilitou o agrupamento das famílias dentro do espaço privado de suas casas e disponibilizou transmissões noticiadas ao vivo, o que anteriormente era muito difícil de acontecer. Para Miguel, existe uma interconexão entre mídia e política, porém esta última não se tornou um ramo do entretenimento ou da publicidade, pois têm objetivos e lógicas diferentes.

Ainda conforme Silva (2008), que parte de exemplos específicos, em muitos acontecimentos históricos do século XX podemos perceber duas dimensões significantes: I. O olhar dos historiadores; e II. O olhar de quem presenciou eventos mediados por recursos midiáticos no momento de produção destes. Pensando o fazer historiográfico, essas dimensões acabam confundindo elementos afetivos / pessoais a elementos sociais e históricos. Com isso, a historiadora questiona *o que* as notícias ajudam a produzir e *como interferem* na constituição de sentidos históricos. Silva (2008) entende a notícia como uma mercadoria simbólica, que atua na formação de sentidos e como produto comercial, ajudando a elaborar uma nova produção: “a estruturação de ideias de história e sentidos sobre o passado, nesse caso, interfere na formulação de conhecimento histórico em um tipo particular de

escrita” (SILVA, 2008, p. 2), a qual ela nomeia operação midiográfica³²:

A operação midiática, portanto, apresenta-se como um complexo jogo de conformação que movimenta uma rede ampla de categorizações e conceitos. Entre a escritura e a inscrição de novos sentidos no cotidiano, misturam-se em um amalgama de referenciais, questões conceituais, ideológicas, linguísticas e culturais que estruturam um conhecimento problemático, difuso, porém dinâmico e representativo de nosso próprio tempo. (SILVA, 2008, p. 8-9)

É necessário que saibamos que a mídia é um fator fundamental da vida política contemporânea e que “não é possível mudar este fato. Ou seja, é ocioso alimentar a nostalgia de “tempos áureos” da política, quando imperava o verdadeiro debate de ideias, sem a preocupação com a imagem ou a contaminação pelas técnicas da publicidade comercial” (MIGUEL, 2002, p. 158). É certo que os meios de comunicação ampliaram o acesso aos agentes políticos e seus discursos, bem como parte dos problemas que são levantados pela mídia são próprios de uma democracia de massas. Para Miguel (2002) isso se dá em razão da soma de dois fatores principais: I. Um demos heterogêneo dividido por interesses; II. A necessidade comum a todas as sociedades em manter um mínimo de unidade.

É importante nos darmos conta, também, que enquanto cidadãos constituintes de uma sociedade civil complexa e heterogênea, somos parte de um grupo que está fora do jogo político que acontece nas instituições e entre os poderes oficiais. Estamos distantes daquilo que o autor irá descrever como “bastidores” da política:

Nas sociedades formalmente democráticas em que vivemos, é corrente a divisão da política em “bastidores”, as salas secretas em que se fazem os acordos e se tomam as grandes decisões, e “palco”, o jogo de cena representado para os não-iniciados, isto é, para o povo em geral. O que ocorre no palco serviria apenas para distrair a plateia e manter a estabilidade do sistema, perpetuando o mito da democracia como “governo do povo”. Por motivos óbvios, a mídia pertence a este segundo espaço — mas os fatos políticos relevantes ocorreriam no primeiro, nos “bastidores”. (MIGUEL, 2002, p. 161)

Além disso, há um investimento frequente em favor de uma despolitização das relações sociais, o que obviamente é reforçado pela própria estrutura de desigualdade de acesso aos meios materiais e políticos, fazendo com que poucos os indivíduos consigam intervir no campo político, o que se configura na impotência

³² Conceito desenvolvido na tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1296.pdf>.

diante das situações que surgem nesse campo, concedendo reconhecimento a poucos, e estes se tornam lideranças importantíssimas no contexto de sua produção. Esse reconhecimento social que parte dos grupos “impotentes” é o cerne da conquista para o campo político, e a mídia entra como principal transmissora deste reconhecimento social na atualidade.

O que encontramos veiculado em noticiários, redes sociais, jornais online? As vozes desses poucos, que representam as vozes da sociedade, e que muitas vezes não correspondem às demandas que essa massa impotente e passiva tanto necessita. A complexidade dessa questão gira em torno da má reprodução da grande quantidade de discursos e interesses presentes em nossa sociedade, trazendo consequências expressivas no regime democrático.

Conforme Barbosa (2007), a comunicação enxerga a história como possibilidade de entrar no passado e buscar fontes que tragam o passado para o presente; já a história vê os meios de comunicação como ferramentas para a compreensão de um contexto amplo do passado (p. 1-2). Existem múltiplas formas de ver e fazer a história e a narrativa é o que confere entendimento a ela:

É a partir de convenções culturais que classificamos os textos com pretensão à verdade e os textos ficcionais. Devemos considerar, portanto, que todo texto é estruturado de modo narrativo e, como tal, sujeito ao regime de interpretação que se aproxima das narrativas cotidianas com as quais estruturamos a nossa vida. (BARBOSA, 2007, p. 6)

Com isto, os textos produzidos a partir dos meios de comunicação promovem a construção de novos entendimentos, induzindo comportamentos e realizando uma inserção no mundo. Mídia e política tornaram-se inseparáveis e é por meio dos recursos midiáticos que essa informação acaba chegando à sala de aula. Não podemos negar que nas sociedades contemporâneas é significativo o estudo da influência midiática na educação, principalmente pelo controle no processo interpretativo do que é noticiado, seja audiovisual ou escrito.

Para Caldas (2006), os textos jornalísticos podem muitas vezes distorcer as relações entre passado, presente e futuro, o que acaba dificultando no processo de percepção crítica do mundo. Sendo a informação e o acesso a ela um produto mercadológico da contemporaneidade, o saber e o discernimento tornaram-se deficitários e, por isso mesmo, fontes de poder. Historicamente, o sistema de mídia permanece sem sofrer variação, sendo uma característica, entre outras, um

jornalismo voltado para as elites (Azevedo, 2006).

É indispensável refletir sobre a qualidade do uso da mídia na educação e ainda mais necessário dominar sua linguagem como um método discursivo. Caldas (2006) define a imprensa moderna como sendo construída a partir do cotidiano, dificultando a compreensão dos fatos e rejeitando a estrutura da História; desta forma, torna-se papel central da educação fornecer os princípios necessários para realizar uma leitura crítica do mundo e da própria mídia. Como um desafio a esse papel, está a discussão pedagógica a respeito do uso dessas estruturas narrativas como modelos a serem seguidos, pois:

Não são poucas as falhas presentes nas estruturas narrativas da imprensa. Além dos problemas de conteúdo, da falta de contextualização da informação, pecam, em grande parte, pela pobreza vocabular, pela imprecisão linguística, pela falta de lógica e de clareza na exposição das ideias. Como a velocidade é parte integrante do processo de captação da informação e de sua produção, principalmente nos jornais diários, sejam eles impressos ou *on-line*, as estruturas narrativas da imprensa carregam consigo todos os problemas decorrentes da impossibilidade prática de revisão estilística e de conteúdo. (CALDAS, 2006, p. 127)

É preciso uma apreensão e um entendimento da informação para transformá-la em conhecimento crítico, afinal, a inserção da mídia na escola pode ser um dos passos para a leitura do mundo. A liberdade e o desenvolvimento da imprensa no Brasil é recente e aconteceu, se comparada a outras experiências, de forma tardia. A primeira ocorrência data de 1808, porém, apenas na transição do século XIX para o XX essa imprensa alcançaria uma estrutura empresarial, o que de acordo com Azevedo “redefiniria a relação dos jornais com a política, os anunciantes e o leitor” (2006, p. 93).

Foi apenas com a popularização do rádio entre o fim da década de 1920 e início da década de 1930 é que inauguraríamos a nossa era da comunicação de massas:

Contudo, o processo de formação de um mercado de massa foi demorado e só se completaria com a chegada posterior da televisão, na década de 1950, e a criação e expansão das redes nacionais de rádio e televisão na década de 1970. Assim, somente a partir dos anos 1980 é que o nosso sistema de mídia ganharia uma feição inequívoca de uma indústria de massa, com a televisão ocupando um lugar central no mercado nacional de entretenimento e informação. (AZEVEDO, 2006, p. 93)

A nossa relação com a mídia existe há menos de um século, tornando perceptível os motivos que nos afastam de uma intimidade bem construída com esse segmento, que ainda se encontra em processo de construção, ampliação e orientação. Para Azevedo (2006), a diversidade das fontes de informação e a multiplicidade de opiniões são cruciais para a efetivação das discussões em torno das questões públicas e decisões políticas.

2.2 A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA E DA POLÍTICA

No caso brasileiro a educação passou – e passa constantemente –, como vimos no capítulo anterior, por mudanças diversas, acompanhando os movimentos políticos e de construção nacional. Para consolidar esta discussão e perceber mais afundo a noção política que vem sendo elaborada pelos profissionais de História em salas de aula, apliquei um questionário online³³ com 12 professoras e professores, os quais responderam 11 questões que versavam sobre o cotidiano escolar, material didático, entendimento sobre o que é história e importância do ensino de história política. Para apresentar o perfil destes profissionais, disponibilizo abaixo alguns gráficos que ajudarão a conhecer melhor quem são as/os participantes da pesquisa.

2.2.1 O QUE PENSAM OS PROFESSORES?

Em um grupo de 12 profissionais³⁴, podemos considerar que houve certo equilíbrio no gênero das/os participantes, sendo o gênero masculino a maioria, respondendo à pesquisa 5 mulheres e 7 homens, com predomínio da faixa etária entre 30 e 40 anos, como indicam os gráficos abaixo.

Neste grupo, muitos responderam que já lecionaram em outras áreas – predominantemente áreas afins à História, como Geografia, Sociologia e Filosofia -, indicando, parcialmente, uma situação bastante corriqueira dentre a atuação de profissionais da educação, que acabam transitando entre diversas áreas para conseguir completar seu quadro de trabalho e garantir uma boa posição profissional. Surgiram também respostas indicando atuação profissional em outros campos de trabalho:

³³ Ver anexos.

³⁴ Profissionais da educação básica, formados em História em instituições de Santa Catarina, tais como UFSC, UDESC, FURB, UNISUL, UNIVALI E UNOESC, a maioria com dupla habilitação (Bacharelado e Licenciatura) e tempo de trabalho que varia de 1 a 20 anos; 4 participantes responderam já ter concluído o Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória.

Gênero

12 respostas

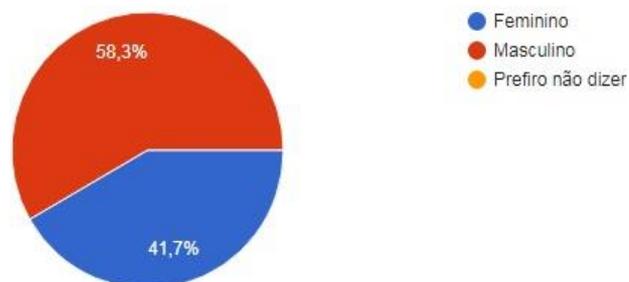


FIGURA 1 GRÁFICO DE RESPOSTAS EM RELAÇÃO AO GÊNERO - QUESTIONÁRIO PROFESSORES

Idade

12 respostas

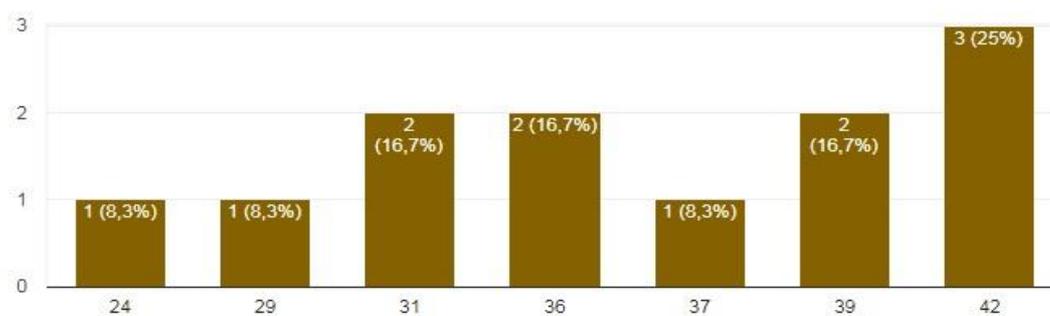


FIGURA 2 GRÁFICO DE RESPOSTAS EM RELAÇÃO À IDADE - QUESTIONÁRIO PROFESSORES

Já atuou em outras áreas? Se sim, quais?

12 respostas

Não (2)
Comércio
Sim, Geografia, História e Filosofia
Sim. Geografia
Ensino Religioso e Geografia
Sim, lectionei Ed. Física e atuei em empresas fora do ramo da educação.
Captadora de recursos
Filosofia e sociologia
Filosofia, sociologia, direito
Comércio
Sim, geografia, sociologia e filosofia.

FIGURA 3 LISTAGEM DE RESPOSTAS EM RELAÇÃO ÀS ATIVIDADES PROFISSIONAIS -
QUESTIONÁRIO PROFESSORES

Essas informações são importantes para compreendermos também que aqueles profissionais que já transitaram por outras áreas podem acabar tendo uma visão diferente sobre a história, a política e a mídia, afinal, trazem uma bagagem de experiências intelectuais e práticas muito distintas. São profissionais que atuam em sua maioria em escolas públicas – de 12, apenas 3 responderam trabalhar em instituições privadas –, como efetivos e com Ensino Fundamental II:

Professor/a de rede:

12 respostas

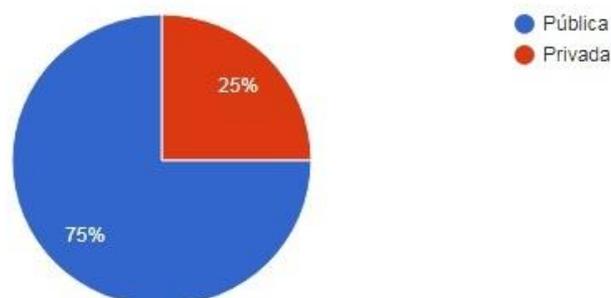


FIGURA 4 GRÁFICO DE RESPOSTAS EM RELAÇÃO À ATUAÇÃO EM TIPO DE REDE DE
ENSINO - QUESTIONÁRIO PROFESSORES

Atualmente trabalha com qual(is) grau(s) de escolaridade?

12 respostas

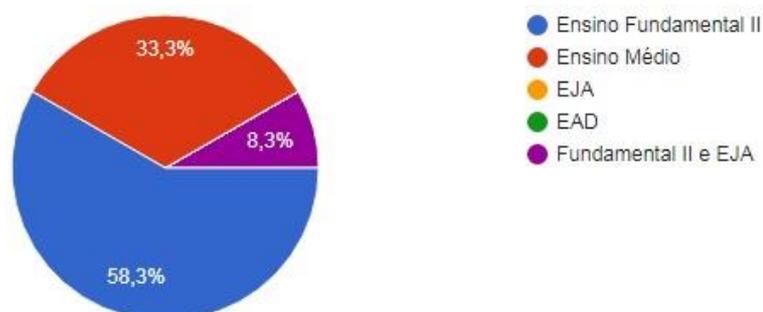


FIGURA 5 GRÁFICO DE RESPOSTAS EM RELAÇÃO AOS NÍVEIS DE ATUAÇÃO NO ENSINO - QUESTIONÁRIO PROFESSORES

Faz-se necessária essa apresentação, pois no conjunto dos dados que trarei abaixo sobre as respostas destes profissionais, pode-se perceber noções que ajudam a pensarmos na preocupação de docentes de História em relação ao tema que está sendo desenvolvido neste trabalho, visões de História próprias e críticas importantes à forma como estamos percebendo o ensino de História.

Logo na primeira questão, o grupo teve de responder sobre sua noção de História e se ela mudou com a experiência em sala de aula. Esta questão é importante, pois é preciso mapear a construção ao longo da trajetória profissional, afinal a forma que a/o profissional enxerga sua profissão tem relação com a maneira que aborda conteúdos, conceitos e problemáticas. Isso ficou evidente nas respostas apresentadas. Dos 12 participantes da pesquisa, todos responderam “Sim” ao serem questionados se “*Mudou a forma como você entende a História desde que começou a lecionar?*”, sendo que as justificativas foram as mais variadas, girando em torno principalmente da experiência em sala de aula, com crianças e jovens, fazendo com que a visão acadêmica pronta e delineada cedesse espaço a respostas como as que seguem na imagem abaixo (Figura 6).

Mudou a forma como você entende a História desde que começou a lecionar?

12 respostas

Sim (3)
Sim
Sim. Atualmente sou menos criteriosa, mais compreensiva e minhas avaliações são diferenciadas.
Sim, completamente. Sobretudo no desafio de entender/falar a linguagem dos estudantes e selecionar conteúdos lecionados.
Sim, pois a sala de aula me fez refletir sobre quais conhecimentos da história poderiam ser trabalhados para que o estudante se veja como sujeito ativo na história e problematize aquilo que está ao seu redor. Muito mais do que os conteúdos em si, que também fazem parte do que é História, refletir sobre a finalidade deles é fundamental no ensino.
Sim, passei a me questionar mais em relação ao sentido prático da História
Desde a faculdade
Sim. Os anos de experiência, os cursos realizados, a mudança nos livros didáticos contribuem para repensar o sentido do ensino de História.
Com certeza. após lecionar muita coisa mudou entre elas os processo históricos que aparecem cotidianamente em sala de aula sem esta previamente agendado - uma revolta que explode, um greve em tal país, um golpe de estado, enfim, cada dia é um dia. A História não é mais aquela aula dada, programada assim e assim.
Sim, existe a compreensão acadêmica ou intelectual das narrativas históricas e existe a narrativa didática da história ao caminhar entre as diferentes versões o professor transforma sua visão de história.

FIGURA 6 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTES À PERGUNTA 1 - QUESTIONÁRIO PROFESSORES

O que é muito importante extrair a partir destas respostas é o fato de que a experiência em sala de aula e o contato com vidas e realidades distintas, que lidam com as mais variadas situações cotidianas, nos fazem – aqui me incluo, pois a sala de aula me fez ter outros olhares a respeito da História e de seu uso no dia-a-dia – pensar nossa posição como mediadores dos processos sociais com a realidade de cada indivíduo que nos escuta, discute, fica em dúvidas e até se questiona sobre qual é o real uso da história na vida prática. Evidencio essa questão na resposta 9, que trouxe o cotidiano como um ponto chave que transforma constantemente a prática e o entendimento sobre a História:

Com certeza, após lecionar muita coisa mudou entre elas os processos históricos que aparecem cotidianamente em sala de aula sem estar previamente agendado – uma revolta que explode, uma greve em tal país, um golpe de Estado, enfim, cada dia é um dia. A História não é mais aquela aula dada, programada assim e assim. (Resposta 9)

Já em relação à segunda pergunta,

Você considera que a política - e o ensino dela - é mais importante atualmente?

12 respostas

Sim (2)
Não, ela é tão importante quanto naquela época.
Acredito que sim
Fundamental. Ainda mais na conjuntura atual do país fragilizada com golpes e mentiras veiculadas nas mídias.
Considero que debater sobre política em sala de aula é um dever do professor. Afinal, um dos objetivos da escola é formar para cidadania e compreendo que discutir política é discutir cidadania.
Não, o homem é um animal político, portanto independente do momento histórico, acredito que compreender o jogo político e suas facetas é essencial para a vida crítica em sociedade.
Sempre achei importante
Muito
O ensino de política é importante para a formação do cidadão. Entretanto a atual situação política tem dificultado a abordagem desse tema em sala de aula, há por parte dos alunos e professores uma certa desconfiança sobre os rumos da política na atualidade.
Todas as formas e em todas as aulas deveria ser abordada política, pois como dizia Aristóteles, o homem é um animal político. Mais do que nunca, sobretudo em tempos de golpe no Brasil, a política é de extrema importância. Porém, penso que esta política está muito além de partidos políticos ou a política institucional e profissional. devemos trabalhar política trazendo as questões de cidadania, direitos humanos, proteção e amparo as minorias (LGBT, mulheres, indígenas, etc). A importância da participação dos movimentos sociais para as mudanças políticas, entre outras questões. Atualmente, mais do que nunca o ensino de história vinculado à política - no sentido acima especificado é muito importante.
No contexto atual o debate sobre as questões políticas torna-se fundamental principalmente no combate ao conservadorismo preconceituoso e excludente.

FIGURA 7 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTE À PERGUNTA 2 - QUESTIONÁRIO PROFESSORES

Quando questionados a respeito do ensino de história política, a maioria das(os) participantes atribuíram e valoraram a importância deste tipo de conteúdo, em função dos recentes acontecimentos no Brasil e no mundo, além de considerarem um dever por parte da educação, independente do momento, para o convívio em sociedade. Pude perceber essa preocupação na maioria das respostas, porém destaco aqui duas que acredito aparecer de forma mais nítida:

Não, o homem é um animal político, portanto independente do momento histórico, acredito que compreender o jogo político e suas facetas é essencial para a vida crítica em sociedade. (Resposta 6)

Todas as formas e em todas as aulas deveria ser abordada política, pois como dizia Aristóteles, o homem é um animal político. Mais do que nunca, sobretudo em tempos de golpe no Brasil, a política é de extrema importância. Porém, penso que esta política está muito além de partidos políticos ou a política institucional e profissional, devemos trabalhar política trazendo as questões de cidadania, direitos humanos, proteção e amparo as minorias [...]. (Resposta 10)

Assim como verifiquei em minha experiência em sala de aula, há uma preocupação igualmente por parte de colegas de profissão com a situação em relação ao entendimento do cenário político e de sua importância para a construção

de uma sociedade civil participativa e consciente de seu papel, isso ficou claro na análise das respostas das(os) estudantes que participaram da pesquisa – e que serão apresentadas adiante neste capítulo – bem como nas respostas acima, que evidenciam a importância da cidadania.

Essa política tão citada é a política que está em nosso dia a dia, que nos aborda nas ações cotidianas e orienta a construção de atitudes cidadãs. Uma política que aborda conceitos necessários para a vida em sociedade, como citado na resposta 10 acima. Sabendo disso, é interessante percebermos a História como uma disciplina que contempla a construção de uma identidade baseada nas experiências humanas e capaz de orientar as ações na vida prática, por isso, perguntei aos participantes o que entendem por História (Figura 8).

É notável a semelhança entre as respostas e o objetivo que cada participante atribuiu à história, além de extremamente importante a percepção de que é uma ciência ou área de conhecimento que estuda a humanidade e suas ações através do tempo, pois a coloca como campo de estudo, não abrindo espaço para visões generalistas, bem como evidencia a importância social dessa disciplina.

Podemos verificar e exemplificar essa preocupação na resposta 10, que diz ser a *“ciência que contribuiu para pensar historicamente a ação dos seres humanos no tempo, servindo de orientação para a vida prática”*.

O que é História para você?

12 respostas

Uma ciência com sua epistemologia própria que estuda a relação do homem com o tempo e o espaço. A história é, também, o vivido de cada indivíduo e grupo social.
Ciência que estuda o homem através do tempo, passado e presente.
Diversas maneiras de viver, nos diferentes tempos e lugares.
Uma forma de entender o q está acontecendo nos dias atuais.
Uma área de conhecimento fundamental para a constituição da identidade de um sujeito e da sociedade.
História é compreender as relações entre passado e presente e perceber o sujeito como agente ativo na sua própria trajetória, sociedade ou grupo a que pertence.
É o estudo do homem, suas relações em sociedade, ao longo do tempo.
Uma ciência.
Uma forma de fazer com que o passado e o presente estejam conectados e favoreçam a compreensão de fatos e fenômenos. Compreendendo os agentes históricos em seu tempo
É a ciência que contribuiu para pensar historicamente a ação dos seres humanos no tempo, servindo de orientação para a vida prática.
História é o estudo dos seres humanos num determinado tempo e espaço. Como viviam, como se constituíram socialmente, como pensavam, enfim, é a trajetória da humanidade.
Uma narrativa sobre o passado.

FIGURA 8 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTE À PERGUNTA 3 - QUESTIONÁRIO
PROFESSORES

A partir destes questionamentos, apresentei uma quarta pergunta (Figura 9), para a qual as/os participantes da pesquisa precisaram apresentar seu entendimento sobre o conceito de história política dentro da história.

De maneira geral, as respostas giram em torno da noção de poder, dos governos, da institucionalização e de todos os conceitos esperados – e que foram abordados no primeiro capítulo – quando se trata de política, no entanto, é preciso destacar a questão social, que aparece em quase todas as respostas e demonstra a compreensão por parte destes profissionais que a política está enraizada em todas as esferas da vida em sociedade, como nesta parte da resposta número 11: *“Entendo política como escolhas e desde os tempos mais imemoriais os seres humanos sempre fizeram escolhas”*.

A resposta número 6 apresentou a dificuldade na relação História-política destacando o problema em relacionar com outras temáticas *“[...] vejo que há uma dificuldade em relacionar História política com as demais subáreas, por conta da carga horária destinada à disciplina”*.

O que é História Política? Como você vê este conceito dentro do conceito geral de História?

12 respostas

Estudo das relações de poder dentro dos grupos sociais.
Para mim seria o estudo das formas de governo, de poder, da vida em sociedade
Maneira como os representantes do povo administram o território. Importante, mas não é minha prioridade pois encaminho minhas aulas para a História das Culturas.
É a história que está relacionada com a função do poder! Vejo como uma parte importante da história.
Uma tema importante para o entendimento da situação atual do país e das características da sociedade brasileira.
Considero que História Política significa compreender passado e presente por meio do estudo de como as sociedades se organizaram em torno de um governo. Este tinha/tem o objetivo de administrar direitos e deveres de um determinado grupo e planejar, discutir e organizar as necessidades e interesses da sociedade. Teoricamente, dentro do conceito de História, a história política pode estar imbricada com os demais estudos da disciplina no geral. Porém, na prática, vejo que há uma dificuldade em relacionar história política com as demais subáreas, por conta da carga horária destinada à disciplina. Acaba-se, portanto, focando-se em uma subárea para dar conta da discussão de um determinado período ou tema.
Nunca parei para pensar no conceito, mas acho que seria o ramo da história que estuda as relações institucionais, relação de forças e interesses de grupos, jogos de poder, lutas sociais e seus desdobramentos na sociedade e nas instituições que a constituem.
Entendo história política a partir do conceito da nova história política, ou seja, política é uma forma de articulação social
É um campo da História que estuda as relações de poder. Embora não mais o poder exclusivamente elitista, mas as relações de micropoderes que se estabelecem na sociedade.
História Política é a parte da ciência histórica que estuda as relações de poder nas diversas esferas, compreendendo que o ser humano é um ser político, que toma decisões.
História política pra mim é toda a história. Para mim não existe nada fora da política. Com adoto uma concepção marxista da História, acredito que sem política os seres humanos não teriam História. Entendo política como escolhas e desde os tempos mais imemoriais os seres humanos sempre fizeram escolhas. Porém, em se tratando de ensino, penso que ensinar história política é ensinar as grandes transformações pelas quais passou a humanidade a partir das lutas sociais, assim, penso na revolução russa, num primeiro momento como uma grande transformação social, na revolução francesa, que naquele momento era importante para destruir as bases políticas do feudalismo, nos movimentos sociais do Brasil em toda a sua história com os brasileiros lutando por cidadania plena, na atualidade, nós povo brasileiro, lutando contra o golpe institucional, contra escola sem partido, contra a reforma do ensino médio, enfim, contra uma série de coisas que “está dentro da política”. Porém enfatizo que na História Política a participação popular sempre foi de extrema importância para que as coisas acontecessem. Os movimentos sociais são os protagonistas das grandes transformações da História.
É um conceito referente ao campo da história que discute temas vinculados a organização dos Estados. Dentre estes temas conceitos podemos destacar o de democracia, cidadania, totalitarismo etc. É uma área fundamental no campo historiográfico tendo em vista que a maioria das interpretações historiográficas, indiferente a seus objetos, dialoga diretamente com as ações políticas sobre e para os humanos.

FIGURA 9 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTE À PERGUNTA 4 - QUESTIONÁRIO PROFESSORES

Apesar de os profissionais perceberem e entenderem a questão social como parte da política, nem sempre crianças e adolescentes tem a subjetividade para entender que ela está presente em ações cotidianas, não somente nos partidos e nas esferas institucionais. É preciso que se tenha esse entendimento, pelos momentos mais complexos e difíceis – exemplo do caso brasileiro no contexto de produção desta pesquisa – e também para criar uma consciência nas ações futuras de cidadãos e cidadãs que estão em crescimento e que logo serão confrontados por questões que necessitam de um posicionamento.

Quanto aos conceitos que, para estas pessoas, melhor definem a noção de política na atualidade, as respostas foram bastante diversificadas:

Na sua concepção, quais conceitos/palavras melhor definem a noção de História política na atualidade e por quais motivos?

12 respostas

Poder, disputa, democracia, corrupção. Existe um esvaziamento da esfera do política no momento atual.
governança, poder, democracia
Cidadania, democracia, igualdade de acesso aos direitos pré-definidos de uma sociedade.
Poder, disputa, corrupção
Golpe, democracia, ditadura, ideologia, mídia.
Na atualidade: formas de governo, partidos, representantes, poderes governamentais, sociedade civil, movimentos sociais, cidadania, democracia, ditadura. Penso que o conceito de política é muito amplo, porém elenquei estas palavras por considerar que é importante trabalhá-las em sala de aula e discuti-las com a sociedade num geral. Há muita desinformação e senso comum rondando mídias e redes sociais, talvez com um maior entendimento sobre estes conceitos teríamos uma qualidade melhor no debate político. Como professora, me incluo também neste panorama, de buscar compreender melhor os conceitos para levá-los até a sala de aula.
Tripartição de poderes/ Constitucionalismo/ democracia/ direitos humanos/ estado de exceção
Experiência
Relações de poder, micropoderes, poder estatal, poderes institucionais
democracia - cidadania - consciência política - Há uma necessidade de trabalhar a historicidade da política, apresentando os embates em torno dos projetos políticos, destacando o papel da democracia na luta e conquista dos direitos sociais.
Cidadania, direitos humanos. Penso que tudo passa por estas duas palavras. Quando os governantes entenderem que as grandes mazelas sociais acontecem porque não tem o apoio do Estado e se prontificarem a verdadeiramente atenderem as reivindicações do povo, acredito que muita coisa mudará. O povo brasileiro ainda procura ser cidadão, pois muitos ainda não tem garantidos os direitos fundamentais básicos garantidos na constituição. Não dispõe do mínimo para sua sobrevivência. E enquanto os brasileiros não forem atendidos em suas reivindicações básicas, com certeza não são cidadãos plenos.
Democracia, Estado é aquilo que direta ou indiretamente está presente no cotidiano da comunidade escolar e vira e meche o professor se vê obrigado a dialogar com eles.

FIGURA 10 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTE À PERGUNTA 5 – QUESTIONÁRIO PROFESSORES

A questão solicitava um motivo para a escolha dos conceitos, porém, apenas quatro participantes elencaram suas motivações, as quais apresentam preocupação

com o senso comum relacionado à política, ao pouco reconhecimento dos brasileiros com o exercício da cidadania, ao excesso de informação no mundo das mídias digitais – o que pode acabar confundindo as pessoas quanto a definições mais concretas – e o próprio esvaziamento da esfera política.

Dos conceitos apresentados, identifiquei os mais citados: em primeiro lugar está a *democracia*; em segundo lugar vem *poder e cidadania*; em terceiro lugar os conceitos *disputa, corrupção, governança, direitos humanos e ditadura* são os que mais aparecem.

É interessante destacar os conceitos que ficaram empatados em terceiro lugar, eles dizem muito a respeito do momento delicado que a política brasileira atravessa, refletindo diretamente nas respostas destes profissionais – e que também aparecerá nas respostas das/dos estudantes. Ainda assim, democracia aparece como primeiro conceito definidor de política para estas pessoas, posicionamento importante para entender que, mesmo com fragilidades, ela é a melhor opção na construção de uma nação politicamente igualitária e plural.

Neste sentido, a questão seguinte foi importante para perceber como esses profissionais enxergam seu material de trabalho e se tal ferramenta apresenta uma organização de conteúdos que constroem um entendimento razoável a respeito do sistema político brasileiro. A intenção desta questão vai além do espaço à crítica aos materiais educacionais: serve para perceber como temas tão importantes são apresentados aos estudantes, se facilitam o trabalho de professoras e professores, se ajudam no entendimento básico das estruturas de poder, etc.

Também possibilita pensar se outros caminhos, como as redes sociais, por exemplo, podem ser meios de discussão de conteúdos mais facilitadores e simplificadores que o próprio livro didático escolar, o qual ainda é utilizado como uma espécie de “livro sagrado” dentro da escola e não como apoio e guia de instrução para planejamentos didáticos.

De acordo com todas as respostas, nenhum destes profissionais considera seu material completo quanto ao conteúdo relacionado ao sistema político, isso acontece porque de maneira geral os livros didáticos de História não são construídos para ensinar essas estruturas, mas sim para os contextos de criação de tais estruturas, sem necessariamente aprofundar o que é uma Câmara, um Partido, uma Assembleia Legislativa, a Esquerda e a Direita, por exemplo.

As respostas apresentaram justificativas tais como: o fato de o material trabalhado negligenciar alguns conceitos em detrimento de outros, quando

apresentam as estruturas não o fazem adequadamente, os conteúdos são vagos e precisam sempre de um aprofundamento por parte das/dos professoras, outras fontes são sempre necessárias para complementar o estudo e não há relação passado-presente que consiga demonstrar as transformações proporcionadas por essas estruturas. Segue abaixo o quadro de respostas:

Você acredita que os conteúdos disponíveis nos materiais didáticos do ensino básico são suficientes para construir um entendimento razoável a respeito do sistema político brasileiro? Se sim, aponte exemplos.

12 respostas

Não. (2)
Não
Não, eles são muito vagos! É papel dos professores de história aprofundar o assunto.
Não. São necessárias outras fontes para o trabalho sobre o tema.
Na minha experiência, considero que as palavras elencadas anteriormente aparecem na maioria dos materiais didáticos, porém sem relacionar passado e presente. Estes conceitos aparecem já com definições fechadas e relacionadas a acontecimentos passados, dando o entendimento de que funcionavam daquela forma naquele período. Mas não há espaço para discutir e relacioná-los com a atualidade. Portanto, sem esta discussão é difícil construir um entendimento a respeito do sistema político brasileiro.
Apenas nos paradidáticos como : Almanaque da cidadania
Não
Atualmente alguns materiais buscam apresentar não só a história política vinda das relações com o Estado, mas também as forças populares que se relacionam e o enfrentam, como os movimentos sociais e suas lutas por voz e direitos.
A tradição do ensino de História tem um enfoque nos aspectos políticos. Embora o material didático não tenha uma preocupação específica em explicar o sistema político brasileiro, focando a narrativa na história política.
Não. Os materiais didáticos ao abordarem o sistema político brasileiro institucional não o fazem adequadamente.
Não, os materiais enfatizam demais determinados conceitos e negligenciam outros.

FIGURA 11 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTE À PERGUNTA 6 – QUESTIONÁRIO PROFESSORES

Existem também algumas respostas que buscam compreender a maneira de organização destes conteúdos, citam exemplos de paradidáticos que realizam bem esse trabalho e até enxergam relação com movimentos sociais, abrindo a experiência política para além das estruturas institucionais.

Na pergunta seguinte, o questionamento foi em relação ao que este grupo considera mais difícil de ensinar quanto aos conteúdos de história política brasileira, e as respostas foram bastante diversas, vários conceitos apareceram, como: *populismo, politicagem, federalismo, comunismo, presidencialismo, parlamentarismo, situação atual, ideologia, democracia, meritocracia, monarquia parlamentarista, presidencialismo de coalizão, cidadania e política administrativa.*

É interessante ler as justificativas dadas pelo grupo, muitas giram em torno de frustrações vindas com a experiência em sala de aula, com o momento político, com a dificuldade de identificação por parte dos adolescentes com os temas:

Em sua experiência como docente, quais conceitos/conteúdos que envolvem História política brasileira são mais difíceis de explicar? Por que?

12 respostas

Populismo, pois foi construído a partir do momento que se passa a beneficiar camadas populares.
Política é associada à politicagem. Há uma generalização do termo.
Federalismo, Comunismo, Presidencialismo, Parlamentarismo, entre outros. Há pouco interesse em compreender estes conceitos, os adolescentes não se identificam com estes temas, acredito que pelos problemas que vivenciamos nos últimos anos.
A situação atual do país, pela falta de informações.
Ideologia. Há uma simplificação maniqueísta deste conceito no senso comum, o que dificulta o entendimento das várias nuances das correntes políticas no Brasil.
O conceito de democracia é amplo e precisa ser problematizado. Discutir com os estudantes, de maneira geral, a igualdade de possibilidades de todos os cidadãos terem seus direitos garantidos é difícil, por conta da ideia de meritocracia. Acredito que discutir democracia é fundamental para romper com desigualdades e senso comum acerca de políticas sociais. Mas considero difícil, já tive algumas experiências frustrantes. Para mim, este é o conceito mais difícil de explicar.
monarquia parlamentarista/ sistema eleitoral americano/ voto distrital/
Presidencialismo de coalisão...por que para os alunos tudo fica resumido a corrupção.
No momento político atual, ha uma certa resistência à discussões que envolvam grupos de esquerda e movimentos sociais, dada as pressões diretas e indiretas promovidas por grupos como o autodenominado escola sem partido.
A palavra cidadania. O que é ser cidadão? Aparentemente ha uma ideia que todos somos cidadãos, mas afinal exercemos nossa cidadania de que forma?
Período getulista. Não tive muita formação na graduação sobre este período na História brasileira e acho um período muito conturbado. Muitas coisas acontecendo ao mesmo tempo no país nesta época.
A queles vinculados a organização e funcionamento do regime político administrativo porque no nosso caso os conceitos são muitas vezes descaracterizados pela ação jurídica. Aquilo que o professor explica nem sempre corresponde a aplicação prática dos conceitos.

FIGURA 12 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTE À PERGUNTA 7 – QUESTIONÁRIO PROFESSORES

Essas dificuldades fazem parte do cotidiano escolar, principalmente na disciplina de História, que traz subjetividades, exige uma compreensão mais ampla diante de certos conteúdos e conceitos, além de trabalhar processos complexos, difíceis até mesmo de compreender temporalmente. Aliadas a isso, existem muitas outras dificuldades, como as generalizações, a falta de informações ou as informações em excesso – e nesse caso, toda a complexidade de escolha de fontes – e as desigualdades dentro do próprio espaço escolar, seja ele público ou privado.

Pensando nestas dificuldades e com a intenção de buscar referências para o material a ser produzido, pedi ao grupo que tentasse encontrar três termos

indispensáveis para ensinar história política aos seus alunos e alunas. Segue o quadro de respostas:

Se fosse preciso escolher 3 termos políticos que, na sua concepção, são indispensáveis para ensinar seu alunos e alunas, quais você escolheria? Por que?

12 respostas

Relações de poder, espaço de disputas de desejos, democracia
Poder, povo, partidos
Monarquia, República, Presidencialismo. São realidades vivenciadas pela História Política Brasileira, que eles precisam compreender.
Poder, Corrupção e Ética.
Apenas três? Essa redução não existe na prática.
Democracia, sociedade civil, poderes governamentais. Considero que estes termos são chave para compreender qualquer sistema político. Além de compreender quais são as atribuições de cada representante dos três poderes, discutir os outros dois conceitos é fundamental para que o estudante reflita sobre si mesmo e qual é a sua participação dentro deste sistema. Particularmente, no momento atual do Brasil, democracia é um conceito chave para ser discutido e compreendido por meio do estudo de processos históricos no passado e no presente.
democracia representativa/ tripartição de poderes/ Estado de direito
N
Movimentos sociais, organização política do Brasil, História da cidadania no Brasil. Por permitir uma ampliação quanto à ideia de política e agente político.
Democracia - política - cidadania
cidadania, direitos humanos, democracia.
Democracia, governo e Estado porque são conceitos que apesar de muito usados ainda são incompreensíveis aos alunos em sua maioria.

FIGURA 13 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTE À PERGUNTA 8 - QUESTIONÁRIO PROFESSORES

Como podemos observar acima, dois participantes foram resistentes a essa questão e o restante tentou pensar nos conceitos que, de acordo com a opinião pessoal e a experiência docente, acreditam ser essenciais na compreensão de um sistema político amplo.

As respostas foram diversas, assim como foram em outras perguntas, porém, o que chamou atenção foi o resultado das mais citadas: *democracia*, *cidadania* e *poder*, conceitos que muitas vezes parecem ser simples e acabam sendo utilizados de forma generalista no cotidiano, principalmente o de democracia, pois como apresentado na resposta 6 da pergunta número 7: “O conceito de democracia é amplo e precisa ser problematizado. Discutir com os estudantes, de maneira geral, a igualdade de possibilidades de todos os cidadãos terem seus direitos garantidos é

difícil, por conta da ideia de meritocracia”.

Outros conceitos apresentados também são muito importantes e, assim como o de democracia, são vistos geralmente de forma simplista. Compreendê-los é essencial para construir uma ideia de sociedade civil consciente, participativa e pensante, com criticidade suficiente para questionar as estruturas de poder e pensar em modelos de renovação.

Pensando em renovação, apresentei ao grupo uma questão referente ao uso de canais digitais para explicar conceitos políticos a crianças e adolescentes.

De maneira geral, o grupo se apresentou favorável ao uso, sempre apresentando pontos relevantes em suas justificativas:

Qual sua opinião a respeito do uso de canais digitais para explicar conceitos políticos para crianças e adolescentes?

12 respostas

Insuficientes
São ótimos. Um bom veículo já que a maioria tem acesso a estes canais e acabam formando opinião tendo em vista o que viram na internet.
Importante metodologia, apesar de nossa escola não possuir estrutura para a utilização frequente.
Acho importante por ser um meio de alcança-los.
É essencial, até porque esta nova geração nasceu depois da popularização da internet e demais meios digitais.
Penso que é uma ótima ferramenta para ser trabalhada em sala de aula. Primeiro porque está no universo de grande parte deste público e o formato/ meio que apresentamos as discussões pode gerar interesses distintos de outros. Segundo porque se torna acessível a qualquer tempo e espaço.
acredito que seja uma excelente ferramenta, que tenha apelo para o público jovem
Depende da abordagem do professor
São ferramentas atuais importantes, por não podermos fugir delas, mas precisam ser mediadas de maneira que se estabeleçam diálogos. Sob o risco de se tornarem visões unilaterais
É uma linguagem que apresenta recursos que podem aproximar as crianças e adolescentes para os mais variados temas, inclusive o tema da política, muitas vezes não sendo interesse dos alunos nessa faixa etária.
Muito importante, desde que feito de maneira bem didático e ilustrativo. Porque para a maioria sempre que se fala em política, está se falando em partido, coisa desse tipo, que os estudantes não querem mais saber muito disso. Por isso tem que ser materiais atraentes e que chamem a atenção.
Em um mundo cada vez mais voltado ao ciberespaço o uso de canais digitais se torna ferramenta fundamental na tentativa de explicar os conteúdos didáticos. Afinal é preciso ir a onde o povo está.

FIGURA 14 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTE À PERGUNTA 9 - QUESTIONÁRIO PROFESSORES

Dos doze participantes, apenas dois se mostraram resistentes a esse tipo de tratamento, apresentando preocupações como a insuficiência deste tipo de material e a abordagem proposta. Os outros dez se mostraram a favor, trazendo opiniões

que agregam ao produto final pensado para este trabalho. É claro que as críticas também ajudam nesta construção, afinal é importante pensar nos problemas que podem surgir com este tipo de material didático, porém, as mídias digitais atualmente são formadoras de opinião, alcançam os jovens de uma forma muito ampla, conseguem ilustrar situações que em muitos casos se tornam abstratas e possibilitam acesso frequente que independe de *“tempo e espaço”* de acordo com a resposta número 6.

A posição destas professoras e destes professores e a contribuição que trouxeram a essa discussão ajudará no percurso de produção da página proposta por mim como produto final, não somente pela experiência e visão de sala de aula que possuem, mas também como público sensível que merece esse olhar e atenção, que também é alvo desta pesquisa de forma indireta, afinal as angústias que apresentei logo na introdução, é compartilhada em vários momentos por diversos colegas de profissão. Como forma de perceber a importância desta pesquisa na visão destes profissionais, apliquei uma última questão (Figura 15).

Comentários como *“é necessário”, “é importante”* ou *“é essencial”* ocorrem em quase todas as respostas, evidenciando questões como o esvaziamento da política, o quanto nós professoras e professores estamos afastados deste tipo de meio, o complicado momento pelo qual o Brasil passa politicamente – que reflete nas questões sociais e econômicas de forma direta –, a importância em ir além dos muros da universidade e alcançar novos públicos, o entendimento do compromisso social da História como disciplina e também analisar criticamente as nossas práticas educacionais.

Torna-se importante também pois contribui com os próprios docentes, com a História política e na prática combatente a discursos que tendem a nos colocar como *“deformidades”*, ou, de acordo com a resposta número 12 *“é uma forma direta de combater aberrações como os discursos do MBL”*.

É importante destacar que muitas angústias e reflexões demonstradas nas respostas desses 12 profissionais também ficaram evidentes em alguns pontos nas respostas do grupo de estudantes que se dispôs a participar da pesquisa. Como apresentado na introdução, apliquei o questionário com estudantes da escola onde sou professora, pretendendo investigar onde estão as dificuldades sobre a estrutura política associadas ao percurso histórico.

O que você pensa sobre a importância desta pesquisa para o ensino de História atualmente?

12 respostas

Creio ser necessário pelo esvaziamento da esfera política
Interessante para mostrar o quanto (nós professores) sabemos pouco sobre o assunto ou temos dificuldade em abordar tais questões, pois muitas vezes são vistas como apologias à partidos ou doutrinação.
No momento em que vivemos é necessário que os alunos conheçam o funcionamento da estrutura política de seu país para que consigam de maneira eficiente conquistar maior igualdade na vida, no trabalho e uma sobrevivência digna no futuro.
Importante para entender os anseios dos professores.
Espero receber o resultado desta pesquisa para poder responder esta questão. O tema é interessante, mas a produção acadêmica precisa sair dos muros da universidade.
É essencial. Precisamos discutir qual é o papel da disciplina de História em fazer estes debates para problematizar com os alunos o próprio conceito de política. Aliado a isto, a pesquisa irá propor uma maneira de se abordar o conteúdo em sala de aula, penso que pode inspirar professores e professoras a refletir sobre as suas práticas.
Extremamente importante, inclusive abordar os traços gerais da ideologia liberal conservadora/ neoliberal/ socialista/ ambientalista/ bancada evangélica/ anarquista e anarcocapitalista.
N
Essencial! Fazer uma análise crítica sobre as próprias práticas educacionais só fortalecem os mecanismos e objetivos. Existe uma guerra travada pelas informações e pelo conhecimento. Quanto maior a reflexão, maiores as chances de compreender o alcance do seu papel enquanto educador e educadora
Trará contribuições para refletir sobre a importância da História Política na formação do cidadão, apresentando conceitos essenciais através de uma linguagem interativa, capaz de motivar os estudantes para o estudo da História Política.
Penso que com certeza só tem a contribuir com os docentes que tentam fazer um trabalho de política mais "politizado" nesta época em que se falar de política está sendo considerado doutrinação por adeptos e simpatizantes da escola sem partido. É de extrema importância que pesquisas dessa natureza comecem a aparecer para entender que História não é algo neutro, que não temos como trabalhar História sem falar de política e sobretudo se posicionar - sem doutrinar. Que estudar história é trabalhar formação de valores de cidadania, de democracia, de direitos. enfim, trabalhar História é preparar crianças e jovens para que se possível construirmos um mundo melhor.
Discutir história política com jovens e professores é uma forma direta de combater aberrações como os discursos do MBL

FIGURA 15 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTE À PERGUNTA 10 - QUESTIONÁRIO PROFESSORES

Encerro este tópico percebendo que por mais que exista uma preocupação em ensinar a política de uma forma mais social e menos institucional, ela ainda se mantém reprimida por parte docente. Se formos analisar o padrão das respostas apresentadas acima, perceberemos que ainda prevalece a atenção a uma política dos discursos oficiais, dos interesses do Estado e que se mantém dentro de uma cultura política fragilizada na ideia de representatividade, algo que trouxe minuciosamente no primeiro capítulo deste trabalho. É certo também, que o cotidiano profissional e os recursos disponíveis aos docentes muitas vezes se colocam como empecilhos a uma mudança de pensamento e de ensino.

2.2.2 O QUE PENSAM OS ESTUDANTES?

Apresento a seguir o perfil desse grupo e tento delimitar os pontos mais importantes a serem utilizados na produção do conteúdo para a página. Foram 37 participantes, dos quais 19 que se consideram do gênero masculino e 17 do gênero feminino, 1 participante preferiu não dizer com qual gênero se identifica:

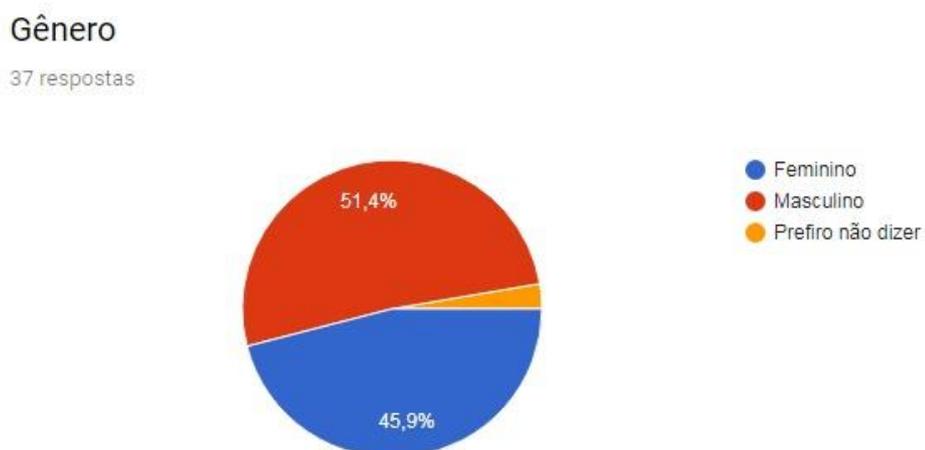


FIGURA 16 GRÁFICO DE RESPOSTAS EM RELAÇÃO AO GÊNERO - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES

A participação na pesquisa foi voluntária, mas por se tratar de menores de idade, todas e todos trouxeram assinado por responsáveis um termo de consentimento³⁵ que foi apresentado na escola. As idades variam, pois, estes 37 participantes estavam divididos em quatro níveis do ensino fundamental, de 6º a 9º ano.

Como o questionário foi aplicado via Google Docs.³⁶, a maneira como cada um escreveu cria um tópico novo dentro do gráfico, portanto o resultado ficou da seguinte maneira: 9 com 11 anos, 15 com 12 anos, 4 com 13 anos, 7 com 14 anos,

³⁵ Ver anexo.

³⁶ "O Google Docs, é um pacote de aplicativos do Google baseado em AJAX. As ferramentas do Google Docs funcionam de forma síncrona e assíncrona, portanto, on-line para acessar dados em nuvens e off-line através de aplicativos de extensão instaladas diretamente do google, onde há bancos de dados criados por essa extensão para posterior sincronização através de upload instantâneo ao acessá-los online, diretamente no browser de desktops ou aplicativos de dispositivos móveis do Android e Mec. Os aplicativos são compatíveis com o OpenOffice.org/BrOffice.org, KOffice e Microsoft Office, e atualmente compõe-se de um processador de texto, um editor de apresentações, um editor de planilhas e um editor de formulários". Ver mais em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Google_Docs (Acesso em 24/09/2018).

1 com 15 anos e 1 com 16 anos.

Idade

37 respostas

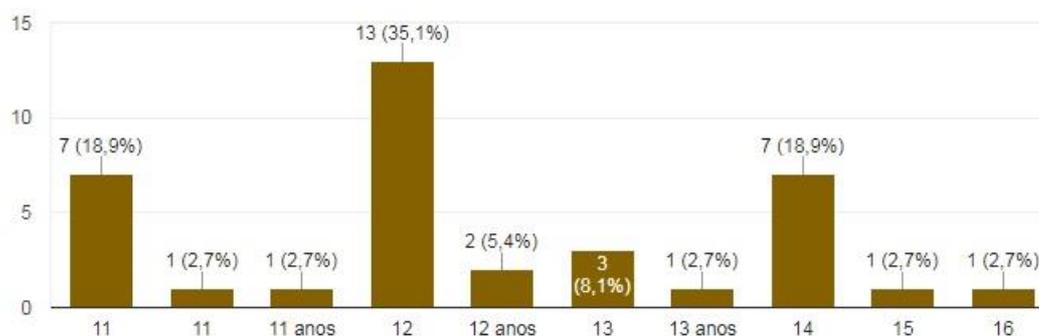


FIGURA 17 GRÁFICO DE RESPOSTAS EM RELAÇÃO À IDADE - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES

Ano de Escolaridade:

37 respostas

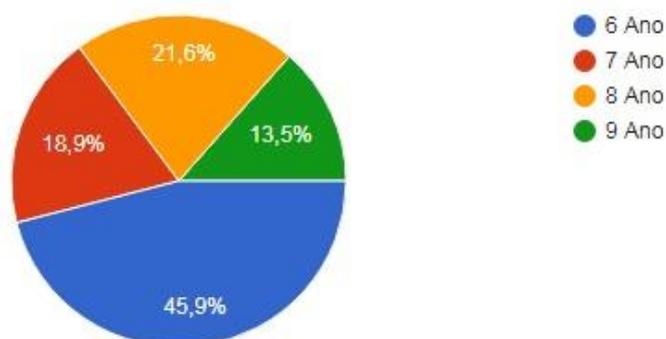


FIGURA 18 GRÁFICO DE RESPOSTAS EM RELAÇÃO À ESCOLARIDADE - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES

As idades foram bastante diversificadas, o que diversifica também o conjunto de temas presentes nas respostas. Isso está associado diretamente com o nível de escolaridade, pois muitas ideias que apareceram nas respostas também são fruto do contato com determinados conteúdos de História pelos quais os grupos já haviam estabelecido. Como a finalidade desta pesquisa é a criação da página, foi importante

investigar também o uso de computadores no cotidiano desses adolescentes e o acesso à internet, ou seja, se é algo a que todos tem disponibilidade facilitada em casa:

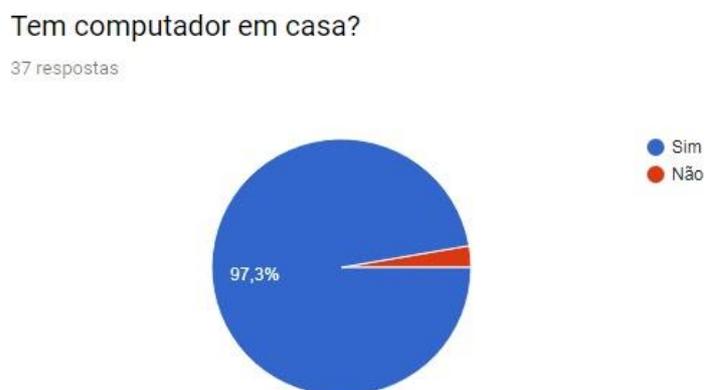


FIGURA 19 GRÁFICO DE RESPOSTAS REFERENTE AO USO DE COMPUTADOR EM CASA - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES

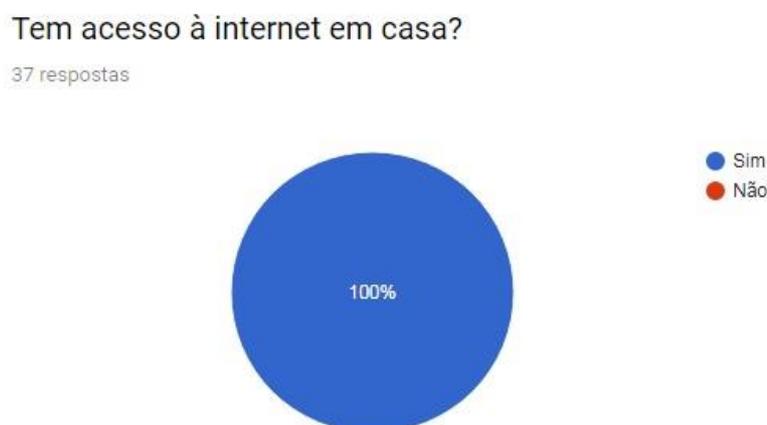


FIGURA 20 GRÁFICO DE RESPOSTAS REFERENTE À DISPONIBILIDADE DE INTERNET - QUESTIONÁRIO DE ESTUDANTES

Dos 37 estudantes que responderam, apenas 1 disse não possuir computador em casa, porém, todos responderam possuir acesso à internet. Podemos considerar que esse único estudante pode ter celular ou tablet – que fazem o mesmo papel do computador –, e mesmo que não tenha esses instrumentos tecnológicos pode ter contato com pessoas que tenham, na escola ou em outros espaços, possibilitando o acesso a conteúdos midiáticos. A partir disso, perguntei também se utilizam redes

sociais e qual(is) costumam acessar mais:

Utiliza redes sociais?

37 respostas



FIGURA 21 GRÁFICO DE RESPOSTAS EM RELAÇÃO AO USO DE REDES SOCIAIS - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES

Das redes sociais abaixo, qual delas mais utiliza?

37 respostas

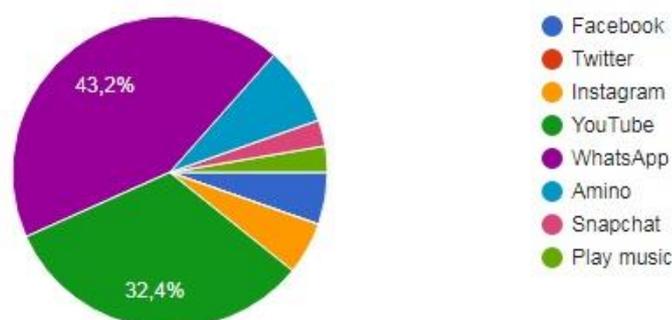


FIGURA 22 GRÁFICO DE RESPOSTAS EM RELAÇÃO A QUANTIDADE DE REDES QUE MAIS UTILIZA - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES

É interessante perceber que das redes sociais apresentadas, o WhatsApp é o mais citado pela facilidade de acesso a que os jovens têm. É um aplicativo fácil de obter, que funciona tanto em celulares e tablets quanto em computadores – o chamado WhatsApp Web – e que pode ser visualizado rapidamente, sem que seja necessária inicialização de um navegador, que não exige muitos conhecimentos técnicos, que é de conversação e permite a troca de imagens e vídeos. É uma forma

compacta de simulação de encontros com amigos, pois permite a criação de grupos, e também de interação privada entre duas pessoas.

O YouTube aparece em segundo lugar porque necessita de um tempo direcionado diferente do WhatsApp, afinal a forma de acesso à plataforma e a maneira como deve-se estar conectado a ela demanda mais tempo e atenção. É necessário estar em um navegador para acessar o YouTube quando se está num computador – e é mais fácil fazê-lo também –, já quando se está utilizando um celular, não é possível executar outros aplicativos ao mesmo tempo, por exemplo: se você está assistindo um vídeo pelo celular através desta plataforma, não conseguirá utilizar o WhatsApp; para conseguir, o aplicativo pausa imediatamente o vídeo e ele só prosseguirá reproduzindo caso a pessoa retorne para o aplicativo.

Ainda assim, a quantidade de jovens que acessa esta plataforma é muito alta³⁷ e os brasileiros estão no topo da lista de países que mais acessa³⁸ a internet, um indicativo importante para perceber a influência na vida de crianças e adolescentes, até mesmo de adultos. A internet faz parte atualmente do cotidiano das pessoas, perpassando diversas atividades do dia a dia, desde a leitura de notícias, agendamento de compromissos, marcar eventos com amigos, usar dicionários, pesquisar, compartilhar material, etc.

Não é à toa que, quando questionados a respeito do uso do YouTube para assistir vídeos, 100% dos participantes responderam utilizar a plataforma; inclusive muitas crianças e adolescentes da faixa etária apresentada na pesquisa possuem canais próprios no YouTube, geralmente ligados a entretenimento e/ou jogos. Estes jovens que responderam ao questionário fazem parte de uma geração que é nativa digital, ou como a sociologia define: a “Geração Z”³⁹, aquela que nasceu junto com o desenvolvimento da era digital e tem muita facilidade para lidar com diversas formas de tecnologia.

Permanece maior a quantidade de jovens que responderam ter costume em utilizar o YouTube como meio de tirar dúvidas com conteúdos escolares, mas não é uma atividade realizada por todas(os):

³⁷ Crianças (e bebês) de 0 (zero) a 12 anos foram responsáveis por 52,164 bilhões de visualizações de vídeos no YouTube até setembro de 2016.

Ver mais em: <http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2016/10/05/audiencia-infantil-em-canais-do-youtube-chega-a-52-bilhoes-de-views.html> (Acesso em 24/09/2018).

³⁸ Com 120 milhões de pessoas conectadas, o Brasil fica atrás apenas dos Estados Unidos (242 milhões), Índia (333 milhões) e China (705 milhões). Ver mais em: <https://exame.abril.com.br/tecnologia/brasil-e-o-4o-pais-em-numero-de-usuarios-de-internet/> (Acesso em 24/09/2018).

³⁹ A Geração Z é a definição sociológica para definir a geração de pessoas nascidas no fim da década de 1990 até 2010.

Costuma assistir vídeos no YouTube?

37 respostas



Se sim para a pergunta acima, utiliza para pesquisar conteúdos escolares?

37 respostas

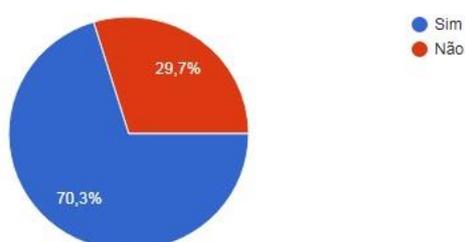


FIGURA 23 GRÁFICOS DE RESPOSTAS EM RELAÇÃO AO COSTUME E AO USO PARA CONTEÚDOS ESCOLARES - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES

Os 29,7% que indicaram não utilizar para buscar informações relacionadas aos conteúdos escolares, que foram 11 dos 37 participantes, também demonstraram não ter interesse em vídeo-aulas relacionadas a História ou à disciplina e seus conteúdos. Isso porque, de acordo com pesquisas e ranqueamentos feitos por canais que analisam esse tipo de público, os temas de maior interesse são: Unboxing, Review, Reações, Tutoriais, Time-lapse, Vídeo de fãs e Gameplay⁴⁰.

O Facebook e o Instagram apareceram em outras posições nas respostas, mas ainda como importantes meios quando se trata de buscar interação com outros grupos e pessoas, além de atrair os jovens sobre eventos, acesso a conteúdos de páginas que estão relacionadas a canais, jornais, revistas, artistas, empresas, produtos, etc. Enquanto o Facebook se apresenta como uma rede social de compartilhamento de informações, o Instagram surge como o conector entre todas

⁴⁰ O site Canaltech ranqueou os tipos de vídeos mais populares no YouTube e explicou todos estes termos. Ver mais em: <https://canaltech.com.br/internet/7-tipos-de-videos-populares-no-youtube/> (Acesso em 25/09/2018).

as redes sociais que estão no topo da pesquisa, e o Brasil aponta um uso alto comparado aos acessos mundiais⁴¹. Com ele é possível compartilhar fotos e vídeos, conversar em grupo ou individualmente e compartilhar conteúdo, além disso, o Instagram foi comprado pelo Facebook, portanto são redes que caminham juntas e atraindo públicos muito próximos.

Um dado relevante e que se desenha entre a maioria das crianças e adolescentes que costumam utilizar a internet para pesquisas é o pouco conhecimento a respeito das referências utilizadas pelos sites e entre os próprios youtubers, por exemplo, na construção de seus conteúdos. Mesmo a maioria indicando que procura saber a certificação do site, a formação do profissional e até mesmo as referências da equipe, é incomum entre crianças e adolescentes esse tipo de preocupação. Entre os 37 participantes, 16 confirmaram que não se preocupam com as referências (Figura 24).

A referência e formação do/a produtor/a de conteúdos para espaços na internet atualmente é muito importante, pois existe um esvaziamento de sentido em diversos discursos, pouco conhecimento de literaturas importantes sobre temas discutidos em muitos vídeos, textos, posts de Facebook, etc.

Além disso, esse tipo de conteúdo é muitas vezes baseado em opiniões, o que traz muita confusão aos desavisados que navegam no mundo digital: ideias equivocadas, erros conceituais e históricos muito graves, que acabam por tirar dos profissionais a credibilidade que tem sobre tal. Como professora de adolescentes entre 11 e 14 anos, em minha experiência em sala de aula, já ouvi certa vez de uma aluna que *“a internet é melhor que a sala de aula pois tem mais conhecimento”*⁴².

Dizer que não existe conhecimento na internet é ignorar o trabalho de muitas pessoas engajadas, profissionais e comprometidas, porém, sabe-se também que ela é cheia de conteúdos mal intencionados e até as chamadas *“fake News”*⁴³, termo

⁴¹ De acordo com uma matéria divulgada pela Folha de São Paulo em Outubro de 2017, o Brasil tem 50 milhões de usuários no Instagram chegando ao segundo lugar no ranking. Conteúdo na íntegra: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/10/1931057-com-50-milhoes-de-usuarios-brasil-e-segundo-no-ranking-do-instagram.shtml> (Acesso em 15/11/2018).

⁴² Essa frase foi dita por uma aluna do 9º ano, na escola onde leciono, em 2016.

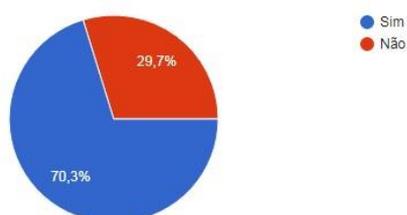
⁴³ “Notícias falsas (sendo também muito comum o uso do termo em inglês **fake news**) são uma forma de imprensa marrom que consiste na distribuição deliberada de desinformação ou boatos via jornal impresso, televisão, rádio, ou ainda *online*, como nas mídias sociais. Este tipo de notícia é escrito e publicado com a intenção de enganar, a fim de se obter ganhos financeiros ou políticos, muitas vezes com manchetes sensacionalistas, exageradas ou evidentemente falsas para chamar a atenção”. Ver mais em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Not%C3%ADcia_falsa (Acesso em 01/10/2018).

que vem se popularizando nos últimos anos com o crescimento das redes sociais⁴⁴.

O termo “rede social” está presente em diversos espaços. Em campos de estudo como as Ciências Sociais, *rede* relaciona-se ao adjetivo *social* especificando o campo de estudo, mas não delimitando disciplinas específicas, pois é usado em áreas diversas, como Antropologia, Sociologia e Economia, por exemplo (Marteleto, 2010). Este conceito leva a um entendimento da sociedade a partir de vínculos comuns entre os indivíduos, entretanto, conserva uma longa trajetória em áreas como Antropologia, Sociologia e Psicologia, bem como conceitos clássicos das Ciências Sociais “como sociabilidade, capital social, poder, autonomia e coesão social forneceriam os referenciais básicos para a compreensão da estrutura e do funcionamento das redes” (MARTELETO, 2010, p. 30).

Utiliza para pesquisar vídeo-aulas de História e/ou temas relacionados a História?

37 respostas



Quando procura vídeo-aulas e faz pesquisas escolares na internet, costuma verificar a fonte de pesquisa (ex.: certificação do site, formação do profissional, referências, etc.)?

37 respostas

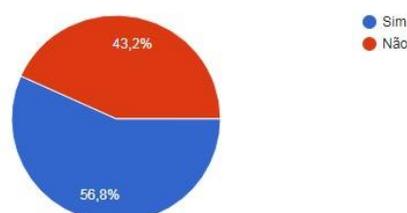


FIGURA 24 GRÁFICOS DE RESPOSTAS EM RELAÇÃO À PESQUISA COM VÍDEO-AULAS DE HISTÓRIA E CERTIFICAÇÃO DE REFERÊNCIAS – QUESTIONÁRIO ESTUDANTES

⁴⁴ Inclusive o termo é bastante utilizado por figuras públicas para atacar a imprensa e grandes jornais, criando a sensação na população de que se vive dentro de um espectro de conspiração. As fake news aparecem também entre a própria massa de usuários das redes sociais, que não aprenderam a lidar ainda com as referências e checagem de fatos. Isso é bem comum entre adolescentes e pessoas idosas – ou chegando nessa fase da vida.

A transição da Internet do campo acadêmico para o comercial causou transformações na forma de entendermos as redes. Na atualidade, o conceito *rede social* está ligado aos encontros e espaços virtuais de interação na Internet; para Marteleto (2010) esse uso se faz de maneira abusiva, ao ponto de abandonar seu curso histórico e epistemológico “tanto quanto seu alcance conceitual e metodológico para estudar fenômenos sociais de interações e trocas nas sociedades complexas” (p. 31). Entre diversas concepções e aplicações padrões, se destaca o princípio geral de entendimento como espaços de troca coletiva.

Os estudos sobre redes sociais surgiram no Brasil no fim dos anos 1990, relacionados à globalização econômica, à mundialização da cultura e aos deslocamentos de informações mediados pelas novas tecnologias, produzindo ferramentas metodológicas para o conhecimento das mesmas. Contudo, de acordo com Marteleto (2010), ainda são raros e espaçados, o que dificulta um aprofundamento sobre seus usos e atribuições.

Quando questionados a respeito dos canais que mais assistem para buscar informações e até mesmo para consultar conteúdos de História, o grupo trouxe diversos nomes: 7 apontaram o canal *Nostalgia*⁴⁵, 4 o canal *Você Sabia?*⁴⁶, 3 o canal de *Débora Aladim*⁴⁷, 2 o canal *Fatos Desconhecidos*⁴⁸, 2 o canal *DGP Mundo*⁴⁹, 2 disseram que procuram por vídeos com temas específicos e não por canais. Os outros nomes – *Nerdologia*, *History Channel*, *Sua Pesquisa*, *Nátaly Neri*, *Muro Pequeno* e *Hoje na Segunda Guerra Mundial* – apareceram apenas uma vez e 7 responderam que não assistem canais com essa intenção.

Dos canais mais citados, apenas um apresenta referência acadêmica diretamente, o de Débora Aladim, o qual traz em sua descrição o seguinte trecho:

Débora Aladim é mineira, estudante de História na UFMG e desde 2013 faz vídeo-aulas que ajudaram milhões de pessoas a estudar e a passar no vestibular. Aqui você vai encontrar vídeo-aulas de História, um método único para fazer redações modelo ENEM e dicas de estudo! Com muito amorzinho o canal hoje é um dos maiores canais educativos do Youtube, e Débora já fez aulas até para o Ministério da Educação, além de trabalhar com grandes empresas e lançar materiais didáticos de sua autoria! (CANAL DE

⁴⁵ <https://www.youtube.com/user/fecastanhari/featured> (Acesso em 28/10/2018).

⁴⁶ <https://www.youtube.com/user/vcsabiavideos/featured> (Acesso em 28/10/2018).

⁴⁷ <https://www.youtube.com/user/deboraaladim/featured> (Acesso em 28/10/2018).

⁴⁸ <https://www.youtube.com/user/fatosdesconhecidos/featured> (Acesso em 28/10/2018).

⁴⁹ https://www.youtube.com/channel/UCpUOeYt0WxxHYgF__UgOWww/featured (Acesso em 28/10/2018).

DÉBORA ALADIM NO YOUTUBE. Acesso em 28/10/2018)

O canal Nostalgia também conta com apoio de um historiador⁵⁰ na equipe, porém como não é um canal apenas de História, isso não fica explícito na descrição. Abaixo podemos ver o quadro de respostas dos estudantes:

Você pode indicar os canais relacionados à História que mais gosta/assiste?
Basta indicar o nome do canal.

32 respostas

Nostalgia (2)
Não assisto (2)
Você sabia? (2)
Débora Aladim (2)
Você sabia? (Esse é o nome do canal)
Nao assisto
Não sou inscrito em nenhum canal relacionado a matérias escolares.
Não costumo assistir vídeo-aulas de História.
Canal Nostalgia,Nerdologia,Fatos Desconhecidos.
Não vejo
Nostalgia,acredite ou não
Não lembro o nome
Fatos desconhecidos
Assisto canais bem pontuais dessa área,que como ponto principal usam imagens...
Nostalgia
Você sabia.
DGP Mundo
Canal Nostalgia
Histori chanel
Não me lembro de nenhum canal, normalmente procuro vídeos específicos para as minhas duvidas.
Sua pesquisa
Não me lembro o nome
Débora Aladim, Nátaly Neri, muro pequeno
Canal Nostalgia
Todos
Hoje na segunda guerra mundial e DGP Topmundo
Não me lembro o nome correto do canal...
Não assisto

FIGURA 25 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTE À PERGUNTA 12 - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES

Os canais mais citados e que não apresentam referência acadêmica, trazem em geral descrições mais simplistas como: *“Ensinando e divertindo”*, *“reúne as melhores curiosidades e fatos interessantes do mundo”*, *“compartilhar com todos os nossos seguidores [...] acontecimentos desconhecidos”* e *“aqui você encontrará alguns vídeos bem interessantes”*.

⁵⁰ Neste vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=5KeArK8KYVA> o historiador Caio Vinicius Godoy Mattos aparece sendo apresentada pelo idealizador do canal Nostalgia, Felipe Castanhari. (Acesso em 15/11/2018).

Nenhum deles apresenta na descrição sua equipe, meios de busca por referências para construção dos conteúdos ou se tem ligação com algum especialista nos temas dos vídeos. Grande parte também não tem direcionamento específico de História, mas sim sobre fatos diversos e, daí, surgem conteúdos relacionados a História. Todos estes canais, inclusive o de Débora Aladim, mantém uma página no Facebook, que além de divulgar os vídeos, também servem para compartilhar conteúdos afins em outros formatos e ajudam a promover seus canais.

A página no Facebook é uma ótima estratégia de divulgação, pois apesar de ser uma rede social que apareceu em terceiro lugar no gráfico de respostas apresentado anteriormente – ver página 82 – ainda se mantém como um espaço de divulgação de conteúdos muito forte: por lá é possível compartilhar links diretos para artigos, sites de jornais e revistas, canais de vídeo como o YouTube, acompanhar calendários de eventos importantes, escrever textos próprios, criar comunidades, divulgar trabalhos, etc.

Quanto ao que entendem por História, as respostas giraram em torno de conceitos há muito conhecidos e difundidos nas salas de aula, tais como *“estudo do passado do ser humano”*, *“fatos que já aconteceram”*, *“entender o passado e a cultura de povos distintos, para questionar as coisas ao redor”*, *“ciência que estuda fatos/acontecimentos”*, porém, nenhuma das respostas tentou buscar maior aprofundamento sobre o conceito ou demonstrou algum indício de entender as práticas sociais e políticas de determinado povo e/ou período, por exemplo.

É comum esse tipo de conceituação, afinal, de maneira generalizada a História estuda o passado do ser humano e busca compreender a cultura de povos distintos – como colocado por alguns e como aparece em muitos livros didáticos. Mas ela vai além disso, nos traz experiências que podem servir de exemplos em tempos distintos. É capaz de levantar questionamentos sobre modelos, ações, governos, problemas, nos faz ampliar o campo de visão a respeito de um mesmo fato ou acontecimento histórico, permite problematizar e colocar em evidência situações do cotidiano e nos ensina tolerância, igualdade e respeito, pois permite entrar em contato com diferentes formas de vida em sociedade, de práticas culturais, políticas e religiosas.

Apesar da visão mais generalizada, os participantes da pesquisa souberam apontar a História como forma de estudo e conhecimento, buscando no seu conhecimento prévio e até a partir da experiência em sala de aula uma definição mais fechada do conceito. Dessa forma, é possível entender que, mesmo não

aprofundando, sabem que se trata de uma ciência humana.

Abaixo podemos ler as respostas e perceber essa característica que descrevi acima:

O que é História para você?

37 respostas

Coisa que descreve um período (2)
O estudo do passado do ser humano (2)
É o estudo do passado
O Relato de fatos que já aconteceram
É o que escutamos quando vamos falar sobre algo em que aconteceu no passado de algo, alguém, de um lugar.
O que conta do passaso
É a vida dos povos da antiguidade que viveram em épocas muito anteriores a nossa e que não tinham noção do mundo até um certo século da antiguidade. É que também não tinham todo o avanço tecnológico atual.
É entender e saber o que aconteceu no passado; histórias políticas, culturais, étnicas... É importante para questionar as coisas ao seu redor com um pensamento diferente, uma mente mais aberta, pelo fato de saber diversos assuntos que é tratado na história.
Tudo o que conta a história do ser humano.
É a ciência que estuda a história
Algo que já passou
História é a ciência que estuda fatos históricos e acontecimentos
Pesquisa de algo que ocorreu no passado
Coisas que aconteceram no passado
Para mim é o que ocorreu desde o início do mundo até o fim do mundo
É a ciência que estuda fatos históricos, fatos do passado e atual... assim explorando vários locais e civilizações, que estuda as religiões, culturas, leis, línguas, escritas...
A ciência que estuda desde o passado até o presente dos acontecimentos marcantes da história realizadas pelos seres humanos e que fizeram uma mudança significativa na linha do tempo histórica da humanidade que prosseguirá por muito tempo e que realizam papel importante para cada indivíduo sobre o passado de suas raízes e de seu país, estado etc.
Uma ciência que estuda o passado=que já virou história. O presente=que virá história a todo o momento. E o futuro=que virará história algum momento da história do planeta ou do universo.
O registro do passado
O nosso passado
São informações da antiguidade e atual civilização
Algo que aconteceu ou está a acontecer
É uma matéria que estuda sobre antigamente
Tudo que aconteceu no passado
O que é contado depois da criação da escrita
O passado, o presente e o futuro da nossa sociedade, aprender sobre diferentes culturas e sociedades dentro de uma matéria.
Uma matéria muito importante para saber mais sobre a história do Brasil
Tudo o que já aconteceu e influência o presente e futuro.
O que aconteceu até hoje
História para mim é o estudo dos fatos que aconteceram no passado para que entendamos as consequências de nosso presente
Conhecer o passado
Descobrir o passado e entender o que acontecia
A ciência humana que estuda nosso passado
Todo nosso passado, a história do nosso passado, como chegamos até onde estamos agora, e como pode ser nosso futuro.
É fatos do passado que aconteceram, e hoje podemos dizer que o que aconteceu virou história. É o que acontece hoje virá história.

FIGURA 26 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTE À PERGUNTA 13 - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES

Enquanto na pergunta acima consegue-se perceber um padrão nas

respostas, a próxima pergunta apresenta respostas bem diversas ou sucintas:

O que é História Política?

37 respostas

Não sei (3)
Política de um tempo (2)
Estudo da organização social de acordo com a época (2)
A história de todas as formas de governação
Relato de fatos que já aconteceram dentro da política mundial e nacional
É a história do governo dos lugares e das civilizações das pessoas em si
Éh a história da política
Não sei especificar.
É como se fosse uma linha do tempo falando sobre a história da política brasileira e de outros países. Fala de séculos passados até os dias atuais, com intuito de ampliar o conhecimento dos alunos, para entender todo contexto político do país estudado.
A história dos governos, ditaduras, conflitos ideológicos, etc.
Algo que envolve votos, prefeitos, políticos, presidentes
Organização social
É a historia baseada na política e coisas que ocorreram da política no passado
Cidades organizadas por Reis, líderes... etc
É uma história que fala sobre a história do governo
Para mim, história política a muito tempo era uma história tratada de vários líderes de várias civilizações, mas hoje para mim se trata da organização de países, Estados, cidades... líderes serem definidos a partir de votos da população...
Para mim, é a história que desenrola no papel político, ou seja, um ramo da história onde estuda como foi o processo de governo em cada civilização sendo país, estado etc.
É toda a parte da história que cuida da política de uma certa região ou do mundo antes e depois de Cristo.
É a história relacionada aos antigos governos
História sobre a política
História sobre a política ou reinos
Não sei
História de como um lugar foi comandado
Tudo sobre a política de um país.
Sobre a política de cada país
Os acontecimentos relacionados com a política.
A historia da política
História política é o ensino dos fatos que aconteceram no decorrer do tempo em nossa política
História envolvendo política
É o que tem a ver com a política mundial
A ciência que estuda as formas políticas de antigamente
A história da política, e como ela foi evoluindo ao longo dos anos. (Não tenho certeza)
É o estudo da política dos seres humanos que envolve a história.

FIGURA 27 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTE À PERGUNTA 14 - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES

Outro ponto importante para destacar aqui: apareceram 4 respostas “*não sei*”. Enquanto na pergunta anterior todos tentaram responder e chegaram próximos ao conceito geral, nesta foi difícil definir. Tão difícil, que muitos se limitaram a utilizar as palavras que formavam a pergunta para formular uma resposta, como “*a história da política*” ou “*a história envolvendo política*”.

Para muitas crianças e adolescentes em idade escolar que estão aprendendo conceitos novos e diversos e que se veem confrontados com diferentes abordagens e conteúdos, falar de política é associar única e exclusivamente ao processo eleitoral ou a governos, remetendo novamente à discussão do primeiro capítulo. Para muitos é complexo entender que nossas atitudes como cidadãos são políticas, que expressar opiniões faz parte de um processo político, que ter atitudes sustentáveis faz parte de ações políticas, que defender um/uma colega que está passando por alguma discriminação é ser político.

Não é à toa que a maioria dos que não se limitaram em suas respostas, trouxeram ideias como *“todas as formas de governo”, “governo dos lugares e civilizações”, “governos, ditaduras, conflitos ideológicos”, “envolve votos, prefeitos, políticos e presidentes”,* etc. Ainda é muito forte, inclusive nas escolas, a propagação da ideia de política associada a governos acima de nós, como se ela não estivesse presente nas ações cotidianas e na vida prática.

A política ainda se apresenta como “uma coisa” amorfa e distante da linguagem dos jovens, ainda assim, com a ascensão das redes sociais, falar de política hoje em dia é prática atribuída a uma grande parcela da juventude brasileira. Por estarem constantemente conectados e consumirem muita informação vinda do meio digital, muitos adolescentes já começam a se posicionar sobre temas mais complexos e começam a ganhar espaço nas discussões familiares. A grande problemática sobre esse cenário é a quantidade de conteúdos disseminados nas redes sociais que não tem compromisso com a informação, mas sim com a prática das notícias falsas, da incitação ao ódio e da polarização ideológica.

Quando questionados sobre quais palavras poderiam utilizar para definir a política brasileira, responderam coisas como *“corrupta”, “injusta”, “roubo”, “desorganizada”, “desonesta”, “sem igualdade”,* etc., ou seja, acompanhando boa parte das narrativas sociais acerca do cenário político no momento em que a pesquisa foi realizada. O termo “não sei” apareceu três vezes entre essas respostas; outros termos menos citados – mas alinhados com a temática dos mais citados – também foram importantes para perceber que poucos estudantes associaram política com cidadania ou democracia, por exemplo.

Essa falta de associação do que a política significa acaba por prolongar a dificuldade no entendimento das estruturas de poder, da participação cidadã em momentos decisivos, da construção de uma sociedade mais igualitária. Foram poucas as respostas que associaram a política a aspectos positivos como

“liberdade”, “direitos”, “voto”, “comprometimento” e “conquistas”. Abaixo na imagem podemos perceber essa variação de termos⁵¹. Segue:

Escolha 3 palavras que melhor definem a política brasileira.

37 respostas

Corrupta, injusta e má organizada (2)
Corrupta, gananciosa, egoísta
Corrupção Desonestidade Roubo
Injusta (em quase todos os momentos), não democrática, ruim
Roubo, corrupção e injustiça
Corrupta, sem igualdade social e sem valorização salarial pelo nosso trabalho prestado.
Não sei...
Corrupção, Desigualdade, Desorganizada.
Não sei
Políticos roubando dinheiro
Não sei
Lava jato, dinheiro e impeachment
Eleições, população, evolução para cidade
Corrupção, mentiras, roubos
*Manipulação *Promessas *Comprometimento
Distração (usando a mídia, jogos de futebol, e outros fins para distrair o povo brasileiro roubando e criando leis), conquistas (muitas por terem uma mulher como presidenta) e corrupção/facismo
Corrupção, feitos e vergonha.
Roubo, corrupção, propina
Corrupção roubo e mentiras
corrupção, roubalheira, sujeirada
Corrupção roubo medíocre
1 Corrupção 2 roubos 3 prefeitos
Corrupção, direitos, voto
Corrupção, mentiras e Bolsomito
Corrupção, Conservador e Enganação
Corrupção, regras e direitos
Controversa, desorganizada e corrupta.
Corrupta, conservadora e maneira
Escândalo, desorganização e corrupção
Elite, desorganização, corrupção
Corrupção, desordem, confusão
Corrupção, desorganização, lixo
Desorganização, falsidade, desordem
Desorganizada, mal conduzida e sem esperança
Corrupção/ Desorganização/ Liberdade
Injustiça Roubo

FIGURA 28 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTE À PERGUNTA 15 - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES

⁵¹ Solicitei três palavras na pesquisa pois era necessário limitar, afinal, deixar em aberto abria possibilidades para muito mais respostas e, conseqüentemente, poderia dificultar e prolongar o processo de análise.

O que chama atenção em conteúdos veiculados nas redes sociais, na maioria das vezes, é o formato: uma linguagem mais dinâmica e a possibilidade de acesso, o que não acontece com materiais didáticos utilizados nas escolas. Além disso, a cultura da leitura digital está cada vez mais forte com os textos em formato pdf e os e-books. Sendo assim, questionei aos estudantes participantes o que pensam do livro didático utilizado na escola:

Você considera o seu livro didático de História bom ou ruim? Por que?

37 respostas

Bom, muitas coisas detalhadas apresentadas (2)
Bom
Bom. Não possui muitos casos de termos preconceituosos
Eu acho ele meio termo, pois aparece muitas coisas desnecessárias mas tirando isso ele é ótimo
Bom, nos mostra várias coisas
Ótimo! Pois temos muitas imagens ilustrativas que melhora o nosso entendimento sobre o conteúdo cobrado pelo professor (a). Temos também algo que o Projeto Telaris nos disponibilizou que é os significados sobre palavras que não sabemos o que significa. Isso é um diferencial do Projeto Telaris perante as outras metodologias de ensino presentes em outros livros estudantis. Diante de todas esses elogios temos que considerar o fato de que o livro de língua espanhola É muito ruim, ele tem muito poucas explicações de cada exercício cobrado pelo próprio livro, não tem organização e etc...
Bom, pois explica bem todo o conteúdo e contém no final dos capítulos um esquema-resumo do que foi estudado no capítulo, e isso ajuda bastante também.
Eu acho bom,pois trabalha muito bem os conteúdos,com bons textos,boas imagens,bons exercicios,etc.
Bom porque explica bem explicado
Bom, pois explica com bastante detalhes
Bom pois é fácil de entender o vocabulário
Bom porque contém informações importantes para o estudo
Bom,porque ele encina coisas antes de Cristo que eu nem sabia
Bom.Pois o livro é bem explicado
Bom... os textos são bem explicativos acompanhados com imagens,assim ajudando melhor no entendimento do conteúdo as vezes são bem extensos,mas com várias palavras chaves, existem também o você sabia que traz várias curiosidades.
Bom, pois consegue ensinar de variadas formas com textos, imagens, questionários, curiosidades e atividades além do livro e do caderno.
Bom, pois ele aborda diferentes áreas do mundo com cada civilização, porém acho que o livro deveria abordar civilizações das Américas (principalmente do Sul) e do Brasil.
Bom, pois consegue abranger todos os assuntos de maneira simples e fácil de entender
Eu considero bom pois gosto de stória
Bom ,pois é muito legal
Mais ou menos pois tem uma grande quantidade de texto e menos gráficos ou imagens
Bom , pois fala de um pouco de cada coisa
Bom, porque há muitos conteúdos
Bom, pois trata todos os assuntos bem detalhadamente e tem uma boa variedade de assuntos
Bom, porque ele traz não só o que queremos saber, mas sim o que precisamos aprender, um pouco da verdade.
Bom, por que fala da vários momentos historicos
Bom, consigo aprender bem o conteúdo e acho ele muito completo e imparcial.
Bom, pq não é ruim
Bom,pois os conteúdos são bem explicados é a organização dos conteúdos não é confusa
Ruim, só fala sobre homens brancos, reservando pouco espaço para a cultura de outros povos que não são europeus
Mais ou menos, pois apesar de explicar bem os conteúdos , não se aprofunda muito em certos pontos
Mais ou menos
Mais ou menos, deveria dar mais ênfase em alguns conteúdos
Bom, pois tem vários tópicos interessantes
Médio, pois às vezes é meio difícil entender conteúdos com muitos textos, acho que deveriam ser mais resumidos.
Bom, pois no livro tem curiosidades sobre a história e pontos importantes que nunca poderia imaginar

FIGURA 29 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTE À PERGUNTA 16 - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES

Muitos comentários aparecem elogiando e apontando aspectos positivos da coleção didática utilizada na escola⁵², como: “*não é preconceituoso*”, “*ilustrativo*”, “*significado da palavra*”, “*significado de conceitos complexos*”, “*bom por trazer esquema-resumo no final do capítulo*”, “*curiosidades no Você sabia?*”, “*completo e imparcial*” mostram que a coleção já traz abordagens diferenciadas e que priorizam o melhor entendimento do conteúdo, bem como a pluralidade e o formato melhor estruturado, preocupado com as referências e sem estereotipar povos e culturas.

No entanto, muitos estudantes consideram a coleção “*meio termo*” ou “*mais ou menos boa*”, normalmente por não se acostumarem com o formato de textos imensos e capítulos com mais de 20 páginas de conteúdo, por exemplo, ou por outros motivos como “*coisas desnecessárias*”, “*muito texto e poucos gráficos ou imagens*”, “*não se aprofunda muito em certos pontos*” ou que deveriam “*ser mais resumidos*”.

A disciplina de história nas escolas ainda está muito associada ao tradicional modelo: textos grandes, com palavras e conceitos muito sofisticados, linguagem distante da faixa etária e muito baseada em leitura. É certo que o trabalho de professoras e professores em sala é essencial para modificar essa visão, porém, o cotidiano escolar, a necessidade em cumprir planejamentos e calendários determinados muitas vezes fazem com que a aula se incline única e exclusivamente ao que o livro didático propõe⁵³.

Ao passo que essa é uma grande crítica ao modelo de ensino, também acaba sendo uma alternativa para profissionais que trabalham em escolas que não disponibilizam recursos como computadores, projetores, auditórios mais sofisticados, tablets, televisão, rádio, etc. A aula expositiva baseada no livro didático ainda é um método que se faz necessário no cotidiano escolar, principalmente em disciplinas que exigem um nível de abstração maior, algo que não é tão fácil para crianças e jovens. Aliada a formas alternativas de ensino e com materiais mais próximos do que estes estão acostumados, a disciplina de história pode passar do

⁵² Voltados para alunos do Ensino Fundamental II, os livros do *Projeto Teláris: História* foram lançados pela editora Ática em 2012. Inscrita no PNLD de 2014, a obra recebeu uma avaliação extremamente positiva por parte do MEC e, em 2013, foi agraciada com o principal prêmio do universo dos livros no Brasil, o Prêmio Jabuti, na categoria Didáticos.

⁵³ Não saímos preparados da universidade para lidar com os conteúdos trabalhados nas escolas. Posso afirmar aqui minha experiência docente: ao iniciar a carreira profissional, em 2015, me sentia segura apenas seguindo o que as apostilas utilizadas na escola traziam. Estudava muito os conteúdos e demorei para começar a utilizar materiais complementares. Ainda assim, em tempos mais corridos, reposição de conteúdos em função de aulas perdidas ou períodos de avaliações, acabava sentindo a necessidade em utilizar o livro como norte.

nível de “maçante” para aproximadora das experiências de vida de alunas e alunos.

Quando questionados a respeito dos conceitos ou conteúdos que acham mais complexos, as respostas foram as mais diversas, normalmente justificadas com termos como “*confusos*”, “*extensos*”, “*díficeis*”, “*detalhados*” e “*ideologias muito diferentes*”. Os mais citados foram as grandes civilizações, as religiões, formas de legislação antigas e estruturas políticas:

Quais conceitos/conteúdos que envolvem História são mais difíceis de entender? Por que?

37 respostas

Romanos, detalhes demais (2)
Geografia
Feudalismo. Muita matéria.
Todos, tenho muita dificuldade para entender os conteúdos de história , mas a professora está sempre disposta a fazer em que fique do Egito mais compreensivo possível
Os africanos
Perante a minha visão sobre a matéria de história tenho muito poucas dúvidas dos conteúdos cobrados tanto do professor (a) quanto do livro.
São os conteúdos que envolvem muitos nomes e datas, que me deixam confusa no início.
Os governos e conflitos ideológicos, pois trabalham diferentes ideias, tipos de governo, etc. deixando tudo confuso.
As "tribos" porque são nomes difíceis
Todos que não são do Brasil. Pois no Brasil a história não é complicada e tem nomes fáceis de entender
Religião e a organização social dos povos
As civilizações porque é muita coisa e eu tenho um pouco de dificuldade com isso
Sobre a Grécia, por ter várias populações.
O conceito do comunismo. Pois é um conceito que eu nunca vou entender
Religião, pois aliás de ser bem diferentes da nossa, elas são bem complexas, detalhadas, algumas com vários deuses, outras não.
Os conteúdos que envolvem o detalhamento das civilizações, temática que estudamos no sexto ano, como a religião e cultura de cada povo.
As diferentes civilizações, pois mesmo sendo civilizações com formato parecido elas tem datas diferentes, assim fica difícil de saber se uma civilização viveu no mesmo tempo de outra.
Assuntos muito específicos
Nenhum Pois entendo o conteúdo
Sobre as civilizações, pois tem muitos nomes difíceis
O Egito pois erabija Grande parte e de texto
O capítulo da china
Os conteúdos que envolvem a independência, porque É complicado
Cartas ou leis antigas, pois a escrita antiga é difícil
Política, porque têm muitas vertentes e ideologias diferentes.
As leis e anos, por que são difíceis as vezes
Não dificuldade com nenhum.
Organização política em algumas épocas e lugares
Conceitos sobre leis e suas datas. Porque sou meio esquecida com datas e geralmente me confundo
Não sei
Política, por envolver muitas estatísticas
Nenhum
Aqueles que não tem uma informação concreta, pois os assuntos ficam meio por cima
Nenhum, porque história É fácil pra KRL
Não sei especificamente, mas os mais longos.
Bom, um pouco sobre as civilizações.

FIGURA 30 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTE À PERGUNTA 17 - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES

A política e as legislações normalmente aparecem nas respostas associadas a algo difícil e complexo para definir, estudar ou compreender. Quando questionados a respeito do entendimento do sistema político brasileiro essa dificuldade se apresentou em números, pois a maior parte disse ter dificuldades parciais ou totais de compreensão do sistema.

Dos 37 participantes, 4 responderam “Sim”, 20 responderam “Em partes, é um pouco confuso”, 7 responderam “Conheço apenas os 3 poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) mas não entendo a forma como cada um se organiza” e 6 responderam “Não”:

Você sabe como é organizado o sistema político brasileiro atualmente?

37 respostas

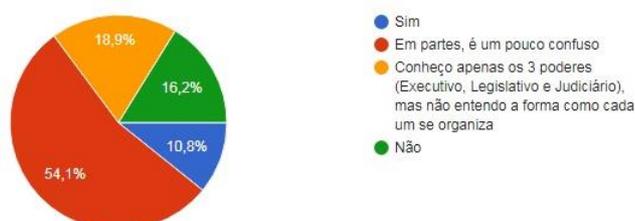


FIGURA 31 GRÁFICO DE RESPOSTAS EM RELAÇÃO AO CONHECIMENTO DO SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO ATUAL - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES

Quando o questionamento foi sobre a organização do sistema eleitoral especificamente, a mesma dificuldade se manteve:

Você sente dificuldade de entender alguma parte da organização do nosso sistema eleitoral (ex.: votos, partidos, etc.)?

37 respostas

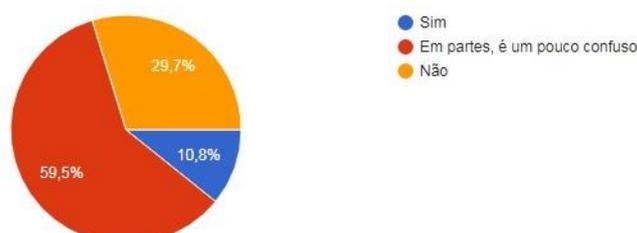


FIGURA 32 GRÁFICO DE RESPOSTAS EM RELAÇÃO AO ENTENDIMENTO DO SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES

Dos 37 participantes, 4 responderam “*Sim*”, 22 responderam “*Em partes, é um pouco confuso*” e 11 responderam “*Não*”, ou seja, mais da metade sente dificuldade. Normalmente, quando se pretende estudar esse sistema, é necessário fazer uso de materiais complementares, paradidáticos, enviar trabalhos de pesquisa, etc., pois esse tema não é parte constituinte do conteúdo. Apesar de avaliarem a coleção didática utilizada na escola como boa, ainda é deficiente o ensino de estruturas que servirão como apoio para a construção de futuros eleitores integrantes da sociedade civil, bem como a formação do conceito de cidadania e como ela se expressará em suas atitudes futuramente.

Quando questionados a respeito do que é ser cidadã/cidadão as respostas foram bastante satisfatórias, abarcando coisas como “*ter direitos*”, “*direitos e deveres*”, “*fazer parte da sociedade e ser reconhecido por ela*”, “*ter direitos, salário, igualdade social, financeira e sexual, além de desfrutar de uma democracia*”, “*cuidar do lugar onde mora*”, “*votar consciente*”. Mas ao passo que foram satisfatórias, mostraram também que há uma confusão entre o que compõe o conceito de cidadania e até onde ela vai.

Escrevendo no início do século XXI, José Murilo de Carvalho atentava para a forma como víamos, enquanto Nação, a questão da cidadania: o fim da ditadura em 1985 afirmou o desejo da reconstrução democrática, colocando como símbolo a fama da palavra cidadania. O historiador afirmava que a “*cidadania, literalmente, caiu na boca do povo*” (CARVALHO, 2002, p. 7), ou seja, o direito ao voto traria todas as coisas inerentes ao desenvolvimento social e conseqüentemente a felicidade do povo. O que não era concreto, no entanto, era o fato de que a garantia dos direitos políticos traria conseqüentemente a garantia dos direitos sociais e civis. Como aponta o historiador:

O exercício de certos direitos, como a liberdade de pensamento e o voto, não gera automaticamente o gozo de outros, como a segurança e o emprego. O exercício do voto não garante a existência de governos atentos aos problemas básicos da população. (CARVALHO, 2002. p. 8)

É muito comum a associação direta do conceito de cidadania aos de direitos e deveres ou de voto. Para muitas pessoas o voto é a expressão do que é ser cidadão, colocando parte do direito político acima dos direitos civis e sociais, por exemplo. Muito se fala também em “*direitos e deveres*”, mas normalmente não se

fala em *quais direitos e quais deveres*. As respostas dos estudantes mostram mais nitidamente essa confusão sobre o que são direitos políticos, sociais e civis e como é complexo o conceito de cidadania, pois “liberdade e a participação não levam automaticamente, ou rapidamente, à resolução de problemas sociais. Isto quer dizer que a cidadania inclui várias dimensões e que algumas podem estar presentes sem as outras” (CARVALHO, 2002, p. 9).

No quadro abaixo conseguimos perceber essa questão nas respostas dos estudantes:

O que é ser cidadã/cidadão para você?

37 respostas

Ter direitos (2)
Fazer parte de uma sociedade e ser reconhecido por ela (2)
Respeitar os outros não ligando seu lugar de nascença
Ter direitos e deveres
É saber que tem seus direitos a serem respeitados, e sempre estar cuidando de onde mora, e fazer ao máximo que seu município, estado, bairro, estado esteja bom para todos inclusive para a pessoa cidadã
O que participa de tudo
Ter direitos garantidos, um salário digno do trabalho que prestamos, igualdade social, financeira e sexual e viver em um país democrático.
É conhecer a história de nosso país e manter uma identidade cultural, se impor e lutar por seus direitos.
Exercer seus direitos e deveres.
É uma pessoa que paga o Monte de coisas
As pessoas que moram em uma cidade,bairro,pais
Ter direito a igualdade,liberdade e segurança
Ser cidadão é ser uma pessoa quen na destrói suas próprias coisas
Ter lealdade.
É uma pessoa que saiba as culturas de uma cidade
É ser uma pessoa de acordo com as leis, seguir todos os direitos de todas as idades...
É fazer parte de uma comunidade onde temos nossos direitos e obrigações sobre um aglomerado de conceitos envolvendo o cidadanismo, sendo eles a parte do cuidado da comunidade onde fazemos parte etc.
É fiscalizar os poderes legislativo, executivo e judiciario, ficar dentro das leis, votar consciente,fazer o melhor de si para sua cidade, estado ou país entre outros.
Viver em sociedade
É ser respeitoso e sem roubos
Ser colaborador e civilizado
Ter responsabilidade dentro de uma sociedade e cumpris
Uma pessoa que faz parte da cidade
Ter uma identidade e direitos
É cumprir todos os deveres com a pátria, ver todos os candidatos e sua proposta antes de votar e contribuir para sua cidade
Procurar melhorar a sociedade, fazendo a minha parte.
Votar para melhorar o brasil
Viver em um país es e sentir parte dele.
Uma pessoa que segue as leis
É cumprir seus direitos com sua nação e ter direitos garantidos por sua nação
Ter direitos
É se importar com o rumo da nação, ser solidário, ajudar o próximo...
Estar de acordo com a constituição do estado e ter direitos e deveres envolvidos ou não com o estado.
Uma pessoa que respeita as leis, e que ajuda a cuidar da cidade como se ela fosse dela...
É cuidar de sua cidade de um jeito que não a prejudique Porém É ter independência e organização

FIGURA 33 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTE À PERGUNTA 20 - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES

Por último, questionei ao grupo:

Qual sua opinião a respeito do uso de canais digitais para explicar conceitos políticos?

37 respostas

Bons e explicativos (2)
Bons
Quando é descontraído, faz a criança/adolescente compreender melhor o conteúdo, se desprendendo do genérico que é muitas vezes na sala de aula.
Bom, pois desse jeito não somos "expostos", pois não precisamos colocar nosso nome e ninguém vai conseguir saber quem somos por causa das letras
Bom, para quem não conhece e usa bastante a Internet
Ótimos pois assim conseguimos reter informações diretamente de fontes confiáveis e totalmente digital.
Eu gosto da ideia de criação de canais digitais, pois ajuda a entendermos melhor esses conceitos e nos ajuda quando estamos confusos para alguma prova a respeito.
São extremamente úteis, pois facilitam o aprendizado, utilizando "comparações" mais simples.
Não vejo então não sei
Meio confuso
Acho que é legal
Legal porque tem bastante coisa sobre o passado e essas coisas
Acho legal porque hoje em dia as pessoas são mais conectadas nas redes sociais.
Na minha opinião. Eu acho que os canais digitais não explica direito sobre conceitos políticos
Muito bom, além de ampliar o conhecimento sobre assuntos políticos, ajuda a "população" a se atualizar sobre política, novas leis...
Acho importante, pois quem tem acesso à esses meios conseguem usufruir do conhecimento além do que as escolas proporcionam, reforçando o conhecimento talvez não entendido muito quando em sala. Cada vez mais esse investimento nas redes sociais em ensinar além das escolas, mas em canais de comunicação em forma de vídeo, como o YouTube, tem sido maior.
Acho ótimo, pois as gerações estão cada vez mais ligados na Internet e não querem saber mais dos estudos então se as gerações avançam tecnologicamente o estudo também tem que avançar para poder ficar no mesmo patamar da tecnologia.
Não assisto, logo não tenho propriedade para opinar a respeito
Bem legal É um bom programa
Chato, pois para os programas pra mostrar esse caras falando mentiras
Ruim pois não demonstram o que está acontecendo com o nosso país
Muito legal porque as vezes nos não entendemos um pouco sobre o que acontece no mundo na internet
Os jovens utilizam muitos meios eletrônicos e por isso, os conteúdos digitais facilitam o cotidiano
Não são confiáveis
Desse jeito, os jovens que não gostam muito de ler, podem ter acesso a nossa história e entender o que se passa no Brasil.
Eu acho bom mais as vezes pode ser mentira
Ótimo, eu não acho eles tão interessantes para explicar história, mas para explicar a política atual é muito importante independentemente de ser de direita ou esquerda, pois é importante entender dos dois lados.
É bom
Eu acho bem útil desde que tenha fontes confiáveis e seja de fácil entendimento
Acho extremamente necessário visto que usamos frequentemente essa ferramenta. As pessoas que ensinam (não todas) explicam de forma simples e nos mostra outras realidades, não fazendo parte necessariamente de nossa bolha social
É extremamente necessário, pois usado por muitos pode ser usado para explicar melhor a política
Uma boa ideia..
Gosto muito pois eles me ajudam muito
Ótimo, pois influencia o aprendizado
Não tenho uma opinião fixa, mas acredito que alguns são bons, pois ajudam a explicar coisas que muita gente, não sabe.
Pelo um lado É bom pois podemos observar os partidos e saber em qual partido e político votar .

FIGURA 34 QUADRO DE RESPOSTAS REFERENTE À PERGUNTA 21 - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES

Com a intenção de perceber se a ideia das redes sociais seria um caminho possível para uma nova forma de ensino de história, a última pergunta foi muito importante para reafirmar o que já vinha sendo discutido em outras partes deste capítulo: o formato diferenciado.

Abarcando diversas visões, a maioria dos estudantes concordou com o uso de canais digitais para ajudar no estudo, na revisão de conteúdo, na possibilidade de serem mais explicativos e descontraídos, trazerem comparações mais simples, pela constante conectividade das pessoas e pelo reforço do conhecimento para além da sala de aula.

Foram poucos os que se posicionaram contra ou que não souberam responder, mas estes poucos levantaram questões muito interessantes como, por exemplo, o fato de youtubers sem conhecimento específico acabarem trazendo informações mentirosas e imprecisas em seus vídeos ou o fato de as redes sociais não colocarem de forma facilitada a situação a qual o país atravessa, questão intrinsecamente ligada à gama de jornais, blogs e páginas – todos estes muitas vezes partidários ou alinhados com uma visão de mundo própria – compartilhando notícias e informações massivamente, enquanto o conhecimento científico e comprometido fica afastado e esquecido, caso das ciências humanas e, principalmente, da História.

Respostas como *“Ótimos pois assim conseguimos reter informações diretamente de fontes confiáveis e totalmente digital”* (Resposta 6) e *“Muito bom, além de ampliar o conhecimento sobre assuntos políticos, ajuda a “população” a se atualizar sobre política, novas leis...”* (Resposta 15), perpassam diversas questões: a digitalização do ensino, o alcance a diversos segmentos da população, ampliação do conhecimento e das informações, confiança nas referências, evidenciam a necessidade de repensarmos as estruturas de ensino, mesmo que a passos mais lentos.

Duas respostas apontam mais especificamente essa visão e chamam atenção em suas justificativas:

Acho importante, pois quem tem acesso a esses meios conseguem usufruir do conhecimento além do que as escolas proporcionam, reforçando o conhecimento talvez não entendido muito quando em sala. Cada vez mais esse investimento nas redes sociais em ensinar além das escolas, mas em canais de comunicação em forma de vídeo, como o YouTube, tem sido maior. (Resposta 16)

Acho extremamente necessário visto que usamos frequentemente essa ferramenta. As pessoas que ensinam (não todas) explicam de forma simples e nos mostra outras realidades, não fazendo parte necessariamente de nossa bolha social. (Resposta 30)

Investimento em redes sociais, ensino além das escolas e sair da bolha social de costume, respostas assim nos colocam jovens preocupados não apenas com a socialização e o entretenimento que as redes sociais propõem, mas se mostraram interessados em uma aprendizagem renovada e mais dinâmica, que foge do modelo convencional repetido exaustivamente nas escolas.

As contradições entre os discursos dos docentes e do estudantes é visível em alguns pontos, tais como nas respostas sobre o que pensam a respeito da História política, apesar de os dois grupos se mostrarem, dentro de seus conhecimentos e limitações, confusos e com dificuldades de delimitar conceitos e abordagens. É uma contradição que aparece também no momento de escolha das palavras para descrever a política e também no uso dos canais, enquanto o grupo de professores se mostrou um pouco receoso, o grupo de estudantes se mostrou mais aberto. Apesar destas aflições que permeiam a estrutura educacional, podemos apontar para uma possível diminuição de contradições com a aproximação de interesses visando novos formatos. Isso fica evidente lendo as respostas dos dois grupos, que a partir da análise, se mostraram preocupados em pontos próximos.

Não podemos dizer, no entanto, que estas contradições inviabilizam por exemplo a possibilidade de uma aula, afinal são baseadas em conhecimento e experiências próprias às suas condições de estudantes e professores. Ao mesmo tempo em que podemos afirmar existir um conflito aberto no quesito afastamento das tecnologias na forma que se apresentam aos jovens hoje em dia, é possível também negar que não sabemos o que fazer enquanto professores, o problema está no *como* fazer e não no *quê*. É um conflito em partes geracional e em partes de linguagem, isso depende de vários fatores: idade, estilo de vida, conhecimento tecnológico, conhecimento de temas relativos ao mundo da internet, entre tantos outros.

A questão da linguagem é mais sensível, pois ela é um problema regular: sempre haverá conflito em função da sua constante transformação⁵⁴. Em linhas

⁵⁴ O linguista norte americano John McWhorter traz essa questão em uma palestra apresentada em uma conferência oficial do TED: https://www.ted.com/talks/john_mcwhorter_txtng_is_killing_language_jk?language=pt-br#t-812305 (Acesso em 15/11/2018).

gerais, a língua é algo que existe há milhares de anos e sempre foi mais utilizada para falar; a forma escrita veio depois. Isso diferencia a fala casual da forma escrita, pois a primeira é mais solta e menos reflexiva. O que os jovens estão fazendo no mundo virtual é adaptar a linguagem e inaugurar estruturas baseadas nas mensagens de texto, e é aí que os professores se veem conflitados: compreender essas novas estruturas e utilizá-las a seu favor.

Esses conflitos podem ser encaixados no conceito de guerras culturais (Almeida, 1999), se pensarmos que são grupos que se relacionam constantemente e precisam encontrar diálogos possíveis através de fronteiras culturais. No entanto, não é difícil pensar em estratégias que coloquem estes grupos mais próximos e interagindo na mesma linha de raciocínio; é isto que apresento na última parte deste trabalho, trazendo a página *História para Quê(m)?* como uma aproximação ao mundo dos estudantes e levando o conhecimento acadêmico para um público mais amplo.

3 HISTÓRIA PARA QUÊ(M)?

Quando comecei a preparação para a pesquisa, tinha como ideia um canal de vídeos destinado a crianças e adolescentes, os quais discutiria temas envolvendo história e política. Preparei e apliquei questionários baseada nessa ideia e durante algum tempo mantive ela como norte. Ao longo do processo, percebi que não conseguiria colocar em prática esse projeto, não só pelas dificuldades técnicas – estas eram passíveis de solução –, mas também pela constante perseguição realizada a professores – principalmente os de História e áreas afins –, os constantes ataques, ameaças e a confusão do cenário político brasileiro atual.

Após perceber que a ideia inicial não seria possível por questões próprias à dimensão de um trabalho acadêmico, não hesitei em construir um caminho mais viável, mas que permitiria ainda manter a minha ideia inicial: investir em uma página do Facebook⁵⁵, denominada *História para quê(m)?* e um perfil no Instagram⁵⁶, os quais eu poderia publicar textos mais simples, utilizar de recursos imagéticos e, caso necessário, publicar vídeos mais rápidos – esses que eram o norte da pesquisa. Um pouco mais a frente apresentarei o processo criativo da página, motivos para o nome e recursos utilizados para fazê-la funcionar.

Esses recursos surgiram como alternativas, mas foram rapidamente aceitos e estão trazendo retornos muito interessantes em pouco tempo. Este é um capítulo dedicado à preparação deste material didático, como recurso que ficará disponível aos estudantes, aos profissionais da educação e ao público geral que eventualmente possa se interessar pelos conteúdos que serão disponibilizados em ambas redes sociais.

Administrar as redes sociais demanda conhecimento específico de seu funcionamento, mas não é difícil aprender a lidar com os recursos disponibilizados por elas. Quando se cria uma página ou um perfil, as próprias mídias indicam o caminho a ser seguido para aprender a utilizá-las: apresentam tutoriais, criam canais de dúvidas, disponibilizam roteiros de exploração, exemplos de uso, etc. Além disso, diferentemente do canal no YouTube, que exige um tempo em frente ao computador, fazendo edições, o uso do Facebook e do Instagram pode ser administrado pelo celular em espaços mais incomuns, como no ônibus por exemplo,

⁵⁵ Facebook é uma mídia social e rede social virtual lançada em 4 de fevereiro de 2004, operado e de propriedade privada da Facebook Inc.

⁵⁶ Instagram é uma rede social online de compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários, que permite aplicar filtros digitais e compartilhá-los em uma variedade de serviços de redes sociais, como Facebook, Twitter, Tumblr e Flickr.

o que indica ainda mais a facilidade de acesso e utilização.

As redes sociais também apresentam outro ponto positivo: podem ajudar professores a reverter o quadro do uso do celular em sala de aula, ao invés de travar uma constante luta para evitá-lo, elas podem servir como apoio de conteúdo e recurso didático para dinamizar a aula. Na última parte deste capítulo apresentarei um exemplo de aula de História realizada por mim utilizando um texto publicado na **hpq?** — História para quê(m)?

Nos tópicos seguintes, apresento o processo de construção dos perfis, os recursos de uso e quais os passos realizados para pensar a produção de conteúdo e disponibilização destes em duas plataformas diferentes, bem como os retornos que venho recebendo desde o momento que comecei a divulgar conteúdos na página.

3.1 DEFININDO O CONCEITO DA HPQ?

Ao pensar em criar uma página de conteúdo de história, a maior dificuldade apresentada logo no início era o nome: qual nome atribuir? Como definir em um título curto e fácil de ser pesquisado a intenção desse projeto?

Após refletir, elencar palavras-chave e realizar um *brainstorming*⁵⁷, defini o nome "**História para Quê(m)?**"⁵⁸, indicando simultaneamente duas potencialidades da página: a discussão sobre os usos da história e para quem ela se destina. Além disso, foi possível abreviar esse título em uma sigla fácil e visualmente compreensível: "**hpq?**".

A identidade visual⁵⁹ foi construída por mim, em um site de design⁶⁰ específico para a construção desse tipo de material. O *Canva* disponibiliza várias ferramentas de design para a construção de identidades visuais, capas para redes sociais, fotos de perfil, em diversas dimensões. O resultado final ficou da seguinte maneira:

⁵⁷ Em português "tempestade cerebral" ou tempestade de ideias, é uma atividade desenvolvida para explorar a potencialidade criativa de um indivíduo ou de um grupo - criatividade em equipe - colocando-a a serviço de objetivos pré-determinados.

⁵⁸ <https://www.facebook.com/historiaparaquem>

⁵⁹ Identidade visual é o conjunto de elementos formais que representa visualmente, e de forma sistematizada, um nome, ideia, produto, empresa, instituição ou serviço.

⁶⁰ <https://www.canva.com/> é um site de ferramentas de design gráfico, fundado em 2012. Ele usa um formato de arrastar e soltar e fornece acesso a mais de um milhão de fotografias, gráficos e fontes. É usado por não-designers, bem como profissionais. As ferramentas podem ser usadas para design e gráficos de mídia da Web e de impressão.



FIGURA 35 IDENTIDADE VISUAL DA HPQ?



FIGURA 36 CAPA PARA FACEBOOK DA HPQ?

Como a **hpq?** está dividida em duas redes sociais com modelos diferentes, separei abaixo a apresentação de cada espaço e como será feita a divulgação em ambas.

3.1.1 HPQ? NO FACEBOOK

Para o facebook, escolhi uma forma de apresentação das publicações com imagens criadas através do *Canva* e textos produzidos por mim a partir de referências históricas, livros didáticos, etc. O layout⁶¹ da página, em visualização para smartphone, ficou da seguinte maneira:

⁶¹ Ou Projeto Gráfico, tem como seus componentes a área de design ou formato de página.



FIGURA 37 LAYOUT DA HPQ? NO FACEBOOK – PARTE 1



FIGURA 38 LAYOUT DA HPQ? NO FACEBOOK - PARTE 2



FIGURA 39 LAYOUT DA HPQ? NO FACEBOOK - PARTE 3

As imagens acima mostram como a página aparece para as pessoas que a acessam, apresentando o perfil, pessoas em comum que curtem a página, quantidade de curtidas que já recebeu, sua descrição, informações de contato, sua finalidade e data de lançamento. No texto de apresentação da página, utilizei minha trajetória para afirmar o compromisso acadêmico e profissional dos conteúdos disponibilizados naquele espaço, bem como para deixar explícita a minha intenção:

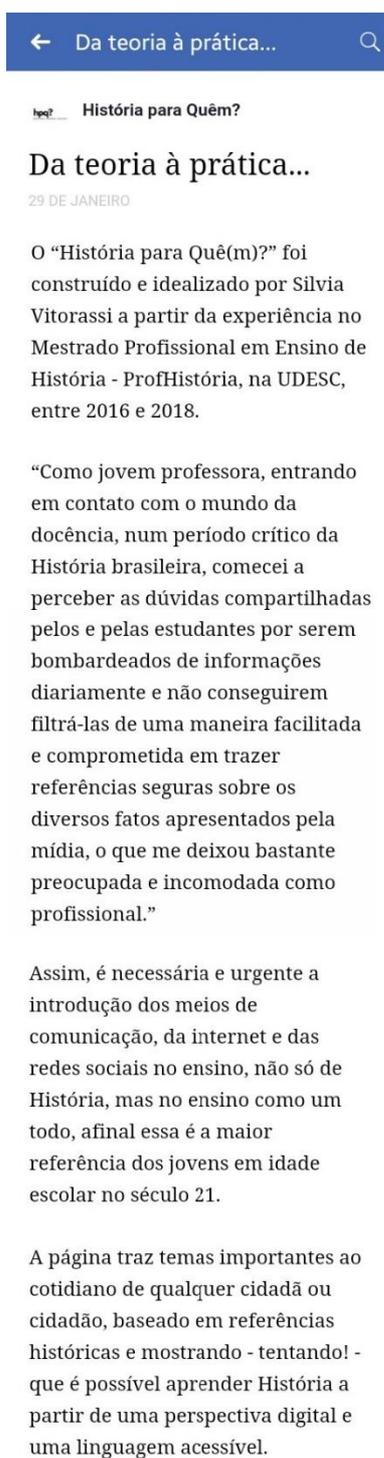


FIGURA 40 TEXTO DE APRESENTAÇÃO DA HPQ? NO FACEBOOK

Durante o processo de análise dos questionários, percebi que a maior dificuldade dos estudantes que participaram da pesquisa, para além dos conceitos políticos mais complexos, estava na extensão dos conteúdos e na falta de explicações mais simples, bem como a falta de respostas para dúvidas mais pontuais. Pensando nisso, construí uma forma de conteúdo que tenta esclarecer as principais dúvidas sobre temas envolvendo história e política.

Minha intenção era construir imagens que chamassem a atenção para a leitura e convidassem o leitor a abrir o texto disponibilizado, que normalmente vem acompanhados de introduções provocativas, as quais abrem espaço para a reflexão. A intenção da página não é dar aulas de história, mas sim tirar dúvidas sobre conceitos e contextos, situar os leitores sobre determinados temas, servir de apoio pedagógico e se apresentar como opção de conteúdo interativo para professores e alunos.

Além disso, a **hpq?** serve também como referência para pessoas interessadas em História mas que muitas vezes não tem opções mais confiáveis de conteúdo nas redes sociais, afinal, como já citado anteriormente, muitos canais e páginas que falam sobre história não são necessariamente produzidos por pessoas com formação na área. Uma forma de saber como os conteúdos estão sendo recebidos pelos leitores é através das reações disponíveis no facebook. Como administradora da página, tenho acesso ao número de pessoas que foram alcançadas com a publicação e se as reações são positivas, conforme exemplo abaixo:



FIGURA 41 EXEMPLO DE REAÇÕES A DETERMINADA PUBLICAÇÃO NO FACEBOOK

A figura mostra que as reações tem sido positivas e o alcance foi bastante expressivo para uma página recém colocada em atividade.

Um exemplo de publicação que auxilia também pessoas interessadas nos temas e que não estão em idade escolar, foi a temática dos votos nulos e brancos, a qual publiquei próximo ao primeiro turno das eleições de 2018. Percebi que essa temática causava muitas dificuldades tanto em adolescentes quanto em adultos. Após ouvir e ler muitas dúvidas, publiquei o seguinte texto:

HPQ? História para Quem? 27 de setembro

Texto por Silvia Vitorassi

HPQ Faltam apenas 10 dias para o primeiro turno das eleições 2018 e é comum ainda vermos e ouvirmos pessoas discutindo a respeito da validade e da destinação dos votos brancos e nulos.

Você também costuma ter dúvidas em relação a isso? Calma!

É só ler o texto abaixo e entender como funciona essa parte do nosso sistema eleitoral, tirar as suas dúvidas e se informar nesse momento tão importante.

Vamos lá?

Primeiro ponto: A diferença entre voto branco e voto nulo.

- De acordo com o TSE, votar em branco significa a falta de preferência, por parte do eleitorado, entre candidatos que participam da disputa. Para votar desta forma, basta apenas digitar a tecla "BRANCO" na urna e, em seguida, a tecla "CONFIRMA". Há algum tempo atrás ele era contabilizado para o candidato vencedor, considerado um voto de "conformismo", porém, desde as eleições de 1998, são descartados na apuração.
- Já o voto nulo, também de acordo com o TSE, é aquele em que o eleitorado manifesta interesse em anular seu voto, pois não considera, dentre os candidatos participantes, nenhuma das opções válidas. Para votar desta forma, basta digitar um número inválido – normalmente usa-se "00" – e, em seguida, a tecla "CONFIRMA". O voto nulo é muitas vezes utilizado como forma de protestar contra políticos e/ou a classe política em geral.

Segundo ponto: Validade dos votos.

- Atualmente considera-se apenas os votos válidos, desconsiderando votos brancos e nulos. Essa decisão está de acordo com a Lei de Eleições e a Constituição Federal.

Terceiro ponto: Maioria de votos nulos anula as eleições?

- Não! Pois não são considerados válidos e são excluídos do cálculo que apresenta o resultado das eleições.

Quarto ponto: Quais as consequências de votar em branco ou nulo?

- Quando existem muitos votos brancos ou nulos, o número de votos válidos é reduzido, podendo fazer com que uma eleição seja resolvida logo no primeiro turno. Para ser eleito, o candidato em primeiro lugar precisa ter 50% dos votos válidos mais um. Ao invalidar o seu voto, você aumenta automaticamente as chances de eleger quem está na liderança, pois torna-se necessário menos votos para alcançar o percentual requisitado.

Quinto ponto: Então eu não devo anular ou votar em branco?

- Anulando ou votando em branco, você pode acabar abrindo vantagem para a vitória de um/uma candidato/a ruim. Porém, é extremamente importante que, antes de pensar em votar em branco ou anular seu voto, você conheça as propostas, o perfil e o interesse de cada candidato/a. Se após refletir e analisar bem esses pontos, ainda assim não se sinta seguro/a para votar em alguém, vá em frente, afinal, é um direito seu se abster.

◆ Dica: diversos sites disponibilizaram os planos de governo dos candidatos à presidência do Brasil e até colocaram a posição de cada um/uma em relação a temas muito importantes.

Confere aí:

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45215784>
<http://justificando.cartacapital.com.br/.../disponibilizamos.../>
<https://g1.globo.com/.../o-que-dizem-os-programas-de-governo-...>

✓ Referências:
<http://www.tre-es.jus.br/.../voto-branco-x-voto-nulo-saiba-a-...>
<http://www.tse.jus.br/partidos/lei-das-eleicoes>

fato ou mito?

DIFERENÇAS ENTRE VOTO NULO E VOTO EM BRANCO

hpq?
 EDUCAÇÃO | HISTÓRIA | POLÍTICA

FIGURA 42 PUBLICAÇÃO DA HPQ? EM 27 DE SETEMBRO DE 2018

Seguindo o exemplo de análise baseado nos envolvimento, essa publicação foi bem recebida: 208 pessoas foram alcançadas, 21 reagiram com “curtir” e “amei” e 3 compartilharam em suas páginas.

É importante explicar como funcionam essas reações e porque elas são importantes. O facebook trabalha com 6 tipos de reações que determinam literalmente a expressão dos sentimentos ao visualizar a publicação – que pode ser imagem, vídeo, texto, link ou evento. Essas reações são: *curtir*, *amei*, *haha*, *uau*, *triste* e *grr*. Dessas reações, as mais ruins são “triste” e “grr”. A reação “haha” pode ser usada de duas formas: algo engraçado ou algo a ser ridicularizado, no sentido de deboche. Se as publicações apresentam outras reações que não as consideradas “ruins”, significa que as pessoas estão gostando do conteúdo. Além disso, existe a opção “*compartilhar*”, que demonstra o interesse dos envolvidos em espalhar aquele conteúdo em seu perfil naquela rede social. A opção compartilhar também gera reações, criando uma reação em cadeia que ajuda na propagação daquele conteúdo e conseqüentemente traz mais adeptos para a página.

3.1.2 HPQ? NO INSTAGRAM

Para facilitar a comunicação, criei também um perfil⁶² no Instagram, que serve como canal de diálogo, dicas, avisos e pesquisa de conteúdo. Por ser uma rede social de compartilhamento de fotos e vídeos, ela permite fazer conexões com a página oficial no facebook e manter uma relação mais dinâmica com os seguidores da *hpq?*.

O layout no Instagram é um pouco diferente do facebook:



FIGURA 43 LAYOUT DO PERFIL DA HPQ? NO INSTAGRAM - VERSÃO PARA COMPUTADOR

⁶² <https://www.instagram.com/historiaparaquem>.

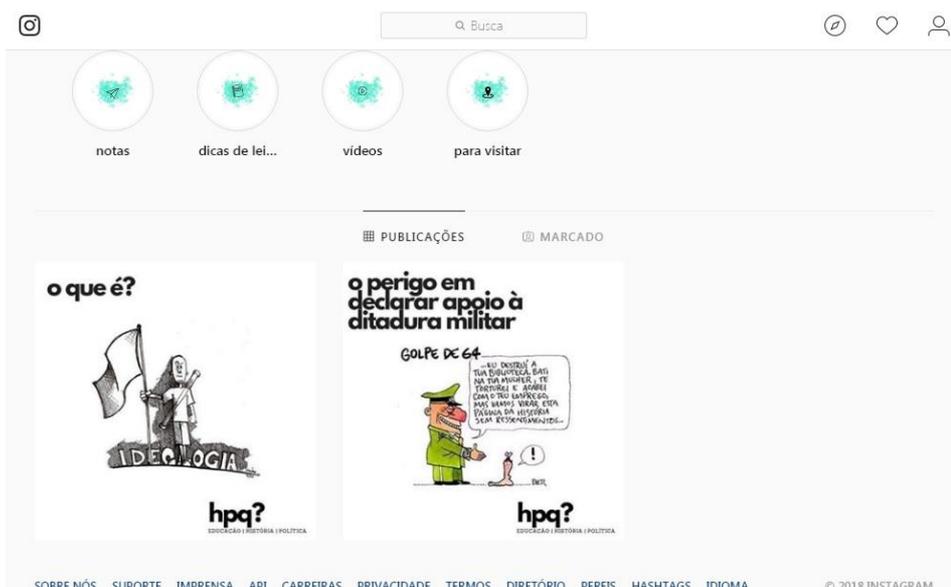


FIGURA 44 LAYOUT DO PERFIL DA HPQ? NO INSTAGRAM - PARTE 2

O Instagram não tem o mesmo formato de interação como o Facebook, apesar de ter funcionalidades muito parecidas. Não é possível postar um texto maior no Instagram como é possível no Facebook, por exemplo. Por isso uso o perfil no Instagram como uma espécie de integração entre seguidores e conteúdo, indicando a intenção do texto e o link direto para página:



FIGURA 45 EXEMPLO DE PUBLICAÇÃO NO INSTAGRAM

Com uma breve demonstração do tema e o link para acesso ao texto na íntegra, fica mais fácil para os seguidores interagirem com o conteúdo. Outra funcionalidade do Instagram que é muito utilizada pelos jovens é o recurso Instagram Stories⁶³. Com o stories, é possível publicar avisos, fazer pesquisa para saber quais temas os seguidores gostariam de ler e criar os destaques⁶⁴ para fixar na página inicial do perfil. Os destaques da *hpq?* aparecem nas figuras 43 e 44 e são: “*notas*”, “*dicas de leitura*”, “*vídeos*” e “*para visitar*”, cada um com uma função específica.

O destaque “*notas*” serve para complemento de conteúdo, indicações para links de vídeos, pesquisas de opinião, etc. O destaque “*dicas de leitura*” serve para que eu possa indicar aos seguidores livros e textos complementares. Já o destaque “*vídeos*” serve para comunicação direta entre mim e os meus seguidores, onde posso falar sobre algum tema de forma mais urgente, posso fazer pedidos e indicações, responder perguntas, etc. Por último, o destaque “*para visitar*”, onde faço indicações de locais que preservam a história, para aqueles que gostam de vivenciar o aprendizado.

Com essas ferramentas a *hpq?* pode ampliar seu círculo de influência e alcançar cada vez mais usuários. A consequência positiva disso é o alcance que a história terá, para além dos muros da universidade e das escolas. Ela chegará às telas do celular, do computador, do tablet. Porém, não poderia concluir essa análise de construção da *hpq?* sem testar as potencialidades da página e do valor dos textos publicados até aqui. Por isso, apresento em seguida um relato de experiência de uma aula de História ministrada por mim no 9º ano do Ensino Fundamental, utilizando um texto sobre a ditadura no Brasil.

3.2 RELATO DE EXPERIÊNCIA: UMA AULA SOBRE *DITADURA NO BRASIL A PARTIR DA HPQ?*

O que estamos acostumados a ver nas salas de aula é bem diferente do que se idealiza quando falamos em tecnologia e inovação. Muitas vezes elas acabam ilustrando mais do que criando desafios didáticos, isso acontece pois os professores enfrentam um desafio duplo: pedagógico e tecnológico. De acordo com Moran

⁶³ Sua principal característica é dar aos usuários a possibilidade de criarem vídeos curtos, que desaparecem depois de 24 horas da sua publicação.

⁶⁴ As histórias – stories - poderão ficar salvas automaticamente e podem ser destacadas, fixadas no perfil e compartilhadas de novo. A nova função altera o layout da página do perfil, com um novo local feito especialmente para a exibição de destaques.

(2004), professores que antes estavam limitados à sala de aula, hoje precisam gerenciar o aprendizado de outros recursos.

A sala de aula ainda é o espaço das discussões, que inicia e fecha o ciclo do aprendizado, mas agora ela tem outros espaços aliados que podem contribuir na ampliação das possibilidades educacionais. É evidente que grande parte das escolas não tem condições de adquirir computadores, projetores e uma internet de qualidade, esse é um desafio posto à realidade da educação no Brasil. Além disso, outro desafio é a capacidade de encontrar uma lógica no desafio de informações dadas e organizá-las numa ordem coerente, gerenciando conteúdos e tempos, além de gerenciar “o que vale a pena fazer pela Internet, que ajuda a melhorar a aprendizagem, que mantém a motivação, que traz novas experiências para a classe, que enriquece o repertório do grupo” (MORAN, 2004, p. 6).

Na chamada era da sociedade da informação, vivenciamos interações entre humanidade e tecnologia, passamos de novidade para novidade sem tempo suficiente de aprofundar e explorar suas possibilidades. O ensino com as novas mídias será uma renovação de fato apenas se mudarmos os padrões convencionais do ensino e que acabam distanciando alunos e professores.

Paralelamente ao contexto de produção deste trabalho e de divulgação da página, eu me dividia entre a mestranda produzindo uma dissertação e a professora de história vivenciando a sala de aula. Também neste momento, ocorria um movimento estranhamente complicado em nossa história política: as eleições presidenciais de 2018, trazendo uma forte polarização ideológica entre grupos de esquerda e grupos de direita, discursos de ódio, aclamação de períodos ditatoriais, perseguição, notícias falsas via grupos de WhatsApp – as chamadas “fake news”, já citadas anteriormente – e outras manifestações bastante complexas se analisadas de forma minuciosa⁶⁵.

Um pouco antes do primeiro turno das eleições, eu começava com a turma do 9º ano na escola onde leciono o conteúdo do capítulo 7 intitulado “*A ditadura civil-militar brasileira*”. Demorei alguns dias pensando em como eu poderia trabalhar esse conteúdo diante do cenário nacional e de tudo que estava acontecendo. Com essa preocupação, pensei que talvez fosse melhor sair da tradicional aula expositiva e ambientar o período, falar sobre o contexto e sobre os 21 anos de governos militares em nosso país.

⁶⁵ Não é pretensão deste trabalho dar conta de desenvolver essas questões, por isso apenas cito aqui o momento para contextualizar a aula que está sendo relatada.

Antes da **hpq?** eu utilizaria o conteúdo do livro, pois é uma exigência da escola trabalhar o conteúdo proposto no livro didático, faria alguns apontamentos em slides de PowerPoint ou até mesmo no quadro, tentaria expor problemáticas para gerar algum debate, levaria alguma fonte do período para analisarmos juntos e provavelmente fecharia com exercícios para fixar o conteúdo. No entanto, aproveitando o contexto de produção da página, pensei ser interessante colocar na prática o que venho defendendo até aqui. Preparei uma aula⁶⁶ dividida em dois momentos e explorei os recursos tecnológicos que tenho disponíveis na escola.

O primeiro momento foi sensorial: afastei as carteiras e cadeiras do centro da sala de aula, coloquei a turma sentada em círculo no chão, com os olhos vendados e as luzes da sala apagadas. Coloquei no projetor depoimentos oficiais de pessoas que foram torturadas durante a ditadura e deixei a turma sentir o peso daqueles depoimentos. As primeiras reações logo começaram a surgir: espanto, expressões de raiva, expressões de dor e por fim as lágrimas. Deixei as emoções e as reações acontecerem, deixei também que cada aluna e aluno sentisse e refletisse sobre os relatos daqueles depoimentos de forma pessoal.

Ao final desse primeiro momento, questionei de imediato o porquê daquelas reações e recebi da grande maioria a mesma resposta: “*por medo*”. O medo como justificativa vem principalmente de todo aquele contexto descrito acima e a incidência cada vez maior de grupos que defendem a ditadura. Como a minha intenção era incitar o debate e a reflexão para no segundo momento entrar com o conteúdo, esse primeiro momento foi muito importante para que a turma se envolvesse com o tema.

O segundo momento começou com a reflexão sobre o primeiro momento, o que mostrou o envolvimento da turma com a temática. Apresentei o conteúdo e, diferente do habitual, ao invés de pedir para que abrissem o livro, pedi para que pegassem seus celulares e abrissem o facebook. Esse pedido deixou a turma bastante empolgada, afinal não é costume o uso de celular em sala de aula, pelo fato de que existe uma legislação⁶⁷ de proibição e também o fato de que professores acabam esquecendo que ele pode ser uma estratégia didática.

Apresentei a página da **hpq?** e pedi para que abrissem a publicação⁶⁸

⁶⁶ O plano de aula está disponível em anexos.

⁶⁷ http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2008/14363_2008_lei.html

⁶⁸ O texto na íntegra está disponível neste link: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=471592070029771&id=314057909116522.

programada⁶⁹ para aquele dia, a qual estavam elencados 10 pontos importantes sobre a ditadura brasileira, respondendo dúvidas comuns não só de estudantes, mas de outras pessoas. Propus à turma a seguinte dinâmica: voluntariamente, cada um/uma lia um tópico do texto e nós íamos conversando sobre cada um e, ao final da nossa dinâmica, eles poderiam acessar os links disponíveis ao longo do texto e fazer comentários. Foi um sucesso, pois o envolvimento com o conteúdo foi muito mais interessado e atento. Ao passo que líamos e discutíamos cada tópico, a turma colocava sua opinião e o que já haviam escutado a respeito em outros espaços – família, internet, jornais, livros, etc. –, agregando ainda mais ao nosso debate.

Após o debate, dei um espaço para que abrissem os links disponíveis e interagissem com o conteúdo da página. O site mais visitado foi o “*Memórias da Ditadura*”⁷⁰, principalmente o conteúdo disponibilizado no site destinado a explicar os tipos de tortura. Esse movimento se deu, principalmente, por conta do nosso primeiro momento sensorial, afinal, o impacto causado pelos depoimentos instigou a curiosidade de conhecer as formas de tortura praticadas no período. Enquanto a turma ia abrindo os links e o site, fui circulando pela sala para conferir as reações e ouvir os questionamentos, aprofundando a discussão do texto lido em tópicos na página e conversando sobre as impressões que tiveram sobre aquele formato de aula e de conteúdo. As reações⁷¹ ao conteúdo foram bastante positivas:

Importante destacar nesses primeiros comentários os elogios ao formato: “*didático*”, “*claro*”, “*completo*”, “*esclarece muitas dúvidas*”, “*mostra os acontecimentos reais*”, “*ótimos argumentos e fatos*”. Esse retorno é muito importante, pois é uma amostra do possível envolvimento que outros jovens possam ter com o conteúdo da página. Além disso, outros comentários surgiram e destacam a preocupação de outras pessoas com movimentos como o ESP, por exemplo:

⁶⁹ O facebook permite como recurso - em páginas e não em perfis pessoais -, a opção de programar a publicação para a data e hora que o administrador desejar. Nesse caso, programei a publicação para o horário da aula com o 9º ano.

⁷⁰ <http://www.memoriasdaditadura.org.br/>.

⁷¹ As informações pessoais – como nome e foto do perfil – foram ocultadas para preservar a identidade dos envolvidos e também pelo fato de que o necessário para a análise são os comentários.

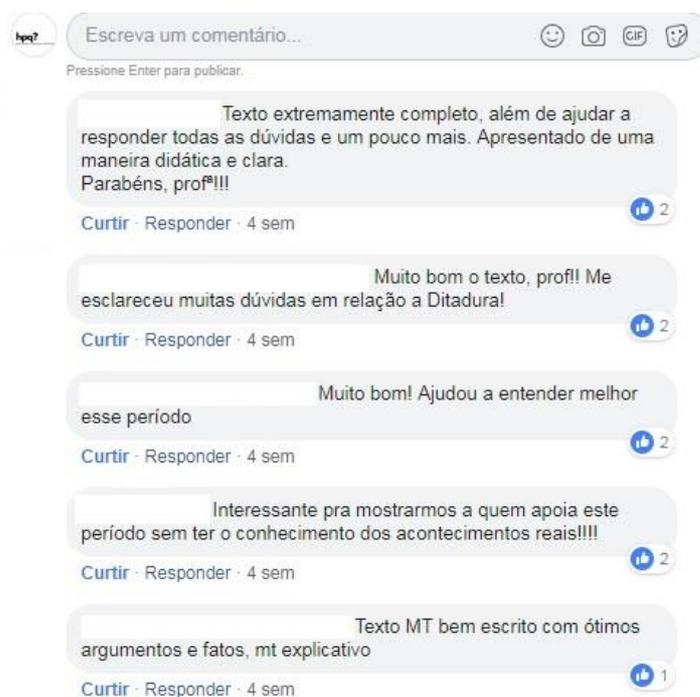


FIGURA 46 LISTA DE COMENTÁRIOS NA PUBLICAÇÃO SOBRE A DITADURA MILITAR NA HPQ? - PARTE 1

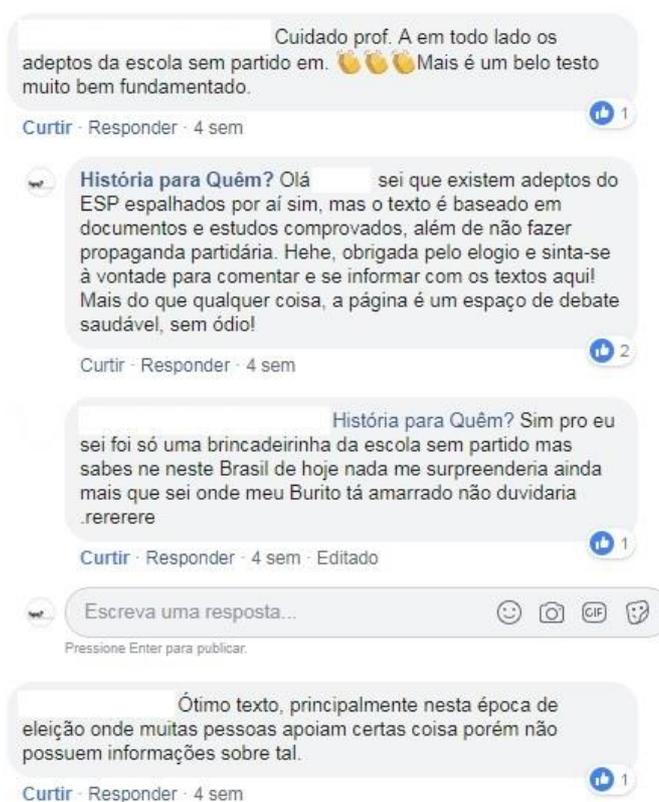


FIGURA 47 LISTA DE COMENTÁRIOS NA PUBLICAÇÃO SOBRE A DITADURA MILITAR NA HPQ? - PARTE 2

Enquanto elogio, destaca-se o aspecto “*bem fundamentado*” do texto, mas,

nesta parte dos comentários percebe-se uma questão importante: a preocupação de alguns seguidores com os adeptos do Escola Sem Partido, pois ao que pode ser subentendido, há um alerta na publicação para cuidar com possíveis perseguições de cunho ideológico. Esse alerta baseia-se na experiência pessoal dessa pessoa, que ao comentar *“neste Brasil de hoje nada me surpreenderia ainda mais que sei onde meu Burrito tá amarrado não duvidaria”* indica uma tendência ao conservadorismo no seu espaço de convivência cotidiano pró Escola Sem Partido. No último comentário é importante destacar a preocupação com o período eleitoral, o qual muitas pessoas acabaram defendendo informações de origem duvidosa, atentando para o que foi apontado anteriormente sobre o complicado momento político brasileiro.

Os comentários da Figura 46 expõem parte da recepção da ideia por parte da turma, bem como o que apresentaram oralmente após a aula. O modelo foi atrativo e a excitação em ter uma aula através do celular deixou a turma mais atenta ao que discutíamos. A página foi – e ainda está – crescendo aos poucos, tanto que vem alcançado um público ainda mais amplo. Além disso, dias após a aplicação da aula e de colocar a página em funcionamento, encontrei um ex aluno fora da escola, o qual me elogiou pelo trabalho e disse estar acompanhando todos os conteúdos.

Com este resultado, foi possível perceber que é positivo o uso das redes sociais como prática de ensino e, mais ainda, como elo entre as ciências humanas enquanto campo de estudo e o conhecimento produzido fora das universidades. Além disso, é necessário que não nos afastemos da sociedade enquanto profissionais que se pretendem formadores de cidadãos.

A realidade da maior parte das estruturas de escolas brasileiras ainda são precárias e desestimulam a realização de atividades como a apresentada neste relato. Os professores acabam caindo no modelo tradicional pois trabalham muito, são mal remunerados e não tem tempo de aprofundar seu conhecimento. É importante fazer a autocrítica e entender que não existem soluções descomplicadas, inclusive em função dos próprios ciclos de insucessos nas tentativas de incluir as tecnologias no processo educacional, o que vem acontecendo desde o início da década de 1980 (Cysneiros, 1999).

Para efetivar a qualidade das tecnologias no ensino, não basta apenas treinar professores e instalar equipamentos, estes só serão úteis nas mãos de profissionais criativos, atentos, estimulados e em contextos próprios ao seu uso.

CONCLUSÃO

Com vistas a concluir o presente trabalho, sem a pretensão de esgotar o tema e as problemáticas aqui levantadas, pode-se primeiramente perceber que ensinar história atualmente ultrapassa o modelo transmitido no século passado e, em segundo lugar, que se faz necessária uma renovação na abordagem de conceitos, conteúdos e problemas históricos, dentro e fora de sala de aula.

O resultado obtido com a análise dos questionários, tanto de professores quanto de estudantes, apontou que a política mais urgente a ser ensinada e aprendida é aquela do cotidiano, que nos faça refletir sobre ações sociais, os direitos e deveres, a identificar autoritarismos, a compreender pelo *quê* e *porquê* lutamos. Os questionários apontaram também que a grande dificuldade dos estudantes ainda está naqueles conteúdos extensos, com muitos termos complexos e pouca relação com o presente, o que torna a disciplina de História enfadonha, reforçando a dificuldade de apreensão e a pouca dinamização do ensino.

É evidente também, após todo o processo de análise, que ensinar sobre as estruturas de poder que compõem uma nação bem como conceitos políticos se faz necessário, principalmente em momentos de polarização político-ideológica, exemplo do Brasil no processo de construção desta pesquisa. Vimos um movimento muito atípico e notadamente baseado no uso abusivo e errôneo das mídias e das redes sociais.

O propósito da utilização das redes sociais possibilitou a reflexão a respeito da forma, da visibilidade e da necessidade de historiadores e professores ocuparem seu espaço na internet. No entanto, os caminhos para a consolidação dessa ocupação ainda são longos e necessitam de maior atenção dentro dos espaços acadêmicos e educacionais, além do interesse e do tempo empregado para a inserção desses meios no cotidiano profissional e pessoal, afinal, o Brasil ainda passa por um delicado processo de afirmação da educação, do papel dos professores e da importância da escola na vida de crianças e adolescentes para a constituição de cidadãos conscientes e atuantes.

A linguagem descomplicada e imagética ainda é a mais atrativa entre os jovens, não é à toa que a internet se mostra tão atraente. O espaço que as redes sociais tomaram na vida das pessoas no século XXI é incontestável, porém, ainda estamos caminhando enquanto sociedade para um aprendizado em como lidar de forma inteligente com as redes sociais e suas possibilidades. Criar conteúdo para

ser publicado na internet ainda parece ser algo muito distante da realidade de profissionais da educação, mas acredito que as novas gerações de professores – e aqui me incluo –, sobretudo de História, estão mais atentos às possibilidades e necessidades de alcançarmos um público mais amplo.

Acredito que, mais urgente do que essa renovação de formato e de atuação, é necessário um olhar partindo dos governos para a precariedade e o sucateamento das unidades educacionais brasileiras; que as famílias conheçam as escolas e os professores de seus filhos e filhas; e que o ensino não seja visto como ameaça e sim como possibilidade de crescimento e empoderamento. Sem um olhar mais atento para a situação da educação em nosso país, não será possível seguir com a ideia de renovação e de introdução dos meios digitais no cotidiano escolar e na prática educacional, pois a realidade de muitas crianças e jovens e sua relação com a escola está muito distante desta que apresentei neste pequeno estudo.

Precisamos nos fazer visíveis e atuantes para evitar a disseminação do ódio contra essa classe tão desvalorizada que é a dos professores, contra a desinformação e contra o grave projeto que se instaurou em nosso país nos últimos anos que criminaliza a prática educacional e a atuação destes. Percebe-se que é importante a construção da noção de política como algo que é fundamental e presente em nosso cotidiano, que vai além da prática eleitoral, e acabar com o estigma de que ela só é realizada pelos representantes políticos escolhidos através de voto, bem como reconhecer nossas falhas enquanto professores e perceber que muitas vezes nos deixamos levar pelas velhas práticas.

A *hpq?* não é a primeira proposta de propagação do conhecimento histórico que ultrapassa o formato tradicional das salas de aula e nem será a última. Levar a História para outros espaços, com seriedade e comprometimento, principalmente para as redes sociais, é um trabalho que já vem sendo realizado por vários profissionais, tais como o canal *Leitura ObrigaHISTÓRIA*⁷², o canal *Tese Onze*⁷³, o

⁷² Link do canal: <https://www.youtube.com/channel/UCtMjnvODdK1Gwy8psW3dzrg/featured>. De acordo com a descrição: “O Leitura ObrigaHISTÓRIA é um canal dedicado a História e demais Ciências Humanas, focado em vídeos expositivos que buscam levar conteúdo acadêmico a todos os públicos da forma mais acessível possível. Temos resenhas de livros em vídeo, curtas biografias de acadêmicos renomados, vídeos sobre fontes históricas, vídeos explicando conceitos históricos, e muito mais”. O canal foi idealizado e é mantido pelo Icles Rodrigues, atualmente doutorando na UFSC.

⁷³ Link do canal: <https://www.youtube.com/channel/UC0fGGprihDIIQ3ykWvcb9hg/about>. De acordo com a descrição: “O Tese Onze é um canal focado em debater o senso comum, trazer pontos sobre sociologia e política, e acumular bagagem pra transformar o mundo. Apesar do conteúdo ser embasado em pesquisa, não se trata de um canal preparatório de conteúdo educacional, mas de informação e formação política. O conteúdo dos vídeos e a maior parte da produção é todo feito por mim, Sabrina, que sou socióloga doutora, professora, militante ecossocialista e feminista”.

*Tempografia*⁷⁴ e o *Nunca mais vote em mim*⁷⁵. Todos com ótima qualidade, boas referências e discussões importantes nesse processo político delicado que atravessamos atualmente, bem como empenhados em desconstruir a enorme e errônea ideia de que história é opinião.

Essas produções só comprovam que a aprendizagem pode acontecer via internet quando o trabalho é produzido com dedicação, qualidade e estudo sério. A existência da necessidade de perceber a História não apenas como ciência produzida nas universidades e conseqüente ensino engessado nas escolas é fato, o que nos resta agora é lutar para que ela não seja apagada, mas sim renovada e valorizada no seu propósito social.

É importante citar também o atraso dos cursos universitários em relação à discussão do tema na atualidade. Para que as novas gerações de professores tomem consciência do lugar que as redes sociais e a internet ocuparam no ensino, é preciso que exista discussão e produção acadêmica sobre o tema.

Para mim, enquanto professora de História, significou um desafio aliado a algo prazeroso. Primeiro, pois aprendi muito mais coisas do que eu já sabia, me desafiei a criar conteúdo digital, a escrever de forma não acadêmica e a estar atenta ao que a História pode proporcionar para outras pessoas, para além dos meus alunos e alunas. Em segundo lugar, foi prazeroso pois as redes sociais são algo que me prendem, que eu tenho facilidade de entendimento e, ao meu ver, tem inúmeras possibilidades de aprendizagem. Com isto, concluo este estudo percebendo a *hpq?* como um importante elo entre a produção acadêmica, o ensino escolar e a ocupação da ciência histórica nos espaços digitais, devolvendo o conhecimento obtido por mim para a sociedade.

⁷⁴ Link da página: <https://www.facebook.com/tempografia>. De acordo com a descrição: “Quatro historiadores decididos a fazer uma aproximação entre as pessoas e essa coisa maravilhosa que é a História”. O Tempografia tem entre seus membros fundadores Ana Luíza Andrade, Doutora em História pela USP e ex-professora do Departamento de História da UDESC.

⁷⁵ Link do site: <http://www.nuncamaisvotememim.com>. De acordo com a descrição: “O Nunca Mais Votem em Mim é um site de política feito por historiadores. O assunto das análises e comentários aqui publicados é a política, seja ela regional, nacional, ou internacional. A História, por outro lado, é o lugar do qual falamos, a perspectiva através da qual vemos a política. É inevitável que as duas coisas acabem se misturando, obviamente. Contudo, o ponto de partida de cada publicação que você verá por aqui é algum (ou alguns) acontecimento (s) relacionado à política”. O NMVM também foi idealizado por ex-acadêmicos de História da UDESC.

REFERÊNCIAS

ABUD, Katia Maria. Formação da Alma e do Caráter Nacional: Ensino de História na Era Vargas. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo , v. 18, n. 36, p. 103-114, 1998 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201881998000200006&Ing=en&nrm=iso>. Acesso em 16 Abr. 2018.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Guerras culturais e Relativismo cultural. **RBCS** Vol. 14 no 41 outubro/99, p. 5-14.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, p. 88-113.

BAQUERO, Marcelo. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **SÃO PAULO EM PERSPECTIVA**, 15(4) 2001, p. 98-104.

BARBOSA, Marialva. Meios de Comunicação e História: elos visíveis e invisíveis. **Intercom** – V Congresso Nacional de História da Mídia – São Paulo – 31 maio a 02 de junho de 2007, p. 1-18.

BARCA, Isabel. A educação histórica numa sociedade aberta. **Currículo sem Fronteiras**, v.7, n.1, pp.5-9, Jan/Jun 2007.

BELLONI, Maria Luiza. **O que é mídia-educação**. 3ª ed. rev. – Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. 2ª ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

BITTENCOURT, Circe. Identidades e ensino de história no Brasil. In: CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto; GONZALEZ, Maria Fernanda (orgs.). **Ensino da história e memória coletiva**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. Circe Bittencourt (org.). 9 ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

BITTENCOURT, Circe. Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, nº 25-26, set.92/ago. 93, p. 193-221.

CALDAS, Graça. Mídia, escola e leitura crítica do mundo. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 117-130, jan./abr. 2006.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A política dos outros**: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. História Política. **Estudos históricos**, 1996/17, p. 161-165.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: Tipos e percursos. **Estudos históricos**, 1996 – 18, p. 337-359.

CASTILHO, Fernanda; ROMANCINI, Richard. “Como ocupar uma escola? Pesquisa na *Internet!*”: política participativa nas ocupações de escolas públicas no Brasil. **Intercom – RBCC**. São Paulo, v.40, n.2, p.93-110, maio/ago. 2017.

CYSNEIROS, Paulo Gileno. Novas tecnologias em sala de aula: melhoria do Ensino ou inovação conservadora? **Informática Educativa**, 12 (1), 1999, p. 11-24.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In.: **Anos 90 - Política e sociedade no Brasil**, org. Evelina Dagnino, Ed. Brasiliense, 1994, pág. 103-115.

EDUCATIVA, Ação. **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso / Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). — São Paulo : Ação Educativa, 2016.

EGGERT, Edla; REIS, Toni. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 138, p.9-26, jan-mar, 2017.

FENELON, Déa Ribeiro. A formação do profissional de História e a realidade do ensino. **Tempos Históricos**, v. 12, 1º semestre 2008, p. 23-35.

FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História social: historiografia e pesquisa. **Proj. História**, São Paulo, (10), dez. 1993, p. 73-90.

FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: História de classe ou História do povo? **História & Perspectivas**, Uberlândia (40): 27-51, jan./jun. 2009.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de História e diversidade cultural: desafios e possibilidades. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005.

FERREIRA, Jorge Luiz. A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990, p. 180-195.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: O retorno da história política. **Estudos históricos**, 1992/10, p. 265-271.

FONSECA, Francisco. Democracia e participação no Brasil: descentralização e cidadania face ao capitalismo contemporâneo. **Revista Katálysis**, vol. 10, núm. 2, julho-dezembro, 2007, p. 245-255.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didáticas e práticas de ensino de História**: Experiências, reflexões e aprendizados. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. Campinas, Papyrus, 1993.

FONSECA, Selva Guimarães; SILVA, Marcos Antônio da. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, nº 60, p. 13-33, 2010.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **História & Ensino de História**. Belo Horizonte, Autêntica, 2003.

FORTES, Alexandre. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 61-86, 2007.

GALLEGO, Esther Solano; MORETTO, Márcio; ORTELLADO, Pablo. Guerras culturais e populismo antipetista nas manifestações por apoio à operação Lava Jato e contra a Reforma da Previdência. Dossiê Crise política no Brasil: Qual a saída? **Periódico Opinião Pública e Conjuntura Política**. Ano 9 - N. 02, p. 35-45. Agosto de 2017. ISSN: 2176 – 4883.

KROHLING PERUZZO, Cicilia M. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”(?) **Matrizes**, vol. 7, núm. 2, julho-dezembro, 2013, pp. 73-93.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 19, nº 38, p. 125-138. 1999.

LEE, Peter. Por que aprender História? **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 42, p. 19-42, out./dez. 2011. Editora UFPR.

MACHADO, André Roberto de A.; TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **Golpes na História e na Escola**. O Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI. Ed. Cortez, 2017, 1ª edição.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Apontamentos para pensar o ensino de História hoje: reformas curriculares, Ensino Médio e formação do professor. **Tempo** [online].

2006, vol.11, n.21, pp.49-64.

MARTELETO, Regina Maria. REDES SOCIAIS, MEDIAÇÃO E APROPRIAÇÃO DE INFORMAÇÕES: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em Ciência da Informação. **Pesq. bras. ci. inf.**, Brasília, v.3, n.1,p.27-46, jan./dez. 2010.

MIGUEL, Luís Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 15, 2016, p. 590-621.

MIGUEL, Luís Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. **LUA NOVA**, Nº 55-56— 2002, p. 155-184.

MIGUEL, Luís Felipe. Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história política do Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 190-199. 2000.

MORAN, José Manuel. Mudar a forma de ensinar e aprender com tecnologias. **Interações** Vol. 5 — Nº 9 — pp. 57-72 JAN/JUN 2000.

MORAN, José Manuel. Os novos espaços de atuação do professor com as tecnologias. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 4, n.12, p. 1-9, maio/ago. 2004.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Rev. bras. hist. educ.**, Campinas-SP, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, set./dez. 2012.

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. A formação do professor de História no Brasil: percurso histórico e periodização. **Revista História Hoje**, v. 2, nº 4, p. 265-304 – 2013.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In.: **História: novos problemas**, direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora: tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro, F. Alves. 1995, 3v.

PAOLI, Maria Célia. Trabalhadores e cidadania: Experiência do mundo público na história do Brasil moderno. **Estudos avançados**, v. 3, n. 7 (1989), p. 40-66.

PARAÍSO, Marlucy Alves. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. **Currículo sem Fronteiras**, v. 16, n. 3, p. 388-415, set./dez. 2016.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e ideias. **Lua Nova**, núm. 67, 2006, pp. 15-47. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, São Paulo, Brasil.

REMOND, René. Do Político. In.: _____. **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. - 2. ed. - Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003, p. 441-450.

RUSEN, Jorn. **História viva: teoria da história: formas e funções do saber histórico / tradução de Estevão de Rezende Martins** – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, Maio/Ago. 2014.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. As teias que a família tece: Uma reflexão sobre o percurso da História da família no Brasil. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 51, p. 13-29, jul./dez. 2009. Editora UFPR.

SEFFNER, Fernando. **Atravessamentos de gênero, sexualidade e educação: tempos difíceis e novas arenas políticas**. XI ANPED SUL – Educação, movimentos sociais e políticas governamentais. UFPR, Curitiba / Paraná, p. 1-17.

SEFFNER, Fernando. Saberes da docência, saberes da disciplina e muitos imprevistos: atravessamentos no território do Ensino de História. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH – São Paulo, julho 2011, p. 1-16.

SILVA, Sônia Maria de Meneses. A OPERAÇÃO “MIDIOGRÁFICA:” Lugares, fazeres e problemas na produção do conhecimento midiático. **XIII Encontro de História Anpuh-Rio – Identidades**, 2008, p. 1-9.

SILVA, Sônia Maria de Meneses. A mídia, a memória e a história: a escrita do novo acontecimento histórico no tempo presente. **Anos 90**, v. 19, n. 36, 2012, p 35-65.

SINGER, André. BRASIL, Junho de 2013. Classes e ideologias cruzadas. In.: DOSSIÊ: Mobilizações, protestos e revoluções. **NOVOS ESTUDOS**, 97, Novembro 2013, p. 23-40.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, núm. 54, dezembro, 2007, pp. 281-300.

ZAMBONI, Ernesta. Representações e linguagens no ensino de história. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 89-102, 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201881998000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 Abr. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881998000200005>.

ANEXOS

04/11/2017

QUESTIONÁRIO INVESTIGATIVO: ENSINO DE HISTÓRIA POLÍTICA

QUESTIONÁRIO INVESTIGATIVO: ENSINO DE HISTÓRIA POLÍTICA

Caras/os estudantes,

este questionário é parte de uma pesquisa a ser realizada para o desenvolvimento da dissertação de Mestrado do ProfHistória da discente Silvia Vitorassi e tem como objetivo investigar e analisar o conteúdo de história política brasileira trabalhado por professoras/es em sala de aula e como os conceitos discutidos vem sendo apreendidos por vocês.

Por isso, é de extrema importância que ao respondê-lo vocês levem em consideração os conteúdos que são ensinados, material que utilizam e os conceitos e forma de abordagem destes em sala de aula, pois o resultado desta pesquisa depende da honestidade e objetividade das suas respostas. Desde já, agradecemos sua disponibilidade e interesse em participar desta pesquisa.

Vamos lá?!

***Obrigatório**

Gênero *

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não dizer
- Outro:

Idade *

Sua resposta

Ano de Escolaridade: *

- 6 Ano
- 7 Ano
- 8 Ano

04/11/2017

QUESTIONÁRIO INVESTIGATIVO: ENSINO DE HISTÓRIA POLÍTICA

9 Ano

Estudante de rede: *

Privada

Pública

Tem computador em casa? *

Sim

Não

Tem acesso à internet em casa? *

Sim

Não

Utiliza redes sociais? *

Sim

Não

Das redes sociais abaixo, qual delas mais utiliza? *

Facebook

Twitter

Instagram

- YouTube
- WhatsApp
- Outro:

Costuma assistir vídeos no YouTube? *

- Sim
- Não

Se sim para a pergunta acima, utiliza para pesquisar conteúdos escolares? *

- Sim
- Não

Utiliza para pesquisar vídeo-aulas de História e/ou temas relacionados a História? *

- Sim
- Não

Quando procura vídeo-aulas e faz pesquisas escolares na internet, costuma verificar a fonte de pesquisa (ex.: certificação do site, formação do profissional, referências, etc.)? *

- Sim
- Não

Você pode indicar os canais relacionados à História que mais gosta/assiste? Basta indicar o nome do canal.

Sua resposta

04/11/2017

QUESTIONÁRIO INVESTIGATIVO: ENSINO DE HISTÓRIA POLÍTICA

O que é História para você? *

Sua resposta

O que é História Política? *

Sua resposta

Escolha 3 palavras que melhor definem a política brasileira. *

Sua resposta

Você considera o seu livro didático de História bom ou ruim? Por que? *

Sua resposta

Quais conceitos/conteúdos que envolvem História são mais difíceis de entender? Por que? *

Sua resposta

Você sabe como é organizado o sistema político brasileiro atualmente? *

- Sim
- Em partes, é um pouco confuso
- Conheço apenas os 3 poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), mas não entendo a forma como cada um se organiza
- Não

Você sente dificuldade de entender alguma parte da organização do nosso sistema eleitoral (ex.: votos, partidos, etc.)? *

- Sim
- Em partes, é um pouco confuso

04/11/2017

QUESTIONÁRIO INVESTIGATIVO: ENSINO DE HISTÓRIA POLÍTICA

 Não

O que é ser cidadã/cidadão para você? *

Sua resposta

Qual sua opinião a respeito do uso de canais digitais para explicar conceitos políticos?

Sua resposta

ENVIAR

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. Denunciar abuso - Termos de Serviço - Termos Adicionais

Google Formulários

QUESTIONÁRIO INVESTIGATIVO: ENSINO DE HISTÓRIA POLÍTICA

Caras/os colegas professoras e professores, este questionário é parte de uma pesquisa a ser realizada para o desenvolvimento da dissertação de Mestrado do ProfHistória da discente Silvia Vitorassi e tem como objetivo investigar e analisar o conteúdo de história política brasileira trabalhado por professoras/es em sala de aula e como os conceitos discutidos vem sendo apreendidos pelas/pelos estudantes. Por isso, é de extrema importância que ao respondê-lo vocês levem em consideração os anos de experiência, o material que utilizam e os conceitos e forma de abordagem destes em sala de aula, pois o resultado desta pesquisa depende da honestidade e objetividade das suas respostas. Desde já, agradecemos sua disponibilidade e interesse em participar desta pesquisa.

***Obrigatório**

Gênero *

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não dizer
- Outro:

Idade *

Sua resposta

Formação/Habilitação: *

Sua resposta

Instituição de Formação: *

04/11/2017

QUESTIONÁRIO INVESTIGATIVO: ENSINO DE HISTÓRIA POLÍTICA

Instituição de Formação:

Sua resposta

Há quanto tempo atua no ensino de História? *

Sua resposta

Já atuou em outras áreas? Se sim, quais? *

Sua resposta

Atualmente trabalha com qual(is) grau(s) de escolaridade? *

- Ensino Fundamental II
- Ensino Médio
- EJA
- EAD
- Outro:

Professor/a de rede: *

- Pública
- Privada

Tipo de vínculo empregatício: *

- Efetivo
- Substituto
- CLT

04/11/2017

QUESTIONÁRIO INVESTIGATIVO: ENSINO DE HISTÓRIA POLÍTICA

ACT

Outro:

Mudou a forma como você entende a História desde que começou a lecionar? *

Sua resposta

Você considera que a política - e o ensino dela - é mais importante atualmente? *

Sua resposta

O que é História para você? *

Sua resposta

O que é História Política? Como você vê este conceito dentro do conceito geral de História? *

Sua resposta

Na sua concepção, quais conceitos/palavras melhor definem a noção de História política na atualidade e por quais motivos? *

Sua resposta

Você acredita que os conteúdos disponíveis nos materiais didáticos do ensino básico são suficientes para construir um entendimento razoável a respeito do sistema político brasileiro? Se sim, aponte exemplos. *

Sua resposta

04/11/2017

QUESTIONÁRIO INVESTIGATIVO: ENSINO DE HISTÓRIA POLÍTICA

Em sua experiência como docente, quais conceitos/conteúdos que envolvem História política brasileira são mais difíceis de explicar? Por que? *

Sua resposta

Qual coleção didática utilizada por você? Considera uma coleção completa quanto ao ensino de história política brasileira? *

Sua resposta

Se fosse preciso escolher 3 termos políticos que, na sua concepção, são indispensáveis para ensinar seu alunos e alunas, quais você escolheria? Por que? *

Sua resposta

Qual sua opinião a respeito do uso de canais digitais para explicar conceitos políticos para crianças e adolescentes? *

Sua resposta

O que você pensa sobre a importância desta pesquisa para o ensino de História atualmente? *

Sua resposta

ENVIAR

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. Denunciar abuso - Termos de Serviço - Termos Adicionais

Google Formulários



UDESC
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE
SANTA CATARINA



Comitê de Ética em Pesquisa
Envolvendo Seres Humanos

GABINETE DO REITOR

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Os(as) estudantes do Ensino Fundamental II – 6 a 9 anos do Centro Educacional Universo estão sendo convidados a participar de uma pesquisa de mestrado intitulada ***O ensino de História Política: percursos de aprendizagem das estruturas de poder e suas atribuições na educação básica no Brasil (1970-1990)***, que fará um levantamento, tendo como objetivo refletir sobre a construção do conhecimento histórico em sala de aula e investigar as linguagens apropriadas ao uso da história política na construção de arenas de debates livres e democráticas e promotoras de direitos, visando a construção de um canal de vídeos. Serão previamente marcados a data e horário para aplicação de questionários. Estas medidas serão realizadas no Centro Educacional Universo. Não é obrigatória a participação.

Os(as) estudantes não terão despesas e nem serão remunerados pela participação na pesquisa. Em caso de danos, decorrentes da pesquisa, será garantida a indenização.

Os riscos destes procedimentos serão mínimos por não envolver o uso da imagem e nem a identificação dos(as) participantes. As identidades serão preservadas, pois cada indivíduo será identificado por um número.

Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão proporcionar a visão histórica e referenciada de temas que estão no cerne do debate político a crianças e adolescentes, utilizando linguagem diferenciada, através de canais midiáticos, podendo também ser utilizados por professoras e professores de todo o país, uma vez que ficarão disponíveis online.

As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos da pesquisa serão a estudante de Mestrado Sílvia Vitorassi e o professor da UDESC Dr. Reinaldo L. Lohn, orientador da mestranda.

Solicitamos a autorização para o uso dos dados para a produção de artigos técnicos e científicos. A privacidade dos(as) estudantes será mantida através da não-identificação do nome.

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com a instituição participante da pesquisa.

NOME DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL PARA CONTATO: Sílvia Vitorassi
NÚMERO DO TELEFONE: (48)99653-4430
ENDEREÇO: Rua Antônio Joaquim de Freitas, 301, Itacorubi, CEP 88034-200. Florianópolis-SC.
ASSINATURA DO PESQUISADOR:

Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – CEPESH/UDESC
Av. Madre Benvenuta, 2007 – Itacorubi – Florianópolis – SC - 88035-901
Fone: (48) 3664-8084 / (48) 3664-7881 - E-mail: cepsh.reitoria@udesc.br / cepsh.udesc@gmail.com
CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
SEPN 510, Norte, Bloco A, 3º andar, Ed. Ex-INAN, Unidade II – Brasília – DF- CEP: 70750-521
Fone: (61) 3315-5878/ 5879 – E-mail: conep@saude.gov.br

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados serão sigilosos.

Nome por extenso _____

Assinatura _____ Local: _____ Data: ____/____/____.

CENTRO EDUCACIONAL UNIVERSO
PROFESSORA SILVIA VITORASSI
HISTÓRIA – 9º ANO
PLANO DE AULA
TEMA: Ditadura Militar no Brasil.

Objetivo geral:

Apresentar o contexto inicial da ditadura militar no Brasil, abordando suas principais características e formas de organização.

Objetivos específicos:

- Ouvir depoimentos de pessoas torturadas durante a ditadura militar e conversar sobre os depoimentos;
- Utilizar o texto sobre a ditadura publicado no Facebook da página História para Quê(m)? para debater os principais acontecimentos deste período;
- Realizar uma aula interativa com acesso aos links disponibilizados no texto a partir dos celulares dos alunos;

Conteúdo:

- Contexto de início da ditadura militar brasileira;
- Principais características e ações do governo militar;

Metodologia:

Dividida em quatro aulas (aulas faixa), trabalhadas da seguinte maneira:

AULAS 1 e 2 – Projeção de depoimentos oficiais de pessoas torturadas pela ditadura militar e debate com a turma.

AULAS 3 e 4 – Usar o texto publicado na hpq? sobre ditadura e discutir os pontos abordados com a turma.

Roteiro das atividades:

PRIMEIRA/SEGUNDA AULA: Afastar as carteiras e cadeiras do centro da sala de aula, colocar a turma sentada em círculo no chão, com os olhos vendados – faixas em TNT – e as luzes da sala apagadas. Projetar depoimentos oficiais (links nas referências) de pessoas que foram torturadas durante a ditadura e deixar a turma sentir o peso das declarações apenas ouvindo. Esse primeiro momento deve demorar em torno de 40min. Após a projeção, retirar as vendas e sentar em círculo para ouvir o que a turma sentiu após ouvir os depoimentos. É importante que o professor responsável faça a mediação fazendo questionamentos como: o que vocês sentem ouvindo esses depoimentos? Acreditam na veracidade do que essas pessoas falaram? É possível entender o período ditatorial ouvindo as declarações? Vocês já haviam entrado em contato com alguma declaração parecida? A família costuma falar em casa sobre esse período? E a partir destes questionamentos, orientar um debate e perceber o que existe de conhecimento prévio sobre o tema.

TERCEIRA/QUARTA AULA: Retomar o debate da aula anterior, pensando nos principais pontos levantados na conversa após os depoimentos. A partir disto, solicitar à turma que peguem seus celulares e abram o Facebook – caso alguém esteja sem celular, pedir que sente com um/a colega. Pedir que abram a página da HPQ? e cliquem na publicação intitulada “*O perigo em declarar apoio à ditadura militar*” e explicar que, ao invés de trabalharmos da forma tradicional com o livro, iremos discutir alguns pontos importantes

sobre os 21 anos de ditadura militar no Brasil a partir do texto da publicação. Após esse momento, escolher 10 alunos que irão ler para a turma cada tópico do texto. A dinâmica consistirá em, a cada novo tópico lido, realizar um pequeno debate sobre as informações apresentadas, para que a turma possa intervir nas problemáticas que irão surgir ao longo do texto. Nos tópicos que contém links, dar um tempo para que acessem e leiam as matérias disponibilizadas, para depois retomar o texto central e, caso haja dúvidas, conversar em grupo a respeito. Caberá ao professor responsável mediar os questionamentos levantados pela turma, desenvolvendo o pensamento crítico da turma. Ao final da dinâmica, conversar sobre o modelo da aula e deixar a turma livre para comentar a publicação, reler algum tópico e acessar novamente os links disponibilizados.

Recursos e materiais necessários:

- Projetor e computador;
- Faixas de TNT para vendar a turma;
- Celulares dos próprios alunos;
- Internet;

Avaliação e critérios:

- Ideias apresentadas no debate;
- Envolvimento com a aula;
- Contribuição para o conteúdo a partir do que já sabe;

Referências

AZEVEDO, GISLANE. **PROJETO TELÁRIS HISTÓRIA: ENSINO FUNDAMENTAL 2 / 2**. Ed. – São Paulo: Ática, 2015.

HISTÓRIA.DOC / RONALDO VAINFAS... [ET AL.]. – 2. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2016.

<http://memoriasdaditadura.org.br/>

https://www.facebook.com/historiaparaquem/posts/471592070029771?__tn__=K-R

Depoimentos – Podem ser adicionados mais vídeos.

<https://www.youtube.com/watch?v=rz0ekhjmVrc>

<https://www.youtube.com/watch?v=kFqm0OcJDDk&fbclid=IwAR3BXn9JUn4vP-E5Tu5XgF8xkd9GpNkHkwqNRtxzUQQtPCA2ZvBGVBGkDBE>

https://www.youtube.com/watch?v=nV-NPUUpCDk&fbclid=IwAR09wo8Oa_6EXd88_QoxbZFWzWdVMjY94s7WGGC1Nt_R5t8qjODaNB5MzdQ

https://www.youtube.com/watch?v=aEsHIZkda78&fbclid=IwAR0Sjp1yyPrqcC9oXonV_sj8jVq0KxndNi4_0rBHM8PLmhF7nQUSxUD-4fY